



PREVIDÊNCIA: REFORMAR PARA EXCLUIR?

Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da Previdência Social



BELO HORIZONTE, 9 de março de 2017

Eduardo Fagnani

IE Instituto de
Economia



PLATAFORMA
POLÍTICA
SOCIAL
CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Colaboradores

Alexandre Arbex Valadares, Amir Khair, Ana Cleusa Serra Mesquita, André Calixtre, Andreia Paiva, Antônio Ibarra, Camila Kimie Ugino, Carlos Patrick da Silva, Carlos Renato Lisboa Frances, Marcelino Silva, Claudio Alberto Castelo Branco Puty, Clovis Scherer, Décio Bruno Lopes, Diego Cherulli, Denise Lobato Gentil, Eliane Cristina de Araújo, Evandro José Morello, Fabiola Sulpino Vieira, Fernando Junqueira, Flávio Tonelli Vaz, Floriano José Martins, Frederico Melo, Grazielle David, Guilherme Delgado, Jane Lucia Wilhelm Berwanger, Joana Mostafa, Jorge Abrahão de Castro, José Celso Pereira Cardoso Júnior, José Dari Krein, Juliano Goularti, Juliano Musse, Luana Pinheiro, Lucas Andrietta, Luciana Jaccoud, Marcela Rezende, Marcelino da Silva, Marcelo Galiza Pereira de Souza, Maria de Fatima Lage Guerra, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Miguel Antonio Pinho Bruno, Natália Fontoura, Patrick Alves, Paulo Kliass, Pedro Rossi, Rosa Maria Marques, Sólon de Carvalho, Tiago Oliveira, Vanderley Maçaneiro e Vitor Filgueiras.

Consolidação e Redação Final

Eduardo Fagnani

Apoio Técnico

Juliano Musse e Lucas Andrietta

Revisão Técnica

Clóvis Scherer, Maria de Fátima Lage Guerra e Tiago Oliveira

Revisão Ortográfica

Maria Cláudia Fittipaldi

Projeto Gráfico

Renata Alcântara





Organização

ANFIP

Décio Bruno Lopes – Vice Presidente de Assuntos da Seguridade Social
Vilson Antonio Romero – Presidente do Conselho Executivo.

DIEESE

Clemente G. Lúcio – Diretor Técnico

Gestão executiva

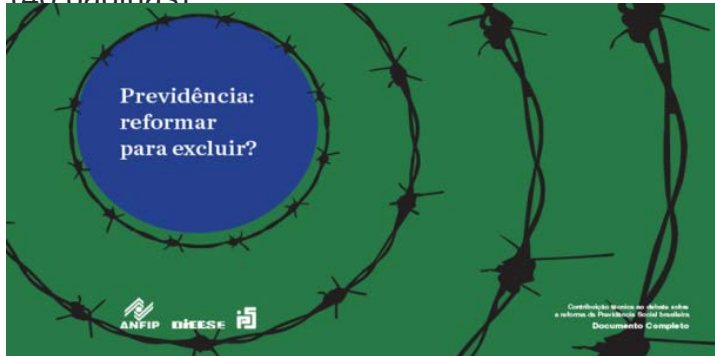
PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL

Eduardo Fagnani - Coordenador

FORMATOS

Documento-síntese

(40 páginas)



Documento Completo

(250 páginas)



Acesso

Versão digital

www.anfip.org.br

www.dieese.org.br

www.plataformapoliticasocial.com.br

Versão impressa

Estrutura do documento

1. Contexto mais amplo da reforma da Previdência e da Seguridade Social.

Premissas questionáveis

2. O impacto da demografia nas finanças da Previdência.

3. Contrapontos ao discurso sobre o déficit da Previdência.

4. Outros argumentos questionáveis

A PEC 287

5. Linhas gerais da reforma da Previdência (PEC 287)

Análise crítica da PEC 287

6. A redução do direito à proteção na velhice: análise crítica da PEC 287.

7. Benefícios assistenciais: a desproteção dos mais vulneráveis da sociedade.

8. As desigualdades brasileiras na comparação internacional.

9. Heterogeneidade e desigualdades regionais e sociais.

10. Reforma da Previdência: desigualdades de gênero e entre rural e urbano.

11. Por que é necessário preservar o piso do salário mínimo?

12. Um alerta: é preciso preservar o principal mecanismo de proteção social brasileiro.

Alternativas para o financiamento

13. Aspectos relacionados à Previdência e à Seguridade Social.

14. Aspectos relacionados à política macroeconômica.

1. O Contexto mais amplo da reforma da Previdência

1.1. A opção pela austeridade e o agravamento da crise fiscal e econômica

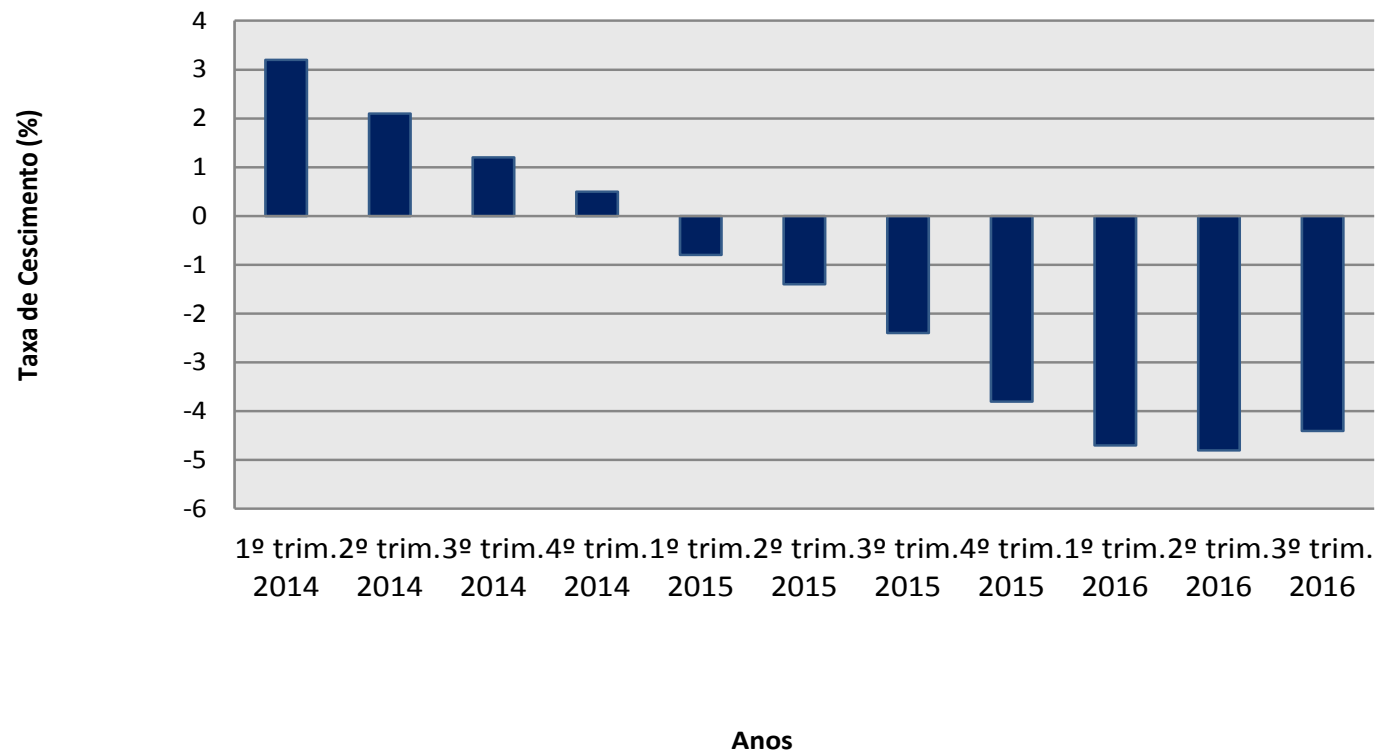
1.3. O questionável consenso de que o desajuste fiscal é provocado pelo gasto social

1.4. Ajuste fiscal?

Mudança do modelo de sociedade pactuado em 1988

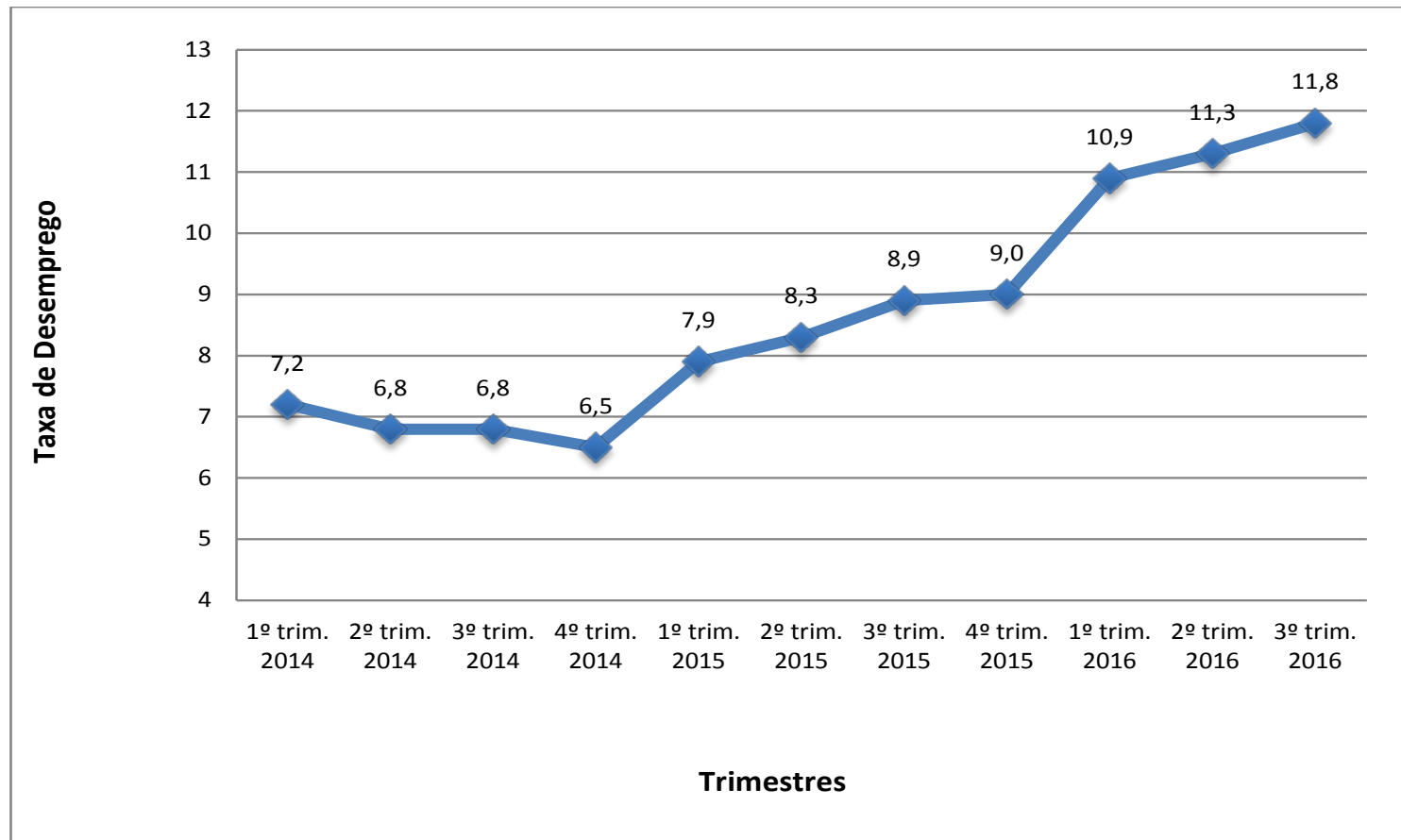
- Teto dos gastos
- Ampliação da DRU
- Desvinculação das fontes de financiamento da política social
- Reforma tributária
- Reforma da Previdência Social

FIGURA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ACUMULADA
(1º TRI.2014-3º TRI.2016)
(Em %)
BRASIL



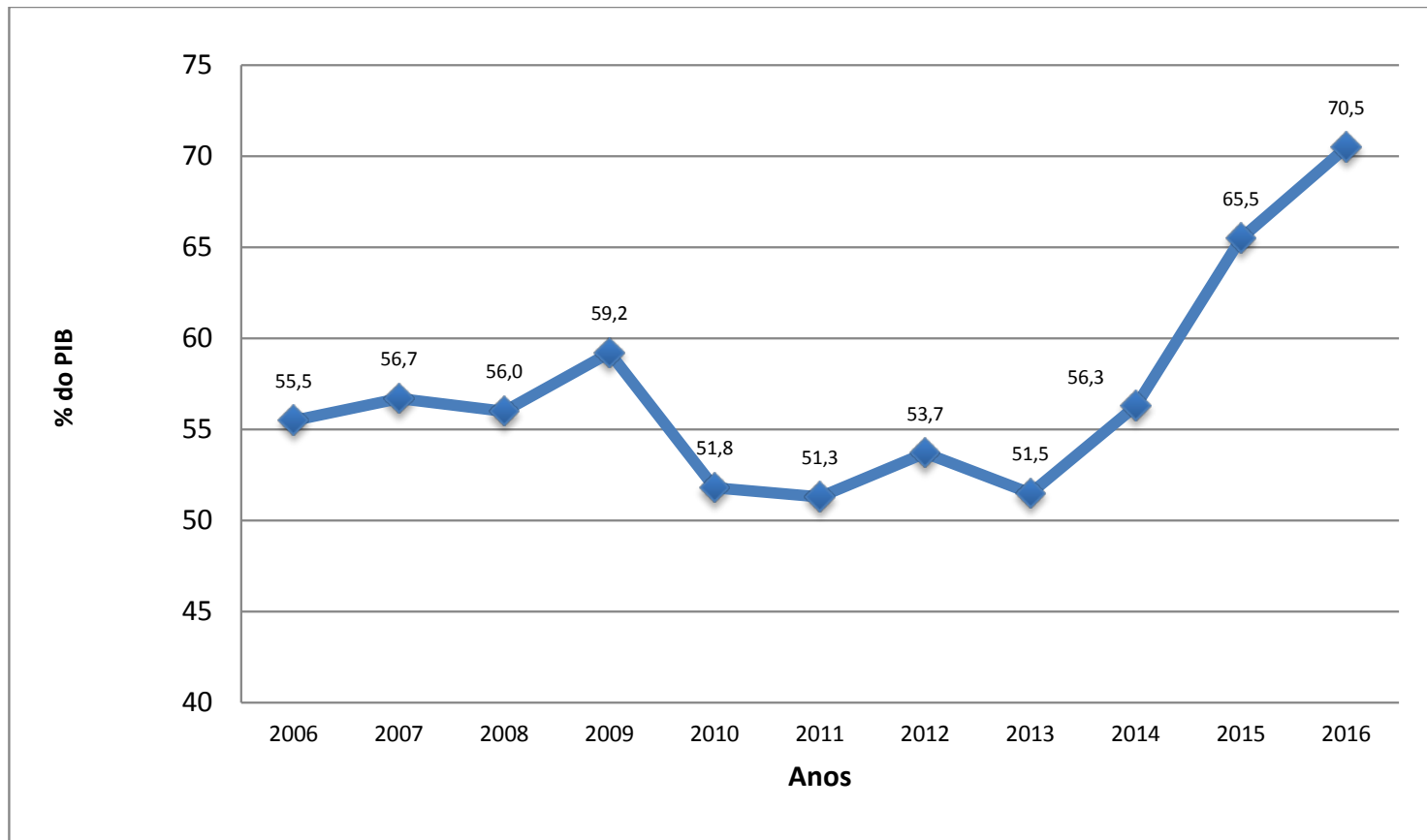
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

**FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO
(2014-2016)
BRASIL**



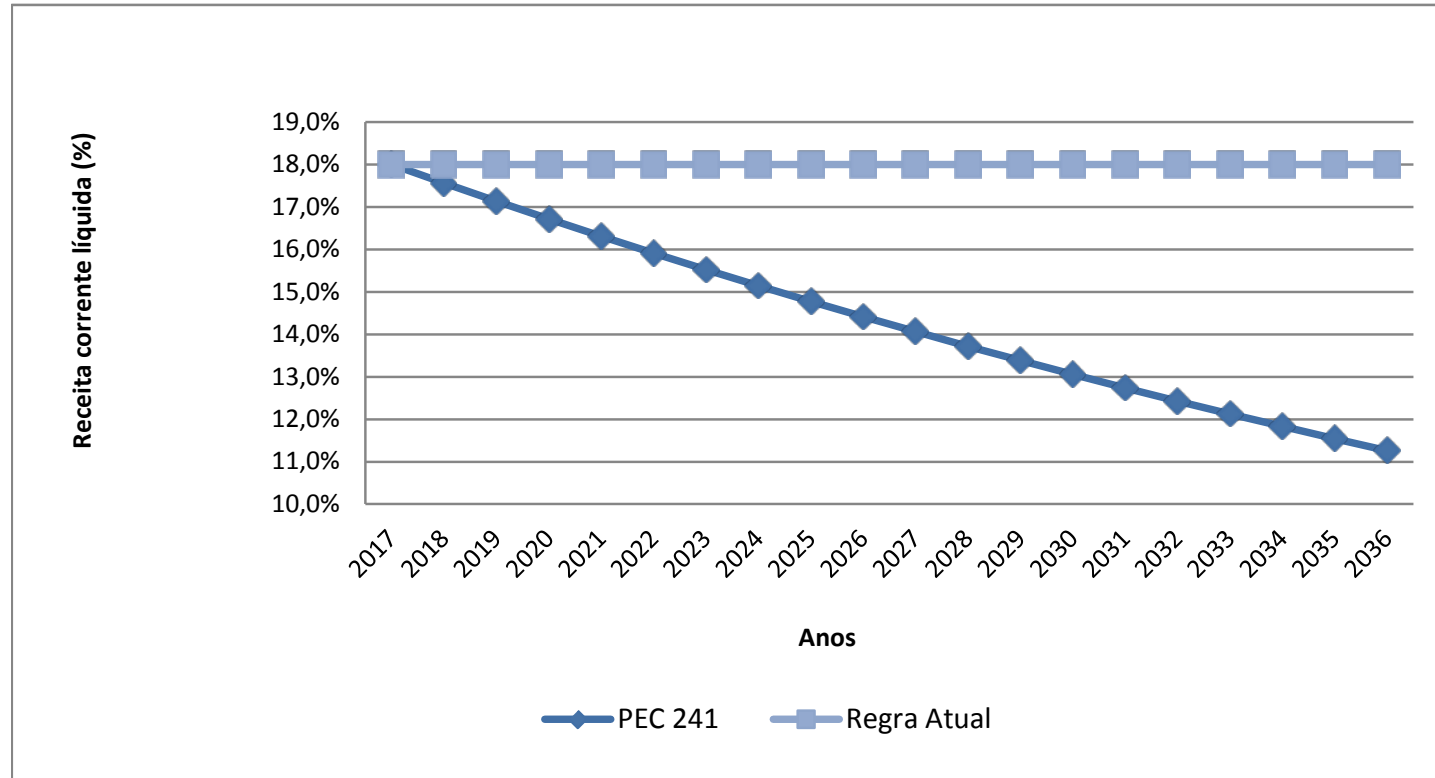
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD Contínua Trimestral (IBGE/SNIPC).
Elaboração própria.

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL ⁽¹⁾
(EM PORCENTAGEM DO PIB)
(2006-2016)
BRASIL



Fonte: Banco Central. (1) Valores da dívida exceto Petrobrás. Posição em dezembro. Metodologia adotada a partir de 2008. Para o ano de 2016, posição de novembro.

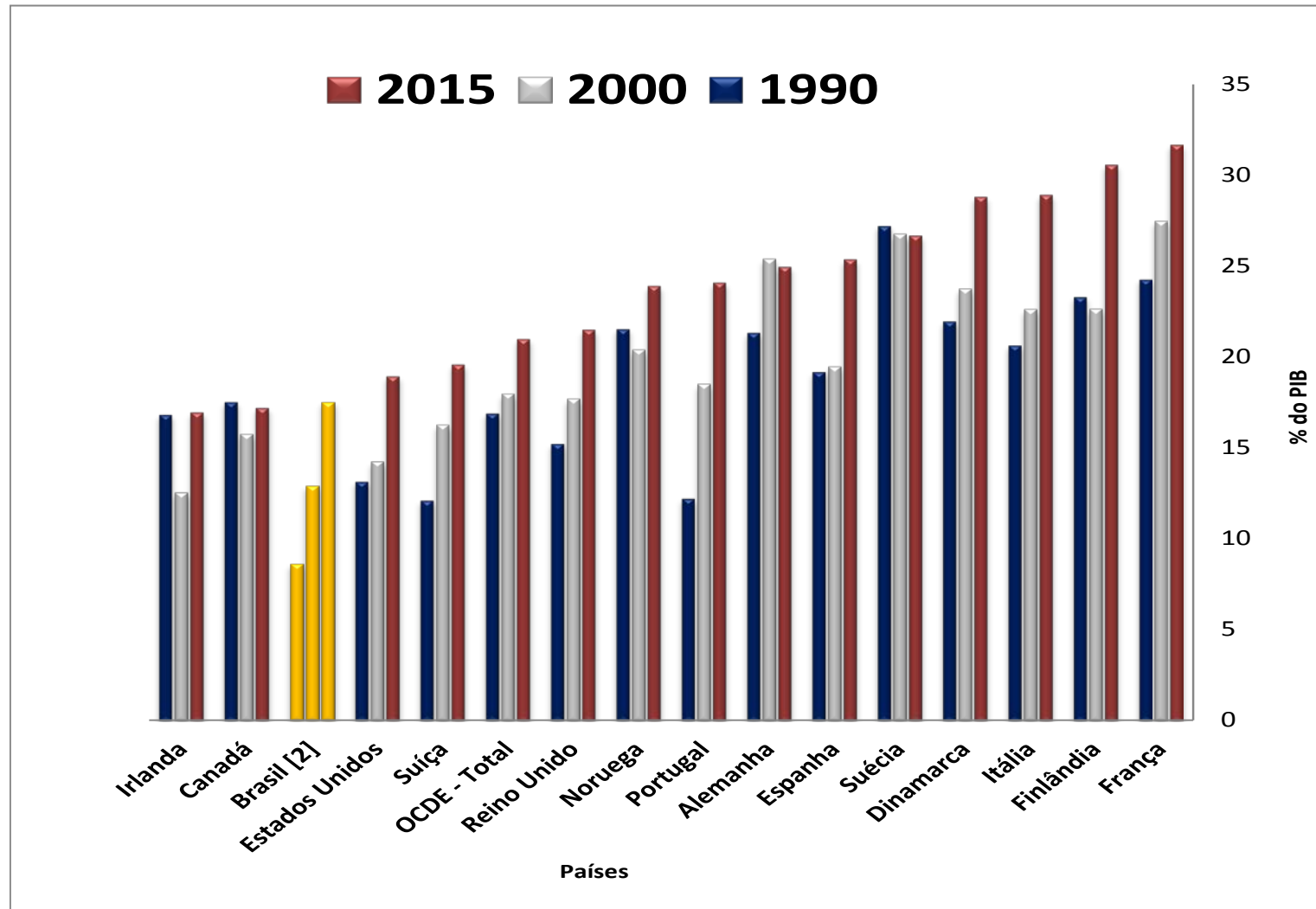
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DESTINADO À EDUCAÇÃO (2017-2036)
BRASIL



FONTE: Rossi e Dwek (2016)

**O questionável consenso de que
o desajuste fiscal é provocado
pelo gasto social**

**FIGURA 5 – GASTO SOCIAL PÚBLICO DIRETO EM % DO PIB
(1990, 2000, 2015)
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS**



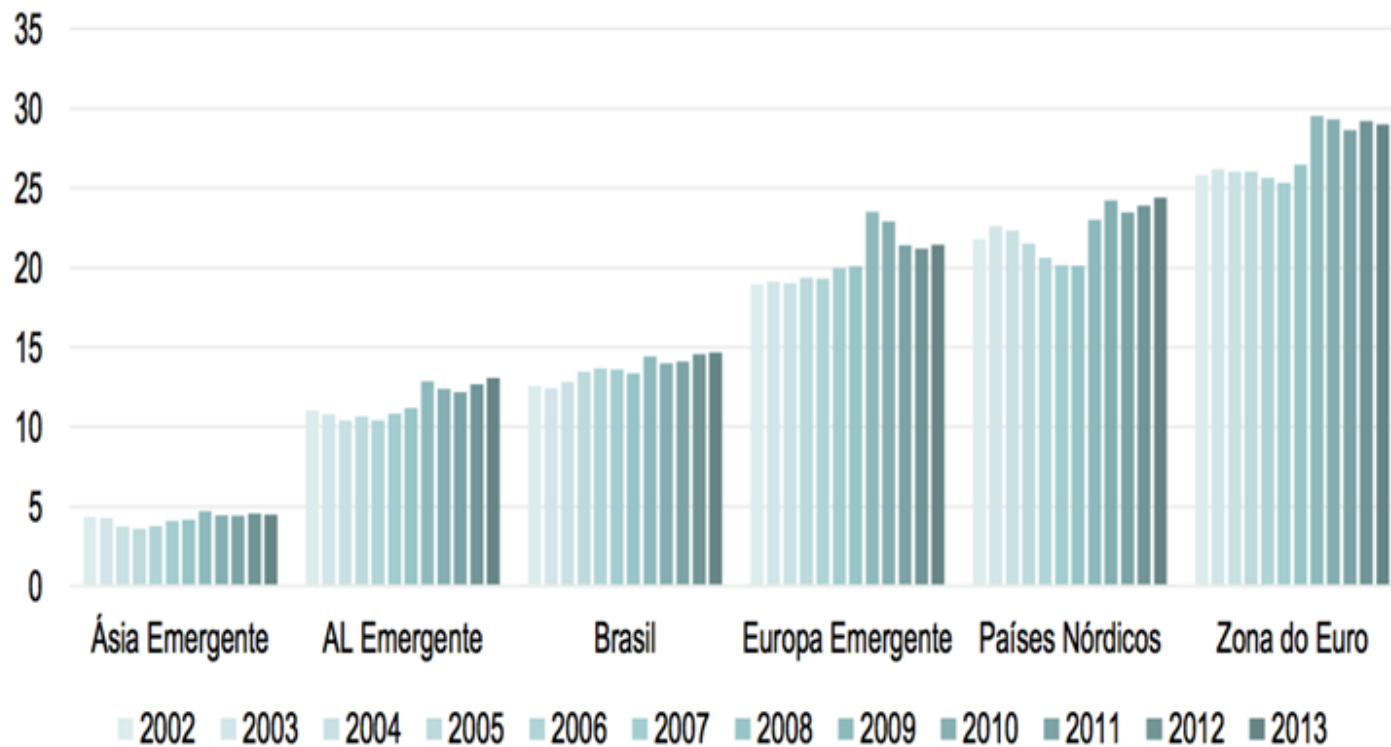
Fontes:

Estatísticas da OCDE. Gasto Social (SOCX). Somente gasto público direto.

Base de Datos de Inversión Social (Cepal)

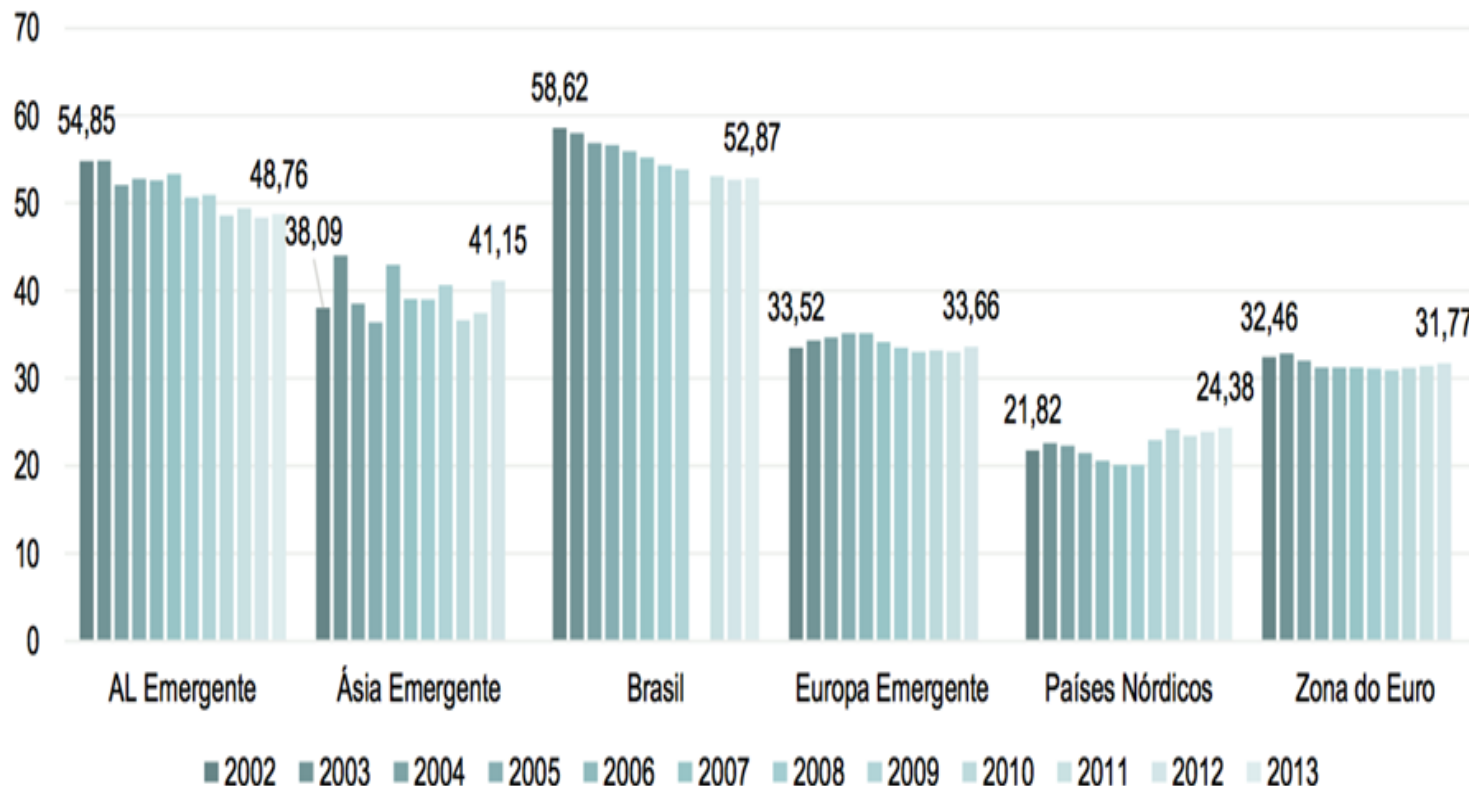
Gasto Social do Governo Central (2002-2015) (Secretaria do Tesouro Nacional/SIAFI/DISOR)

Gráfico 23. Gasto Social do Governo Central (%PIB) – Padrão Sociocultural, 2002-2013



Fonte: IMF (2015), CEPAL (2015) e governos de Argentina, Brasil e Estados Unidos (ver anexo 1).

Gráfico 29. Comparativo Internacional do índice Gini – 2002 a 2013



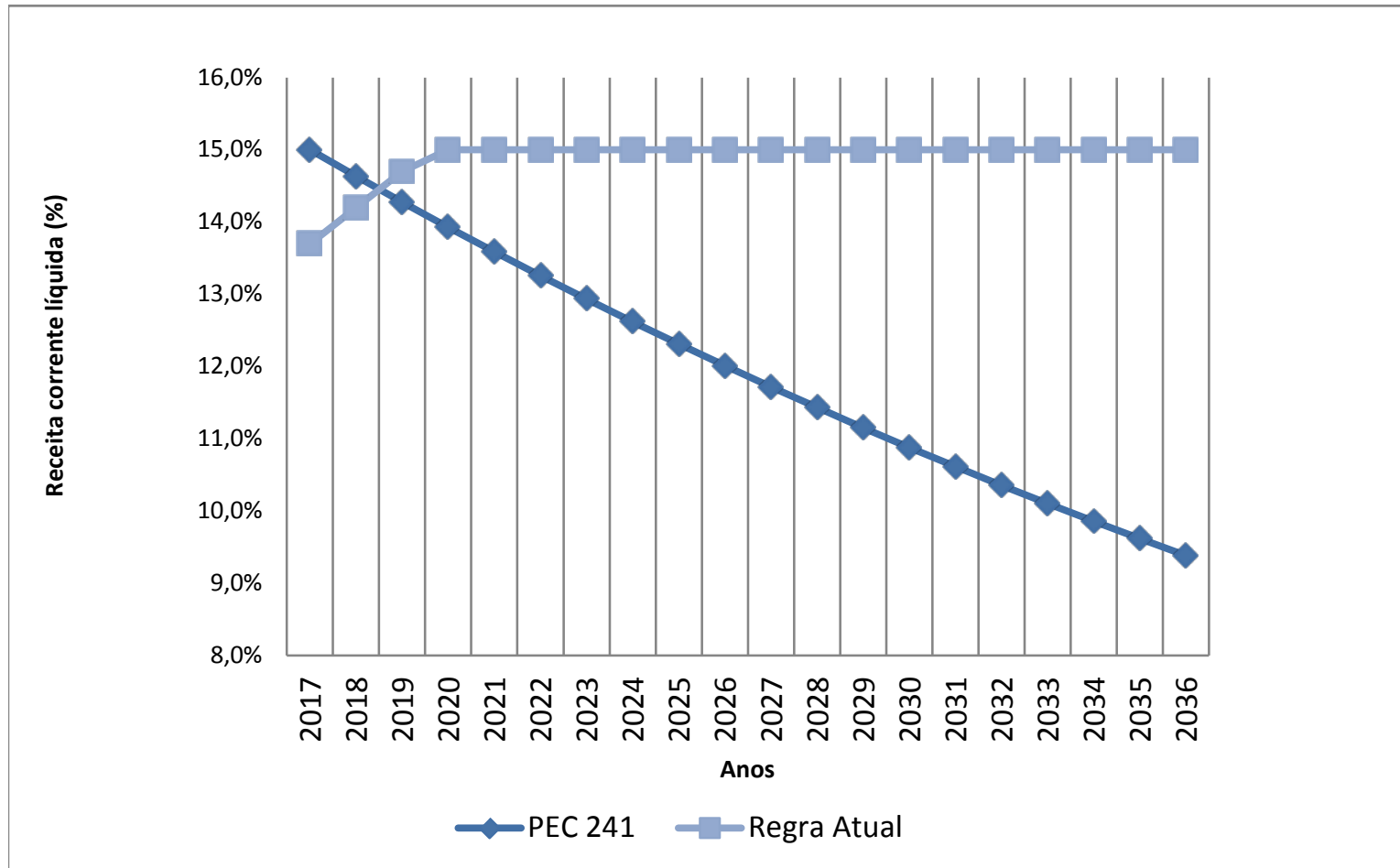
Fonte: Estimativa do Banco Mundial (2016).

Nota: No Brasil, não houve realização de PNAD em 2010. Informações para a Ásia Emergente, a Europa Emergente e a Zona do Euro até 2012.

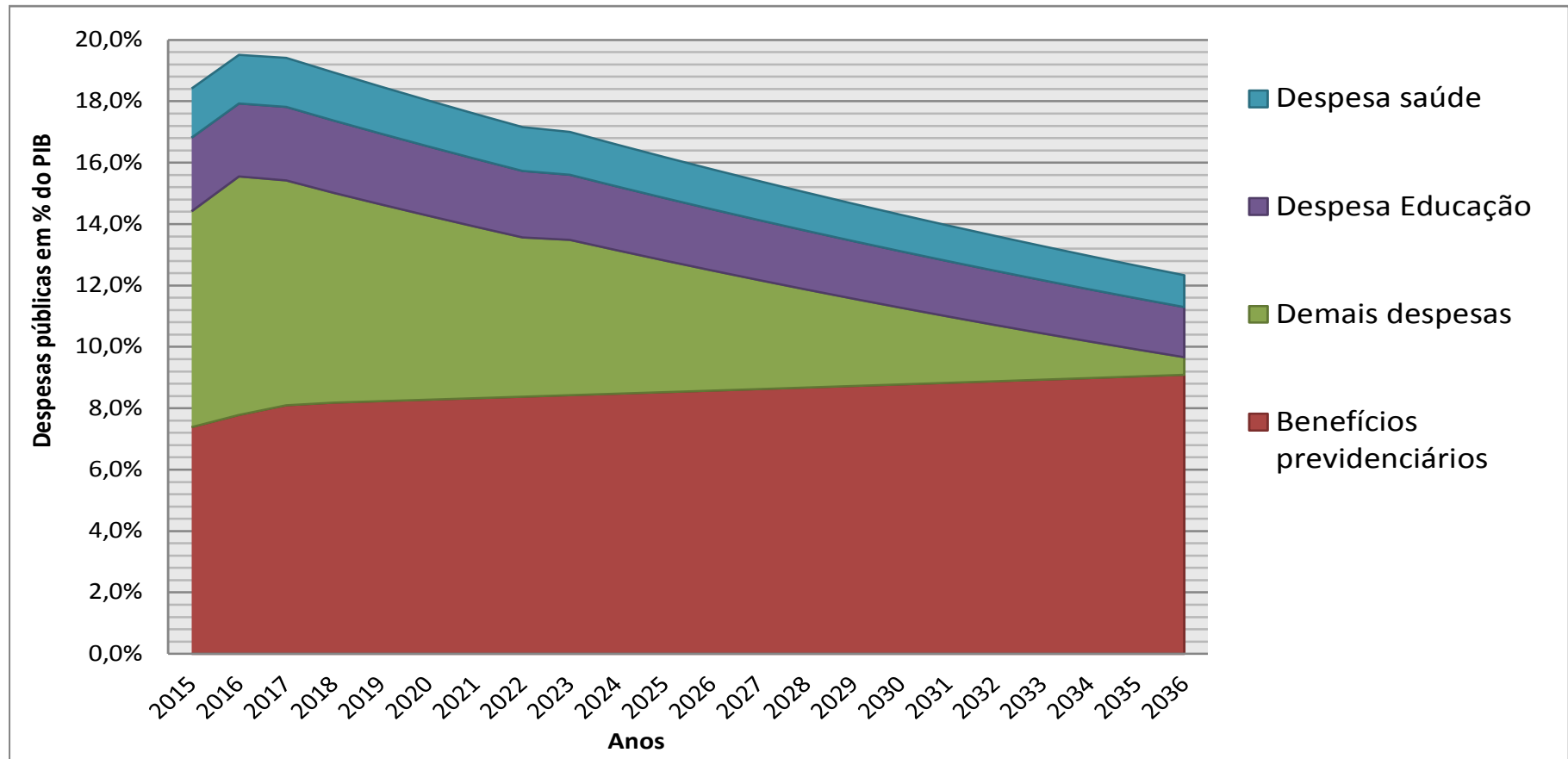
Mudança do modelo de sociedade pactuado em 1988

- Teto dos gastos
- Ampliação da DRU
- Desvinculação das fontes de financiamento da política social
- Reforma tributária
- Reforma da Previdência Social

FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DESTINADO À SAÚDE
(2017-2036)
BRASIL



**FIGURA 8 – EC N° 95/2016: SIMULAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS
(EM % DO PIB)
(2015-2036)
BRASIL**



Fonte: Austeridade e Retrocesso (2016)

2. Premissas questionáveis (I): o impacto da demografia nas finanças da Previdência.

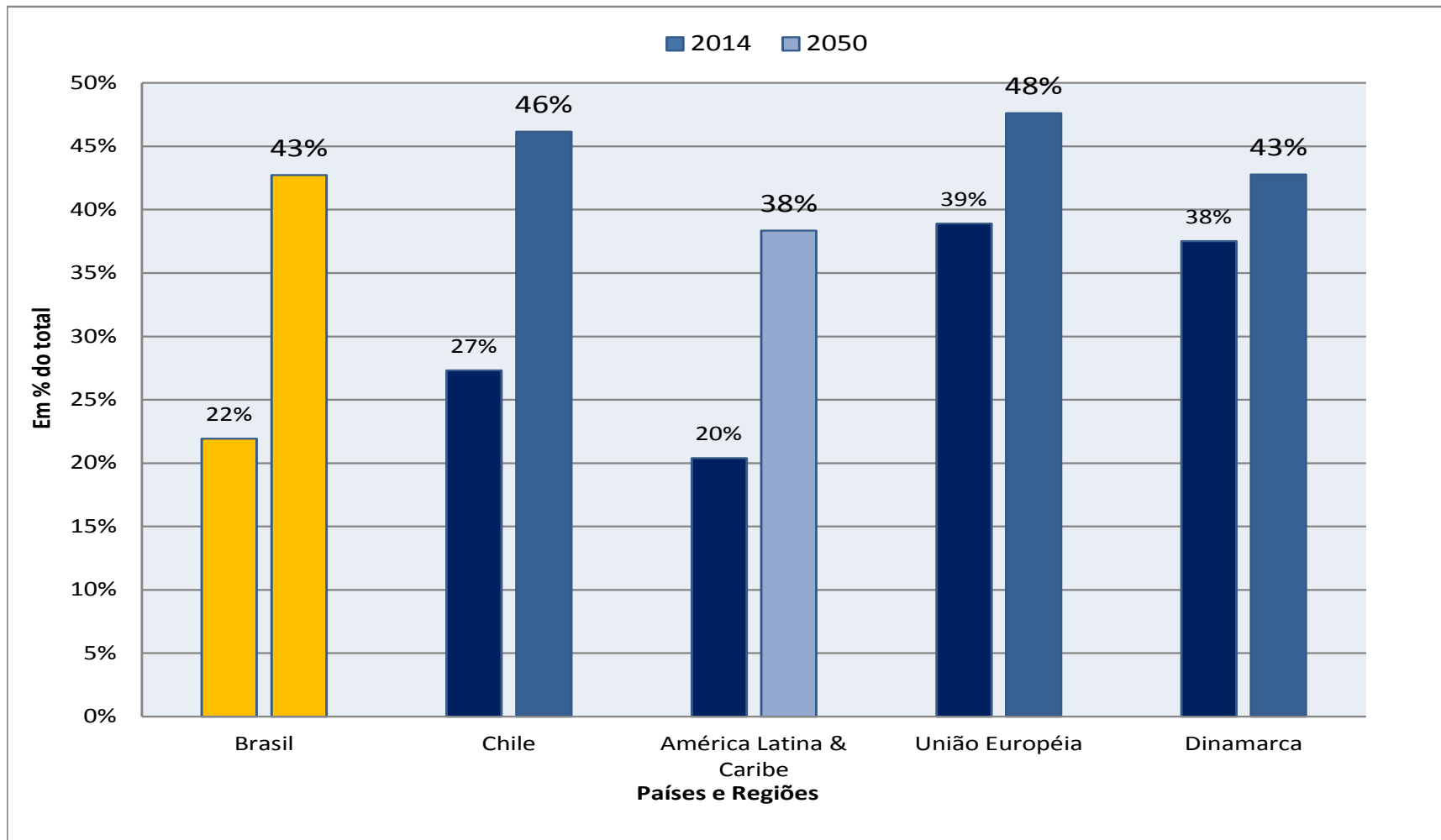
2.1. A longevidade é desejável

2.2. Existem alternativas: o problema não é a demografia, e sim a ausência de projeto de desenvolvimento para o país.

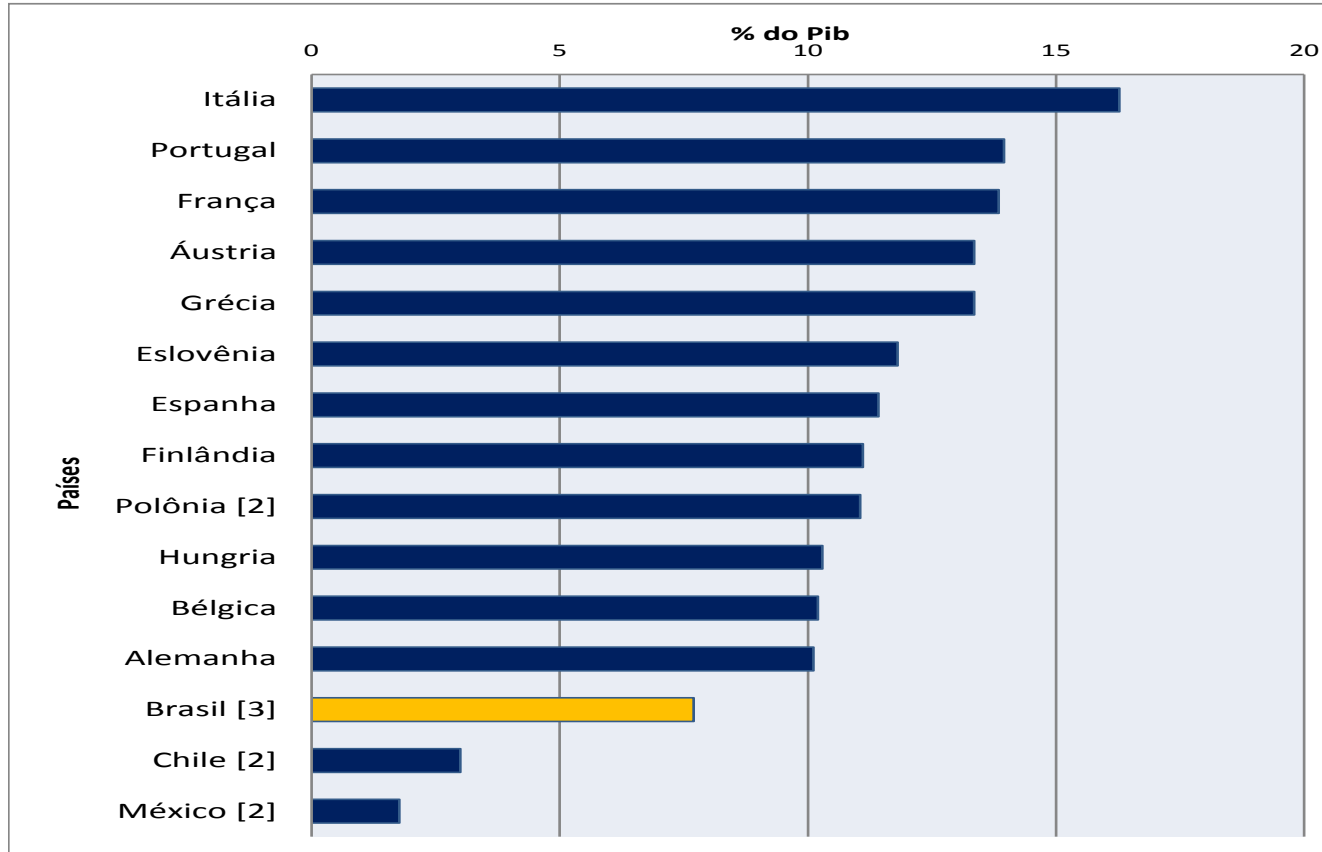
2.3. Existem alternativas: a experiência internacional dos fundos soberanos financeiros baseados em receitas de petróleo e gás

2.4. Existem alternativas: mudar a incidência dos impostos, da base salarial para a taxaço sobre a renda e riqueza financeiras.

**FIGURA 1 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 50 ANOS OU MAIS NA POPULAÇÃO TOTAL (2014-2050)
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS**



**FIGURA 2 – GASTO PREVIDENCIÁRIO EM % DO PIB ⁽¹⁾
(2013)
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS**



Fontes: Estatísticas da OCDE. *Social Expenditure* – Dados Agregados. Portal da Transparência – Gastos Diretos do Governo.

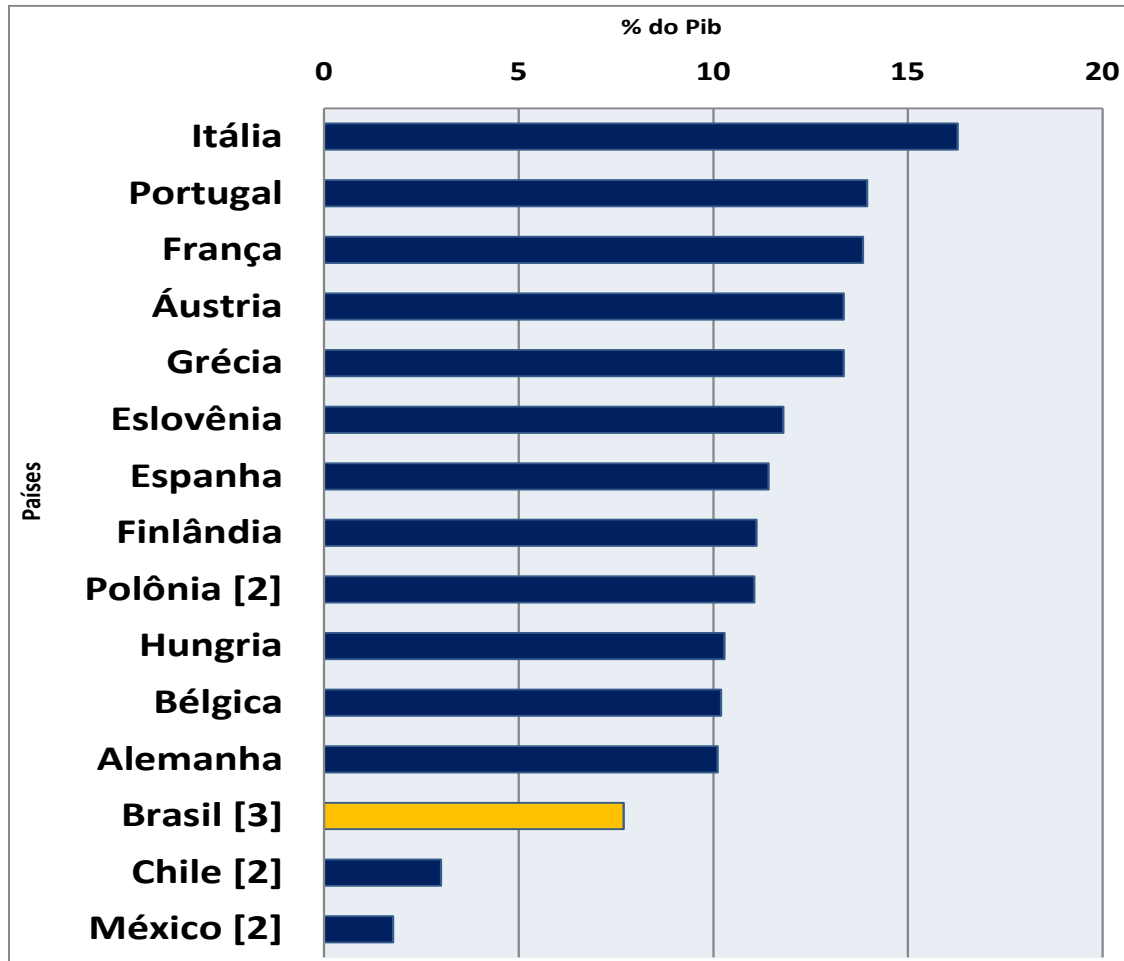
Notas:

[1] Gasto público direto com benefícios em dinheiro para idosos e pensões por morte para dependentes. Inclui aposentadorias por idade, aposentadorias antecipadas e pensões por morte. Não inclui gasto privado compulsório nem outras fontes de recursos.

[2] Dados de 2010.

[3] Despesas Totais do INSS sobre o PIB em 2013.

FIGURA 2 – GASTO PREVIDENCIÁRIO EM % DO PIB ⁽¹⁾
(2013)
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS



Fontes: Estatísticas da OCDE. *Social Expenditure* – Dados Agregados. Portal da Transparência – Gastos Diretos do Governo.

Notas:

[1] Gasto público direto com benefícios em dinheiro para idosos e pensões por morte para dependentes. Inclui aposentadorias por idade, aposentadorias antecipadas e pensões por morte. Não inclui gasto privado compulsório nem outras fontes de recursos.

[2] Dados de 2010.

3. Premissas questionáveis (II): contrapontos ao discurso sobre o “déficit” na Previdência

3.1. Sobre a existência de “déficit” nas contas da Previdência Social

3.2. O "déficit" é efeito de não se contabilizar como receita da Previdência a contribuição do governo

3.3. Um discurso recorrente desde 1988

3.4. Quão acuradas são as projeções atuariais do RGPS para 2060?

3.5. A Previdência não é “o maior item do gasto público”

3.6. Comparações internacionais em torno do tamanho dos gastos previdenciários

FIGURA 4 - PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-28) - ESTRUTURA DA DESPESA 2012 (EM %)

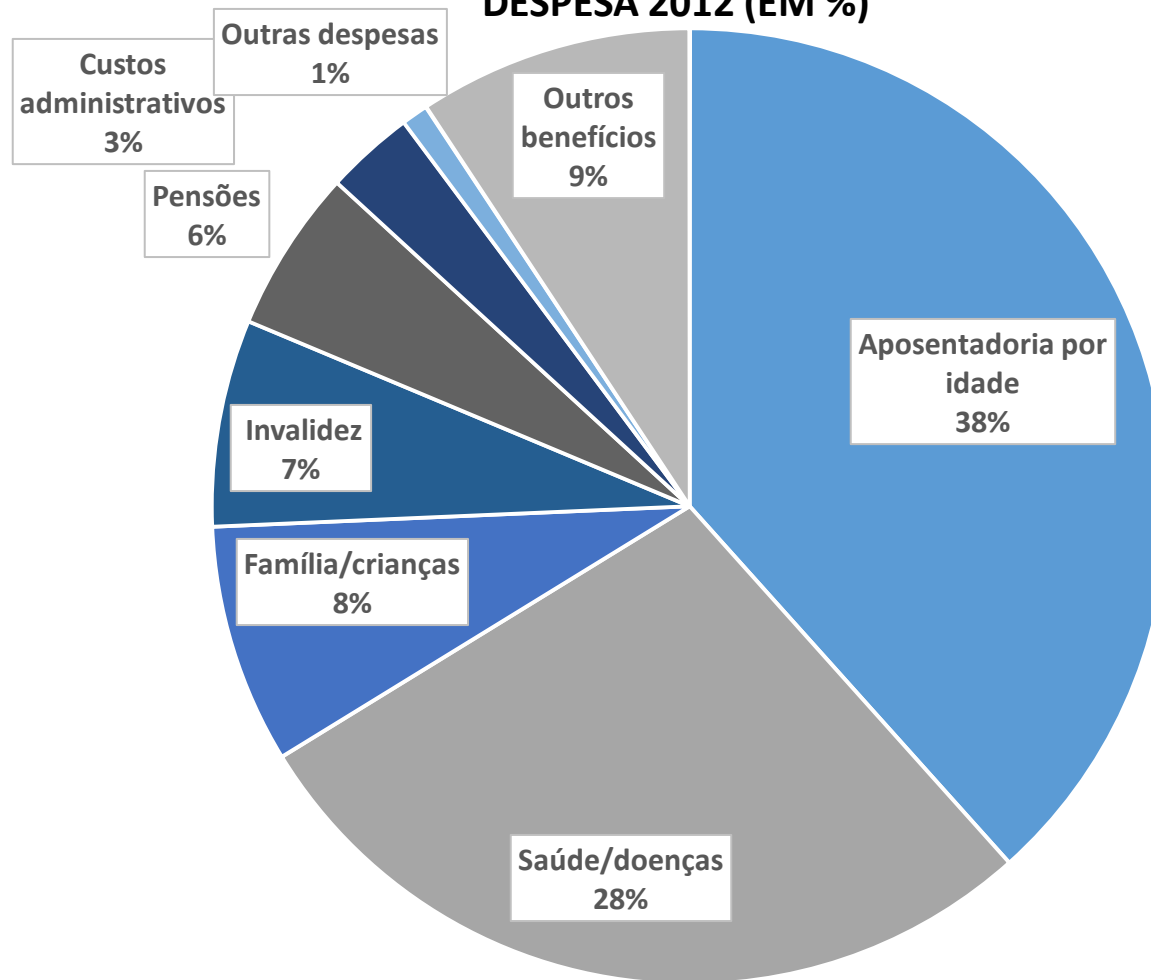
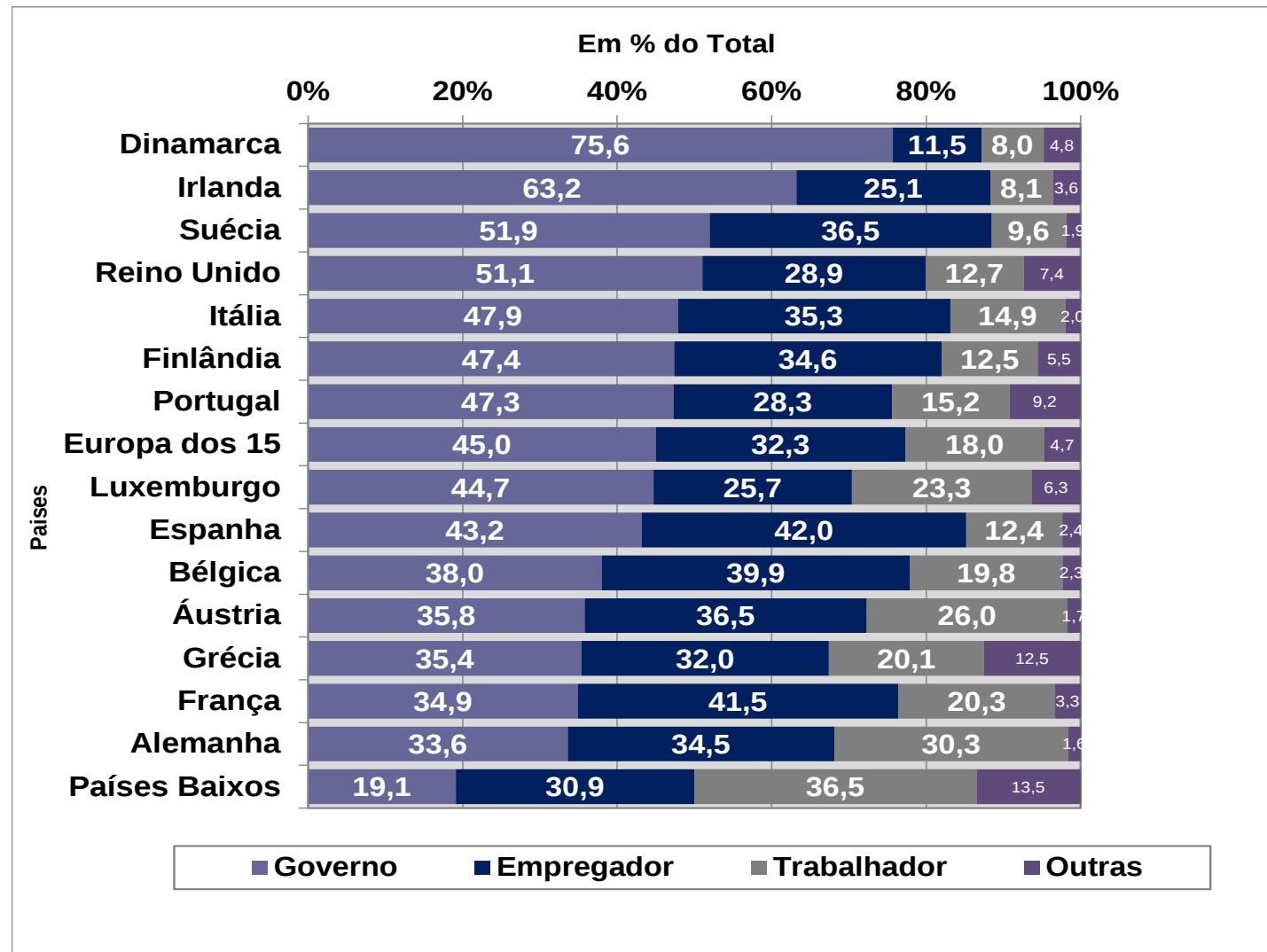
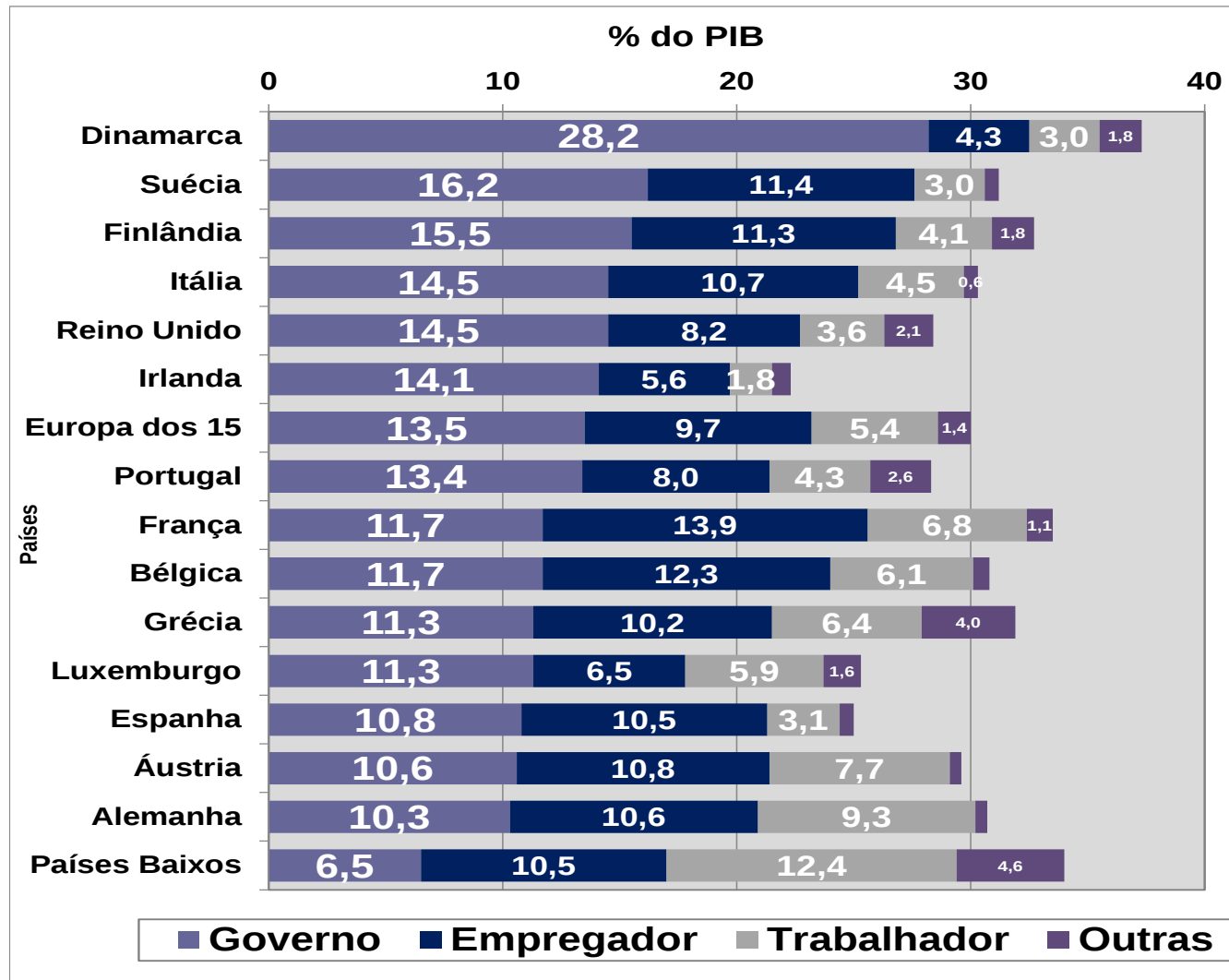


FIGURA 2 – FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-15)
(PARTICIPAÇÃO %)
2012



Fonte: Eurostat

FIGURA 3 – FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-15)
(EM % DO PIB)
2012



FONTE: EUROSTAT

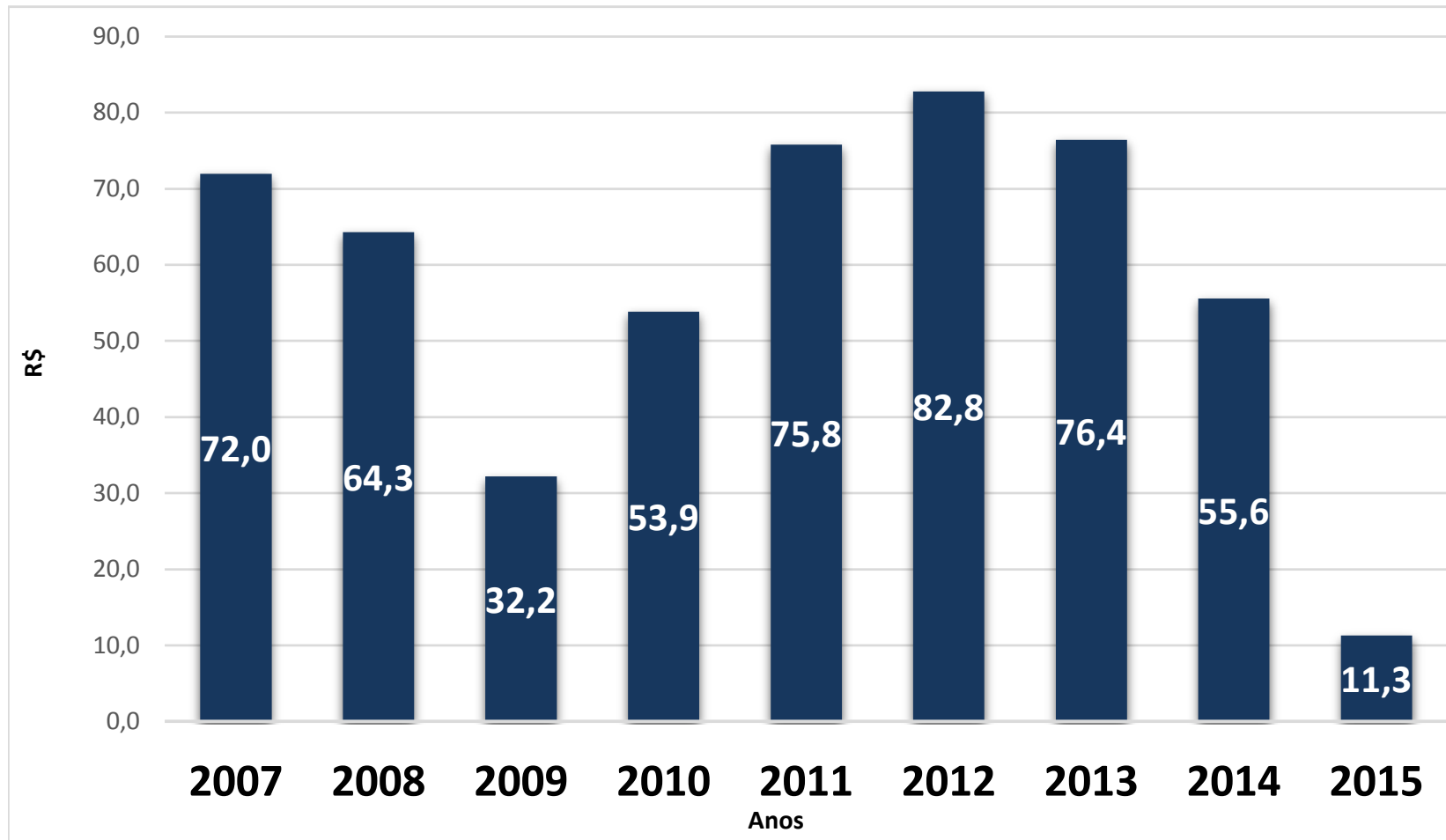
Esse modelo inspirou a instituição do Orçamento da Seguridade Social estabelecido pelo artigo 195 da Constituição de 1988. **O artigo 194** estabelece que a Seguridade Social é integrada pelos setores da previdência, saúde, assistência social e seguro-desemprego. Para financiar a Seguridade Social, **o artigo 195** estabeleceu o Orçamento da Seguridade Social, integrado pelas seguintes fontes principais:

- Receitas da Contribuição previdenciária para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) pagas pelos **empregados e pelas empresas**;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL);**
- **Contribuição Social Para o Financiamento da Seguridade Social COFINS);**
- **Contribuição para o PIS/PASEP para financiar o Programa do Seguro – Desemprego**
- Receitas das contribuições sobre concurso de prognósticos e Receitas próprias de todos os órgãos e entidades que participam desse Orçamento.

FIGURA 6 – RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (EM R\$MILHÕES CORRENTES)
ANOS SELECIONADOS

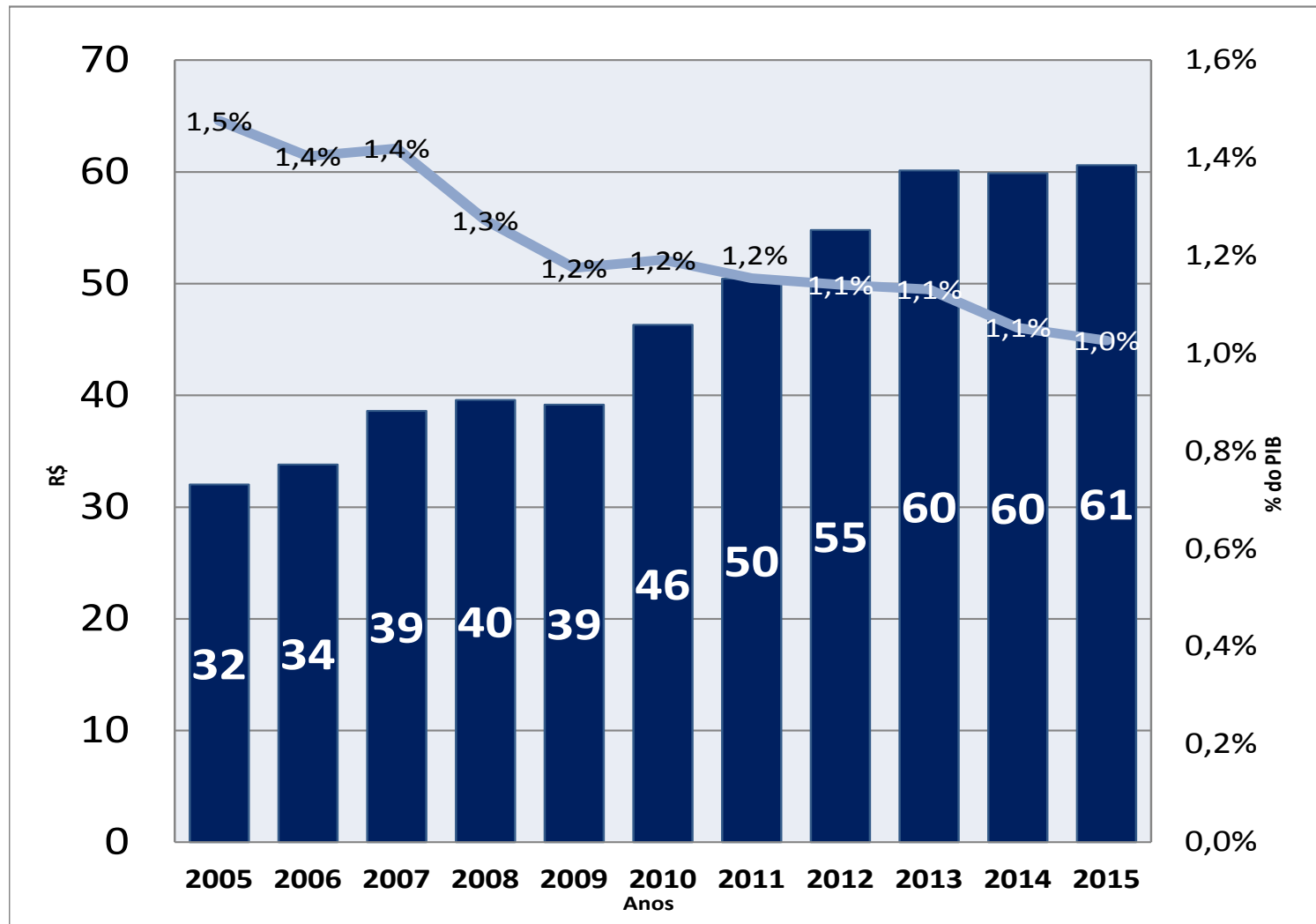
RECEITAS REALIZADAS	2005	2007	2009	2011	2013	2015
1. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	277.045	340.281	375.887	508.095	634.239	671.637
Receita Previdenciária ⁽¹⁾	108.434	140.412	182.008	245.890	317.164	352.553
Arrecadação Previdenciária	108.434	140.412	182.008	245.890	307.147	350.272
Urbana	105.086	136.167	177.444	240.534	300.991	343.191
Rural	3.348	4.245	4.564	5.356	6.156	7.081
Compensações não repassadas ⁽²⁾					10.017	2.281
Cofins	89.597	101.835	116.759	159.625	199.410	200.926
CSLL	26.232	33.644	43.592	57.582	62.545	59.665
PIS/Pasep	22.083	26.116	31.031	41.584	51.065	53.071
Outras contribuições ⁽³⁾	30.699	38.274	2.497	3.414	4.055	5.423
2. RECEITAS DE ENTIDADES DA SEGURIDADE	11.704	12.603	14.289	16.787	15.078	20.534
Recursos Próprios do MDS	87	43	160	86	239	137
Recursos Próprios do MPS	798	962	503	672	819	1.078
Recursos Próprios do MS	947	1.888	2.542	3.220	3.858	4.257
Recursos Próprios do FAT	9.507	9.304	10.652	12.240	9.550	14.160
Recursos Próprios dos HU	102	110	50	58	103	238
Taxas, multas e juros da Fiscalização.	264	296	381	511	509	664
3. Contrapartida do Orçamento Fiscal EPU ⁽⁴⁾	1.052	1.766	2.015	2.256	1.782	2.226
TOTAL DE RECEITAS	289.801	354.649	392.191	527.137	651.099	694.397
DESPESAS REALIZADAS	2005	2007	2009	2011	2013	2015
1. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (1)	145.816	182.575	225.095	281.438	357.003	436.090
Previdenciários urbanos	118.626	147.386	178.999	218.616	274.652	336.296
Previdenciários rurais	27.190	35.189	44.850	61.435	80.355	98.041
Compensação previdenciária (5)	-	-	1.246	1.387	1.996	1.753
2. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS (6)	9.335	13.468	18.712	25.116	33.869	41.798
3. BOLSA FAMÍLIA E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	6.769	8.943	11.877	16.767	24.004	26.921
4. EPU – BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	1.052	1.766	2.015	2.256	1.782	2.226
5. SAÚDE: DESPESAS DO MS (7)	34.517	45.798	58.270	72.332	85.429	102.206
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESPESAS DO MDS (7)	1.716	2.302	2.746	4.033	6.227	5.389
7. PREVIDÊNCIA SOCIAL: DESPESAS DO MPS (7)	3.404	4.792	6.265	6.767	7.401	8.197
8. OUTRAS AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	2.384	4.404	7.244	7.875	11.871	11.547
9. BENEFÍCIOS FAT	11.375	17.951	27.092	34.159	46.561	48.180
10. OUTRAS AÇÕES DO FAT	547	685	650	579	505	506
TOTAL DE DESPESAS	216.915	282.685	359.968	451.323	574.653	683.061
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL	72.886	71.965	32.223	75.814	76.446	11.337

**FIGURA 4 – SUPERAVIT DA SEGURIDADE SOCIAL
(EM MILHÕES CORRENTES)
2007-2015.**



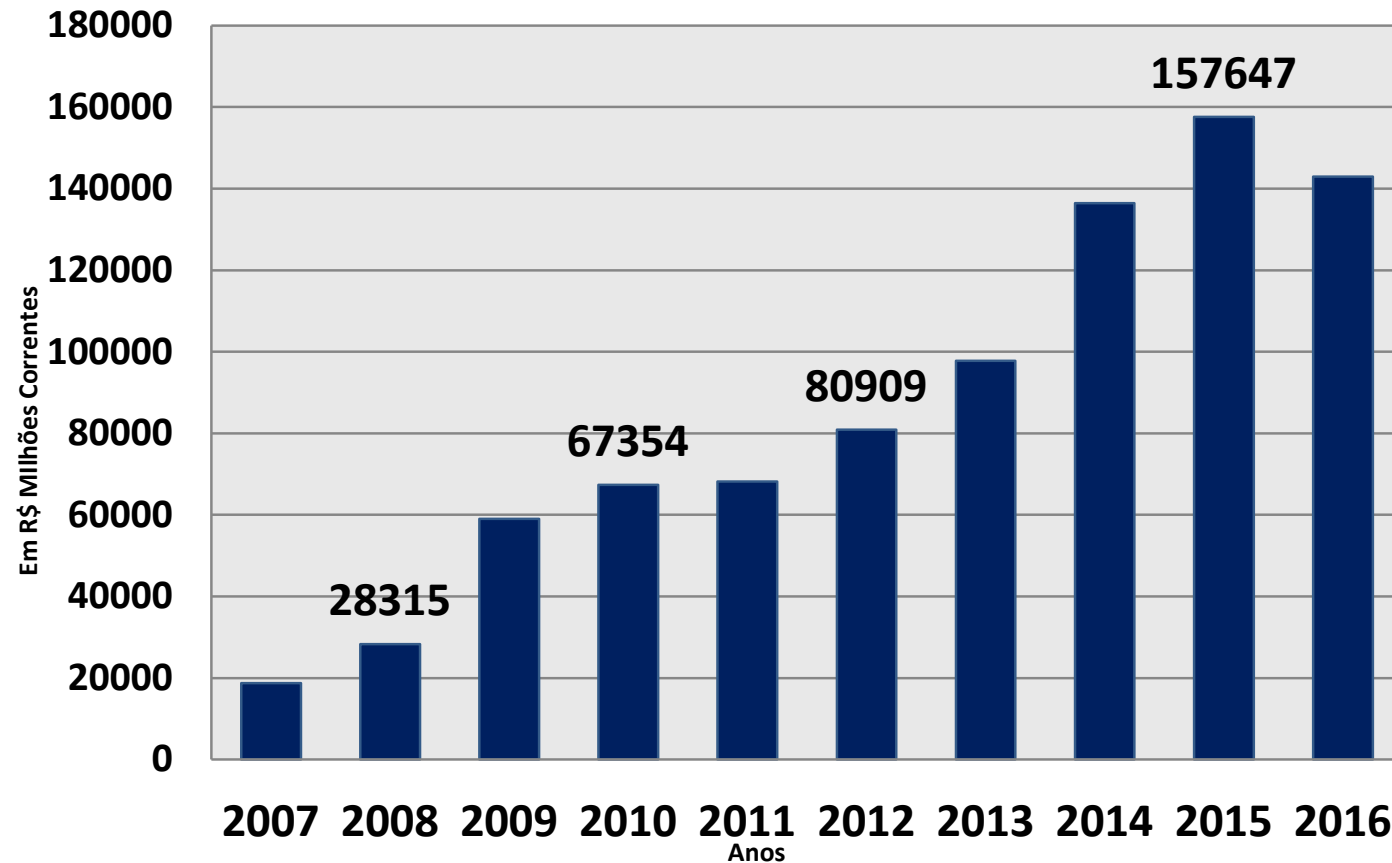
Fonte: ANFIP *in* Análise da Seguridade Social 2015.

FIGURA 7 – DRU – CAPTURA DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL
(EM R\$ BILHÕES CORRENTES E % DO PIB)
2005-2015



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO/STN

FIGURA 8 – TOTAL DE DESONERACÕES DA RECEITA DA SEGURIDADE SOCIAL
(EM R\$ MILHÕES CORRENTES)
2007-2016



Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários. PLOA [projeções] e Relatório de Bases Efetivas.

De onde vem o suposto “déficit” da Previdência?

Se a Previdência é parte da Seguridade Social; e se o Orçamento da Seguridade Social é superavitário; então, de onde vem o suposto déficit?

O déficit vem da não contabilização da contribuição do governo como receita da Previdência.

Para o MPAS, as contribuições do governo, previstas no artigo 195 da CF-88, não são fontes de financiamento do RGPS.

Para o MPAS. Desde 1989 a Previdência não faz parte da Seguridade Social.

Um rombo federal. Entrevista com Jäder Barbalho. **Veja, 31/5/1989.**

“O problema do déficit da previdência social está sendo gerado por fatores externos à previdência social.

Do Cofins a que a Previdência teria direito, só foi repassado 0,32%. O que a Secretaria de Planejamento argumenta é que esse dinheiro foi repassado para outros setores do governo que compõem o conjunto da seguridade social – que abrange o ministério da Saúde e até mesmo os pensionistas da União.

Além disso, outra fonte de renda, a Contribuição Social sobre os Lucros das empresas (CSLL), caiu com o Plano Verão, reduziu-se ao meio. De um total de três bilhões, a Previdência só recebeu 1,5 bilhão de cruzados novos.”.

Perguntado pelo jornalista se seria **“ético transferir dinheiro da Previdência para pagar pensionistas da União”**, como fez o então ministro do Planejamento João Batista de Abreu, o ministro retrucou **e voltou a admitir a inconstitucionalidade das ações do governo do qual fazia parte:**

“Não vou discutir ética. Não interessa o conflito meu com o João Batista. As conversas com ele têm sido amigáveis. O grande problema do ministro do Planejamento é que ele tem vários déficits para administrar. Na hora que eu pedir para ele mandar o Cofins para Previdência, ele pode chegar e perguntar: ‘Como é que eu vou pagar os pensionistas da União?’ Isso porque o déficit da Previdência é resultado do déficit da União. Todo mundo deve ser pago com o dinheiro da seguridade social, mas a maior parte foi destinada ao pagamento dos pensionistas da União”.

Pedalada Constitucional

“Déficit” da Previdência (INSS): a Previdência não faz parte da Seguridade?

Contabilidade Criativa

“Déficit” da Seguridade Social: o RPPS é parte da Seguridade?

O importante posicionamento da OAB Nacional

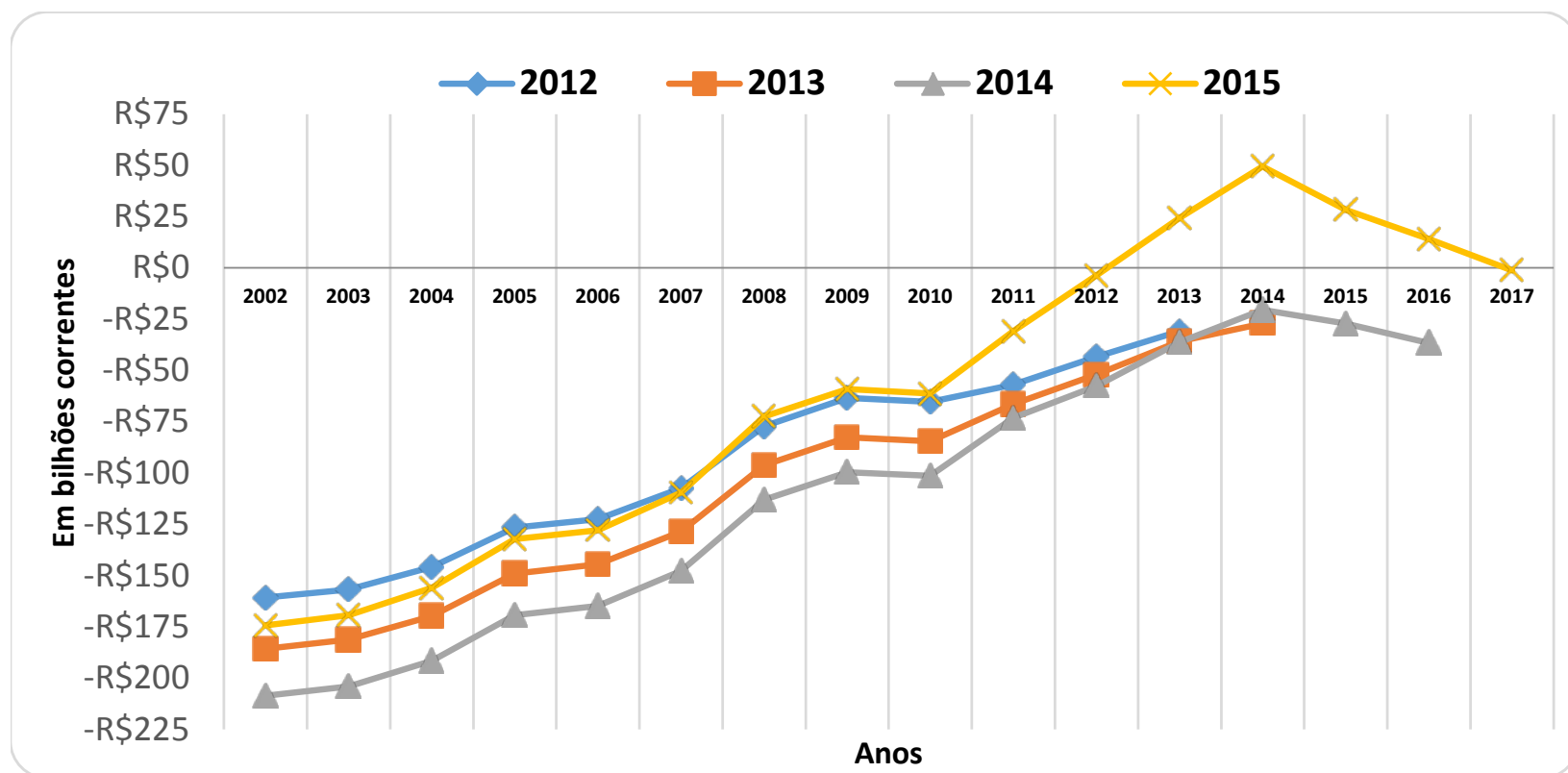
As inconsistências do “modelo atuarial” para projeções de longo prazo adotado pelo governo

Quais são as variáveis utilizadas?

Quais premissas embasam a projeção de cenários para 2060?

Quão acuradas são as projeções financeiras e atuariais do RGPS que servem de base para as profecias dos críticos da Previdência?

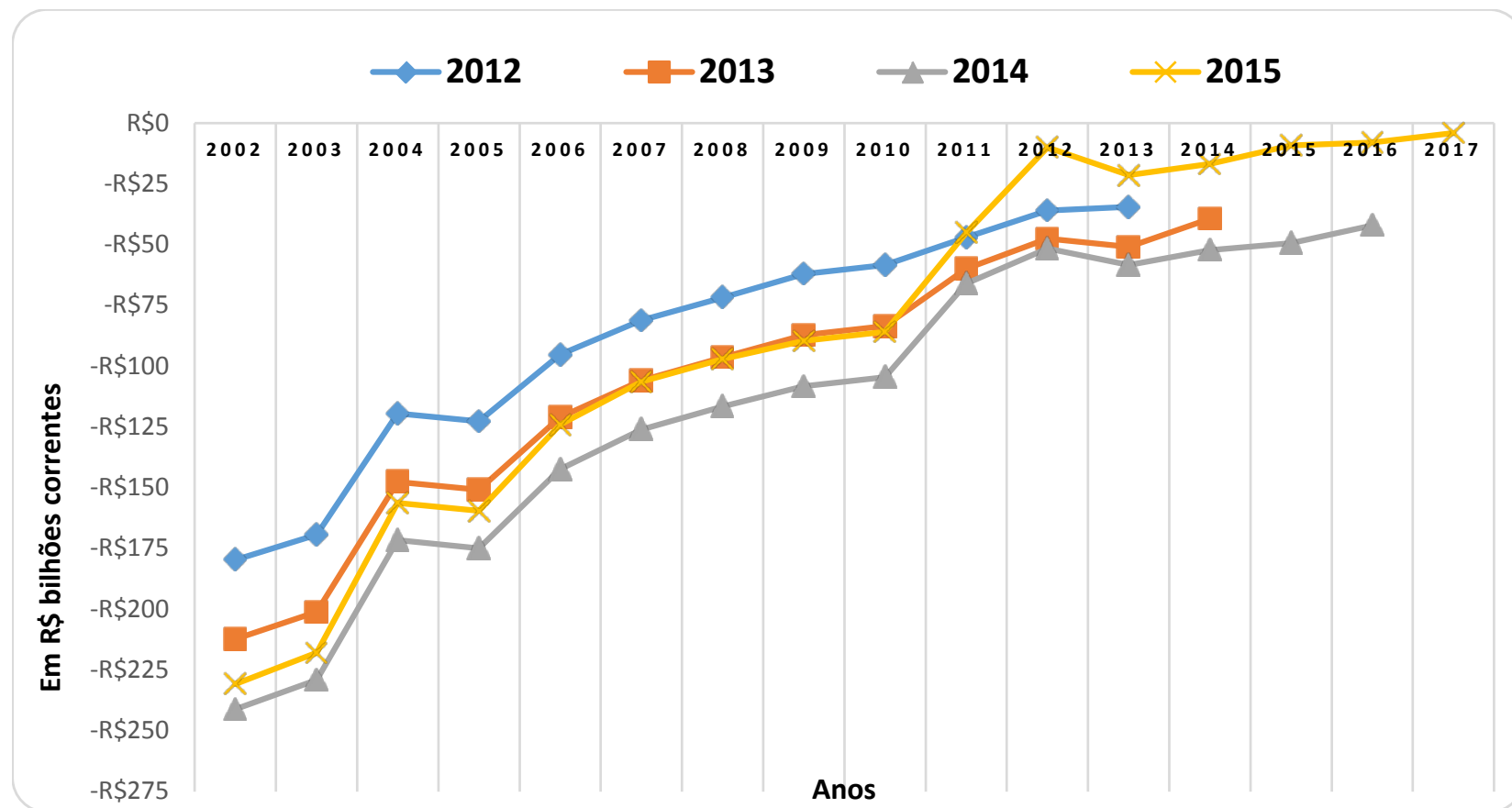
FIGURA 10 – ERROS NAS PROJEÇÕES DE RECEITAS – DIFERENÇA ENTRE RECEITA PROJETADA E REALIZADA – LDO 2012-2016 (EM R\$ BILHÕES CORRENTES)
BRASIL
2002-2017



Fonte: SPPS/MTPS, SOF/MP e SPE/MF.

Observação: Parâmetros SPE/MF de 11/03/2016; Receitas e despesas de 2015 – valores realizados.

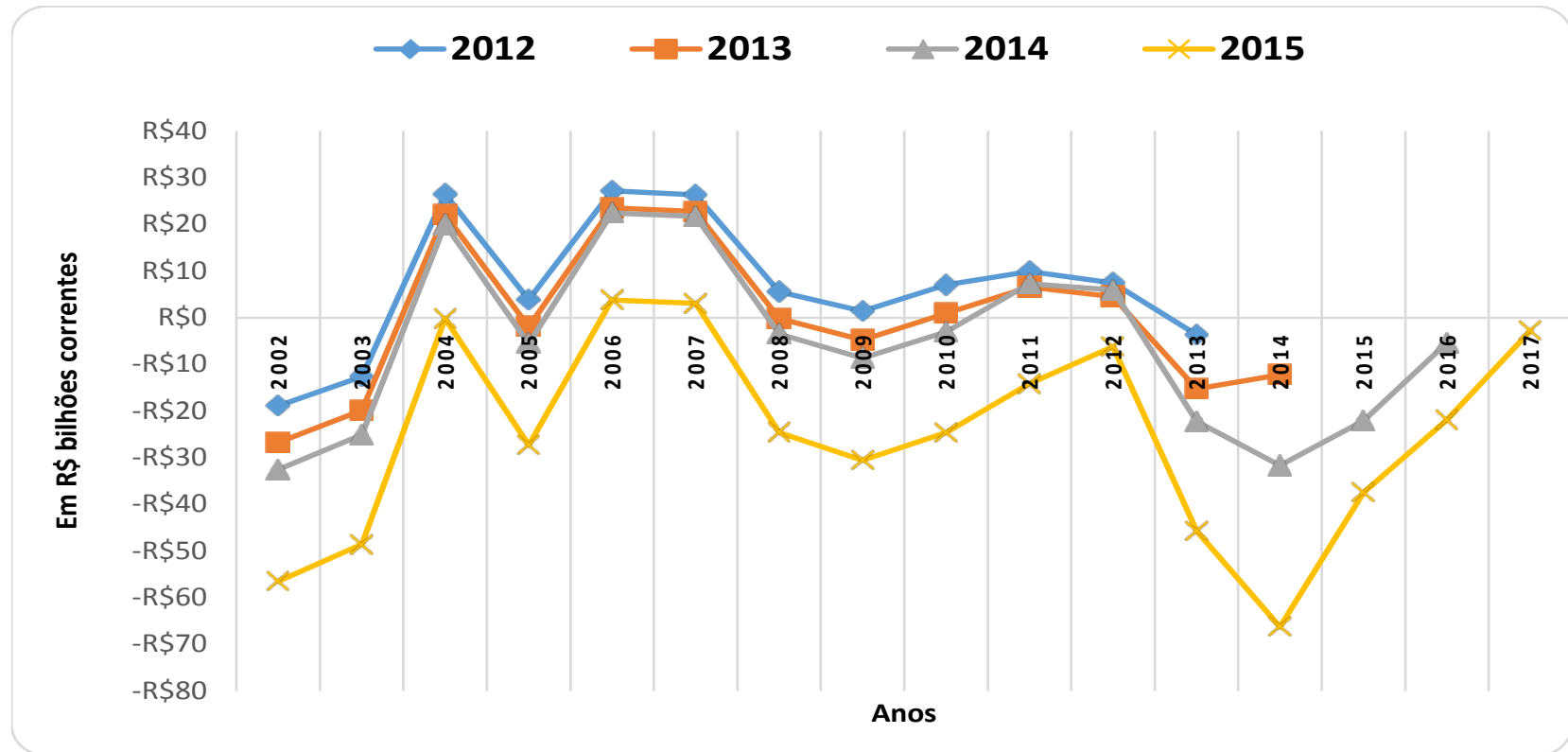
FIGURA 11 – ERROS NAS PROJEÇÕES DE DESPESAS – DIFERENÇA ENTRE DESPESAS PROJETADAS E REALIZADAS – LDO 2012-2016 (EM R\$ BILHÕES CORRENTES)
BRASIL
2002-2017



Fonte: SPPS/MTPS, SOF/MP e SPE/MF.

Observação: Parâmetros SPE/MF de 11/03/2016; Receitas e despesas de 2015 – valores realizados.

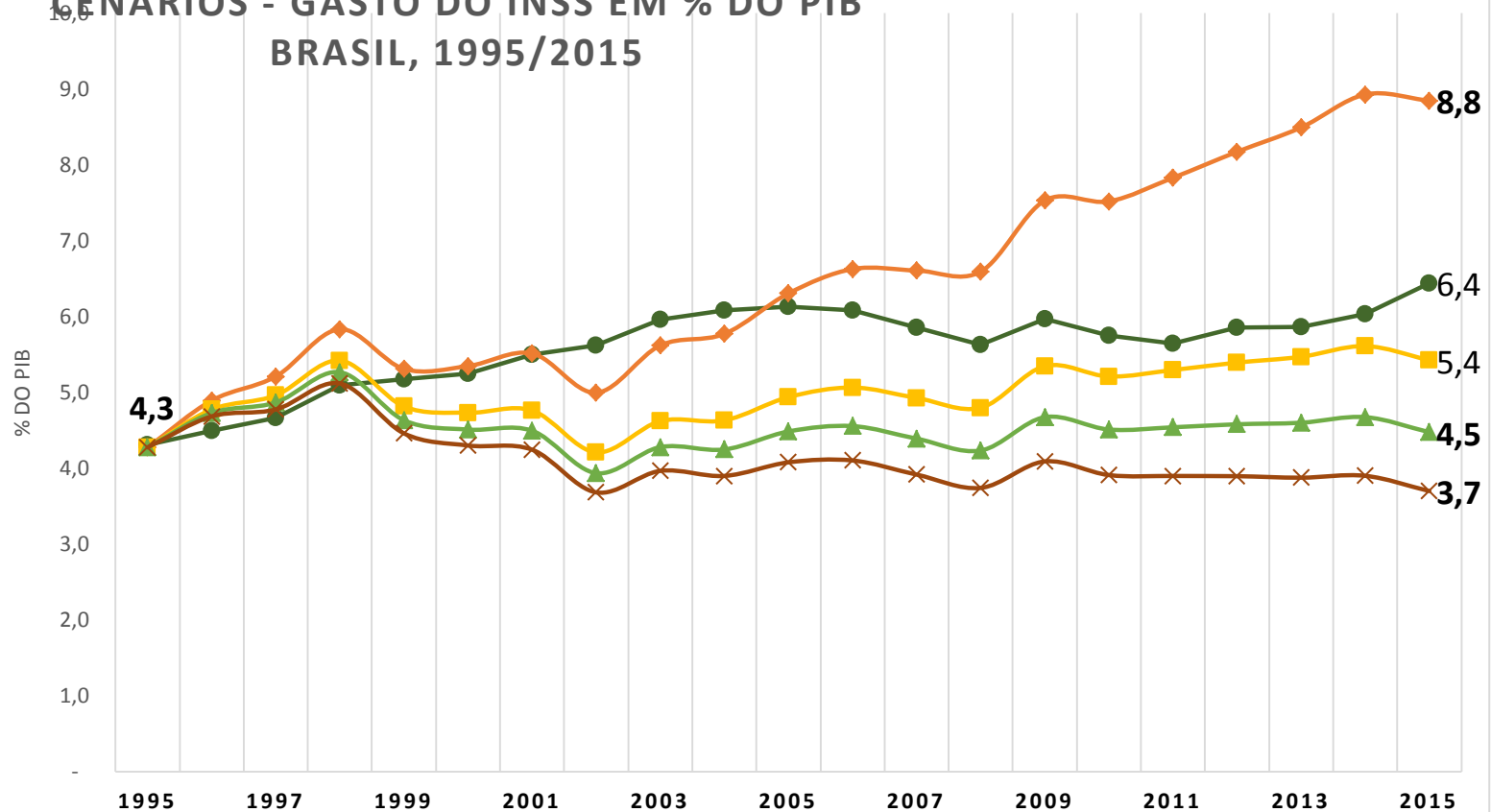
FIGURA 12 – ERROS NAS PROJEÇÕES DO SUPOSTO DÉFICIT NO RGPS – LDO
2012-2016
(EM R\$ BILHÕES CORRENTES)
BRASIL
2002-2017



Fonte: SPPS/MTPS, SOF/MP e SPE/MF.

Observação: Parâmetros SPE/MF de 11/03/2016; Receitas e despesas de 2015 – valores realizados.

CENÁRIOS - GASTO DO INSS EM % DO PIB BRASIL, 1995/2015



- PIB - Crescimento efetivo (média 2,62%a.a)
- ◆ PIB - Crescimento de 1% a.a.
- PIB - Crescimento de 3,5% a.a.
- ▲ PIB - Crescimento de 4,5% a.a.
- × PIB - Crescimento de 5,5% a.a.

FIGURA 5. CENÁRIO DE REFERÊNCIA (GOVERNO) – RESULTADO FINANCEIRO DO RGPS (BRASIL)
(2015-2050)

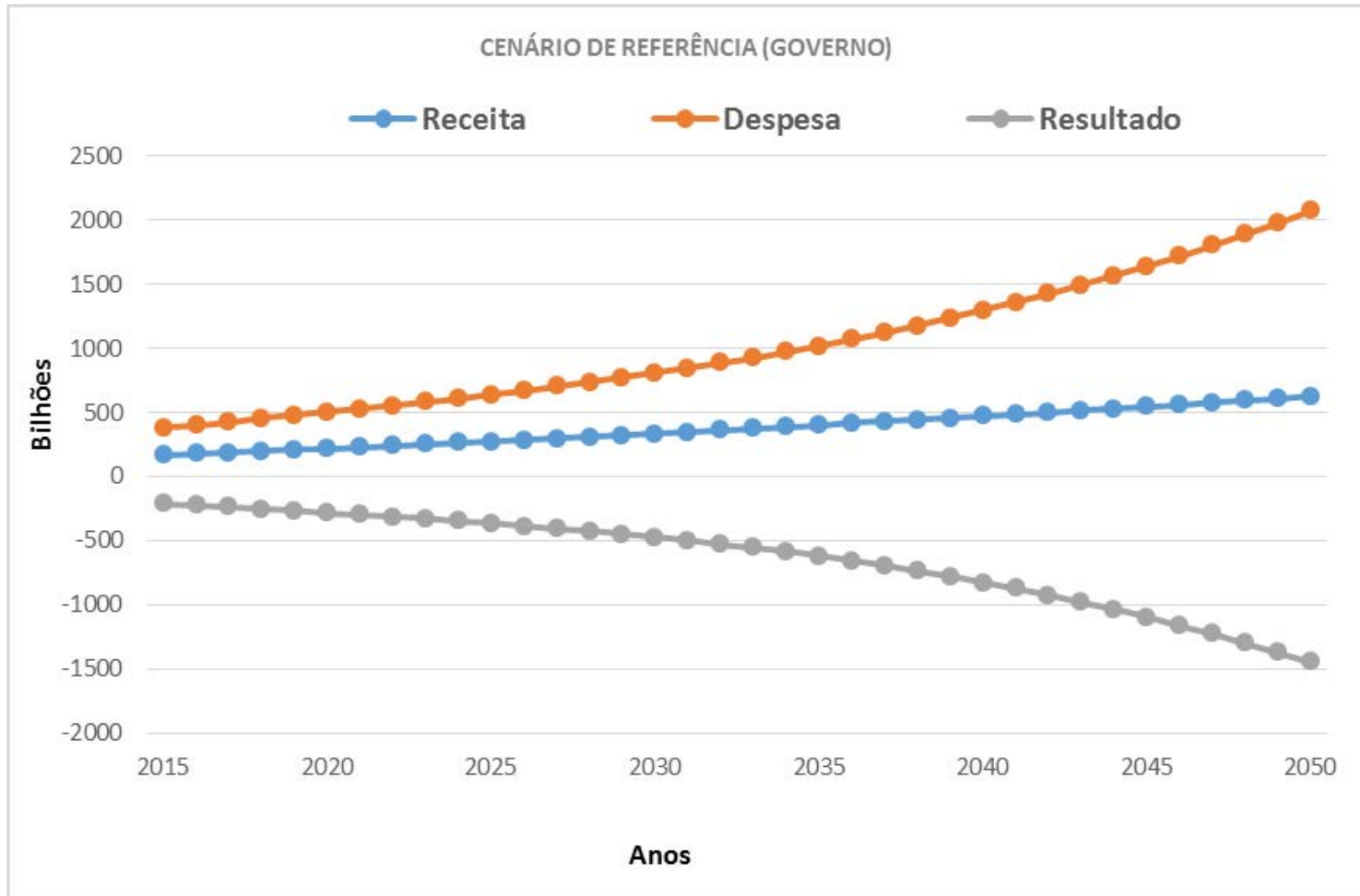


FIGURA 6. CENÁRIO PESSIMISTA – RESULTADO FINANCEIRO DO RGPS
(BRASIL)
(2015-2050)

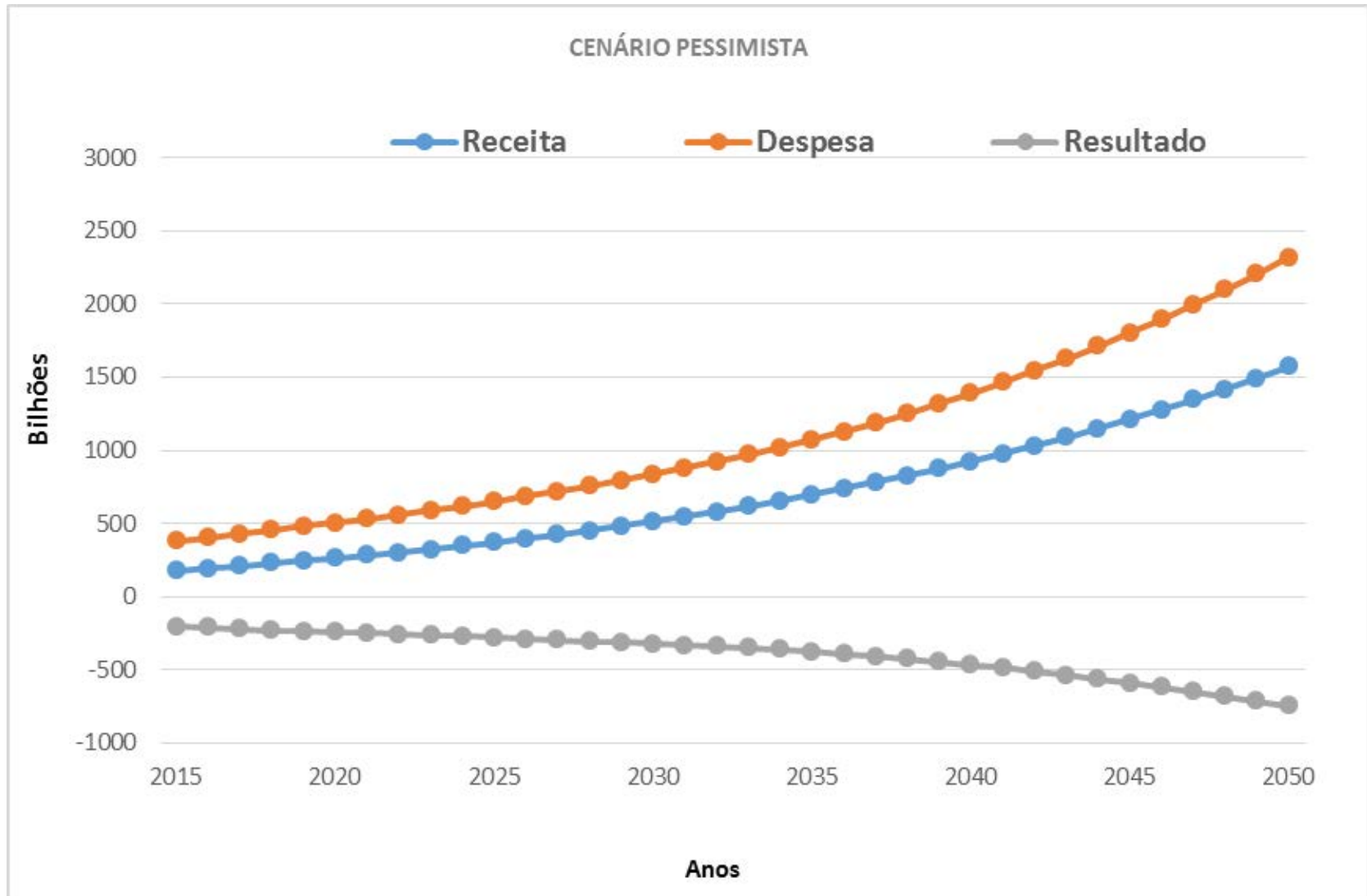


FIGURA 7. CENÁRIO MODERADO – RESULTADO FINANCEIRO DO RGPS
(BRASIL)
(2015-2050)

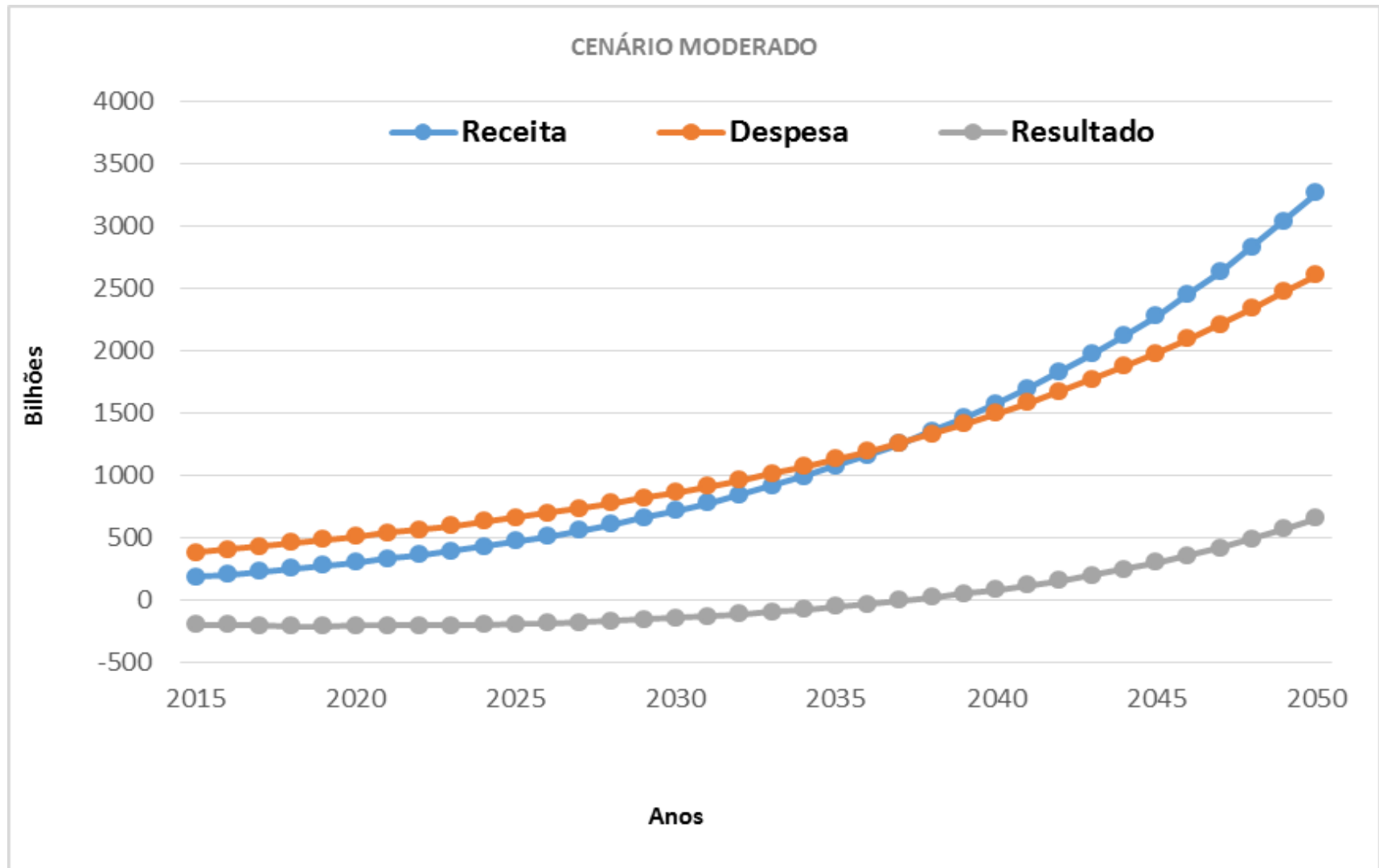
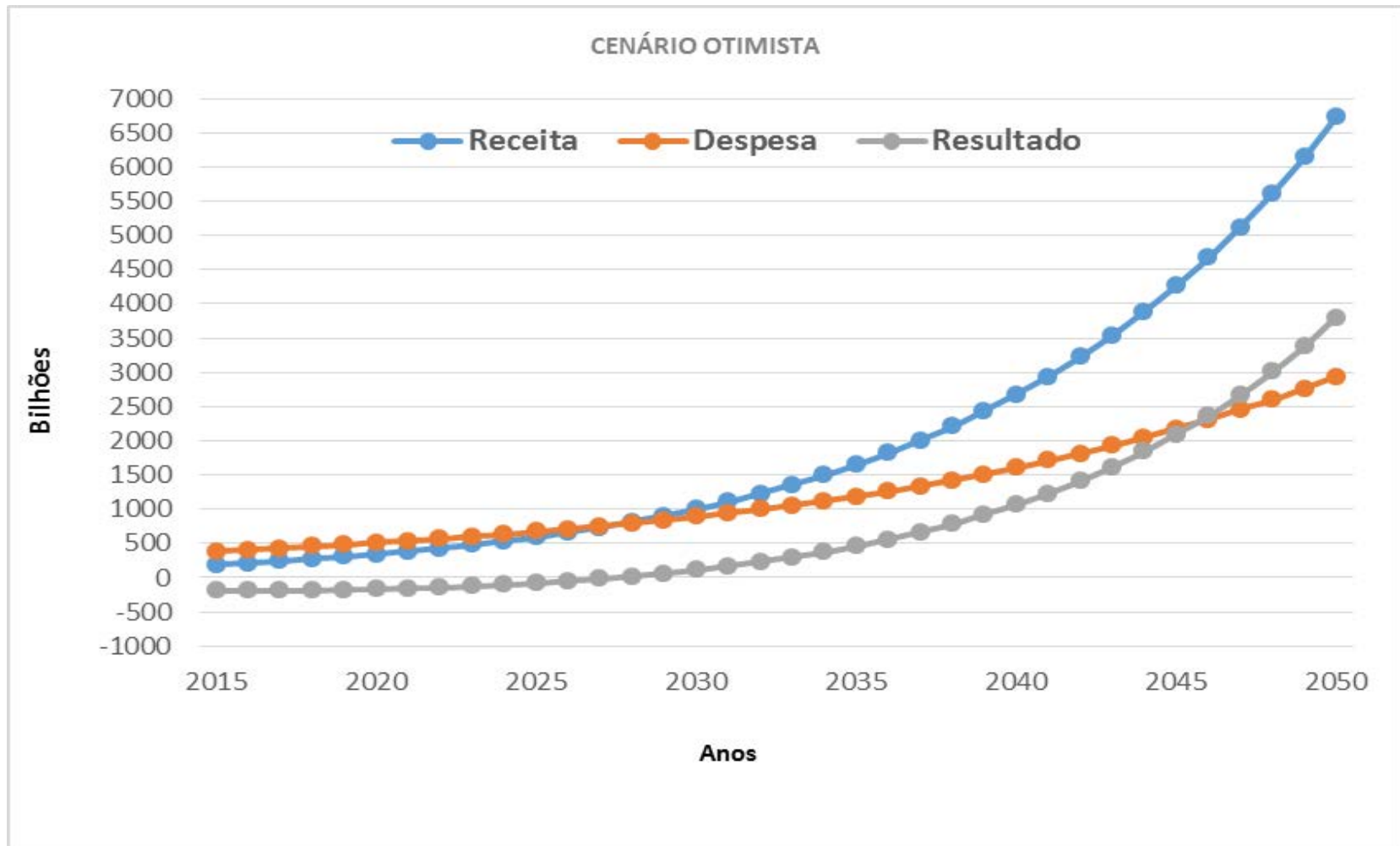


FIGURA 8. CENÁRIO OTIMISTA – RESULTADO FINANCEIRO DO RGPS
(BRASIL)
(2015-2050)

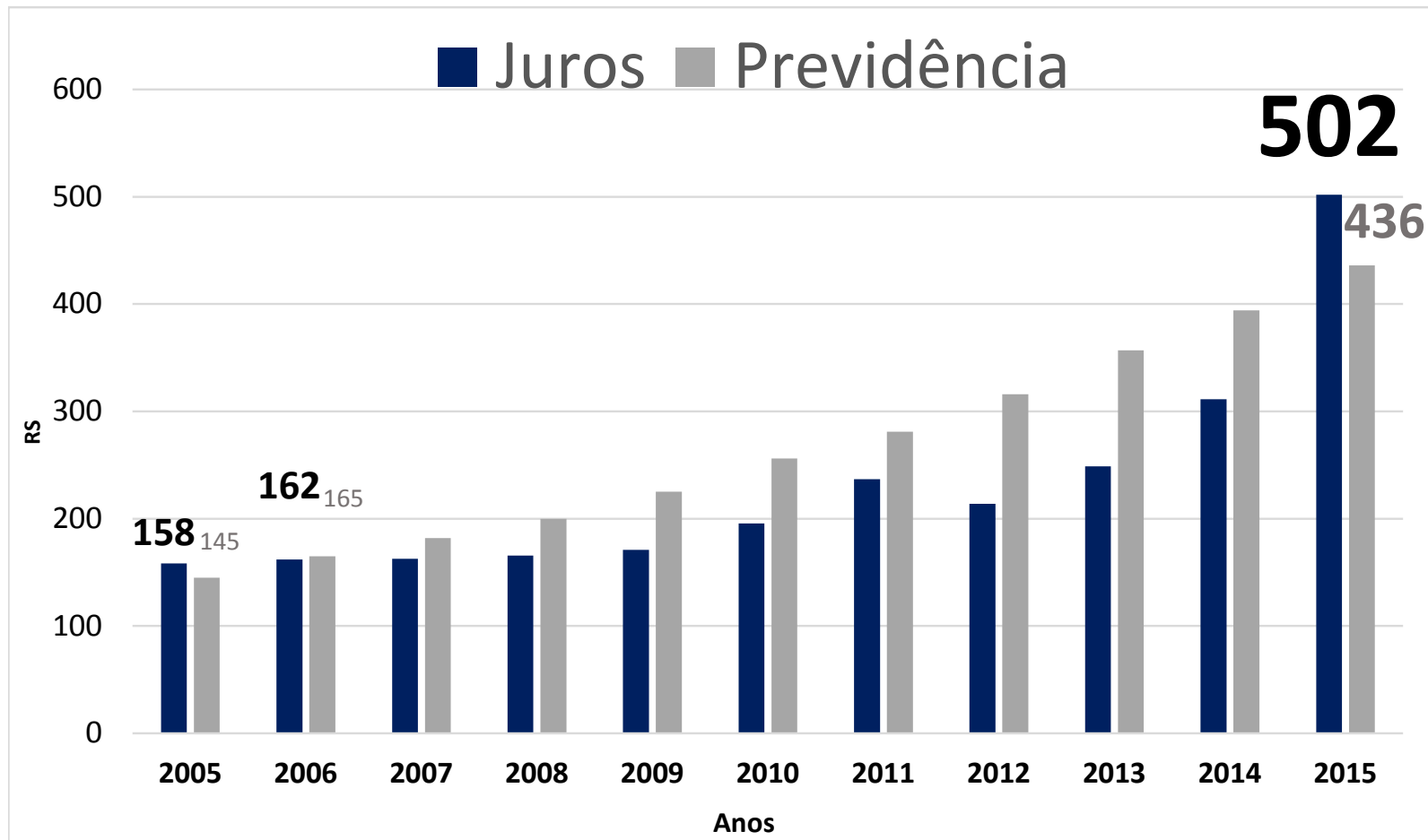


ABRIR A “CAIXA PRETA”

O Congresso Nacional deve exigir que o governo abra a “Caixa Preta” das Projeções Atuariais para 2060

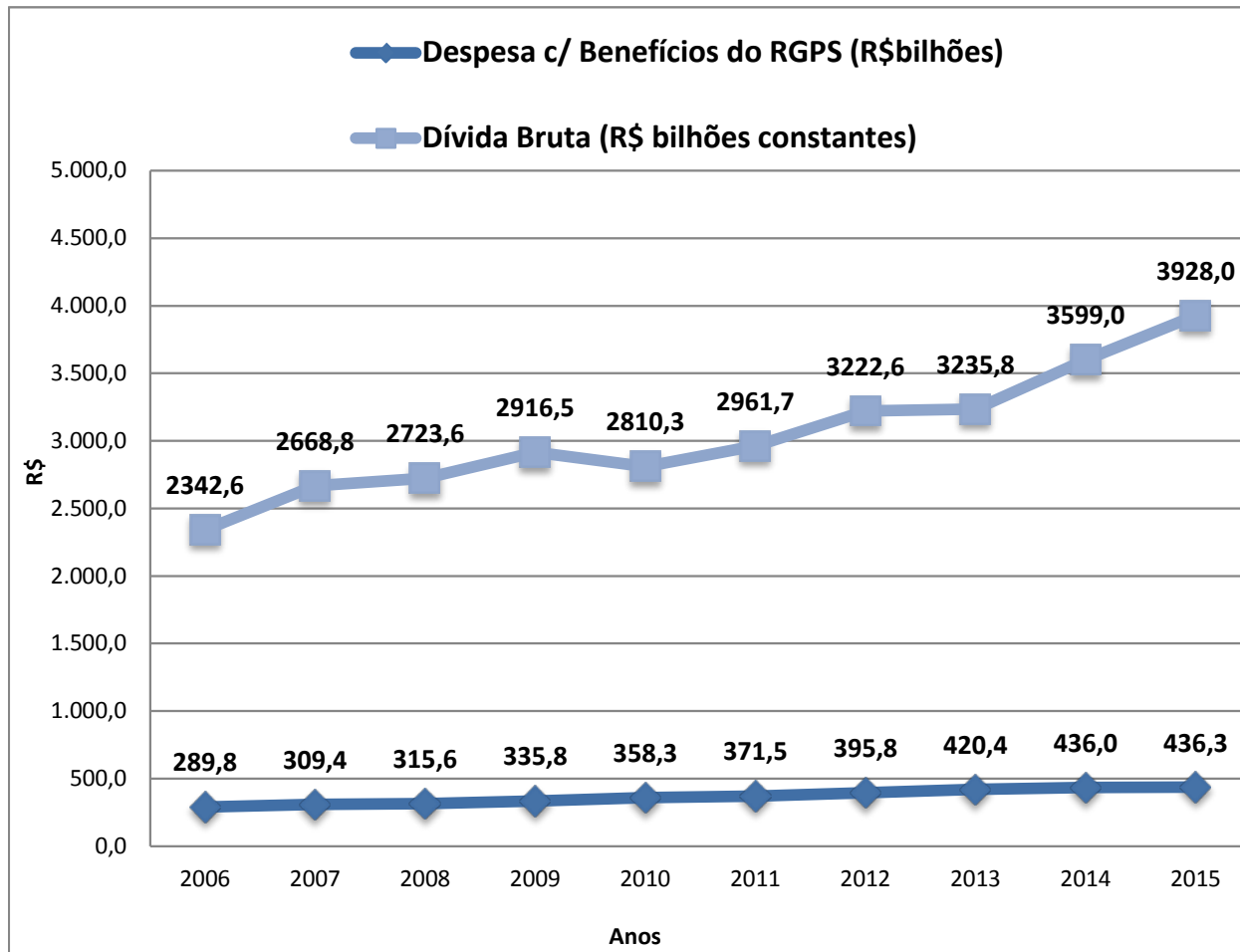
A Previdência é “o maior item do gasto público”?

FIGURA 13 – GASTOS FEDERAIS DIRETOS COM JUROS E PREVIDÊNCIA
(R\$ BILHÕES CORRENTES)
(205-2015)
BRASIL



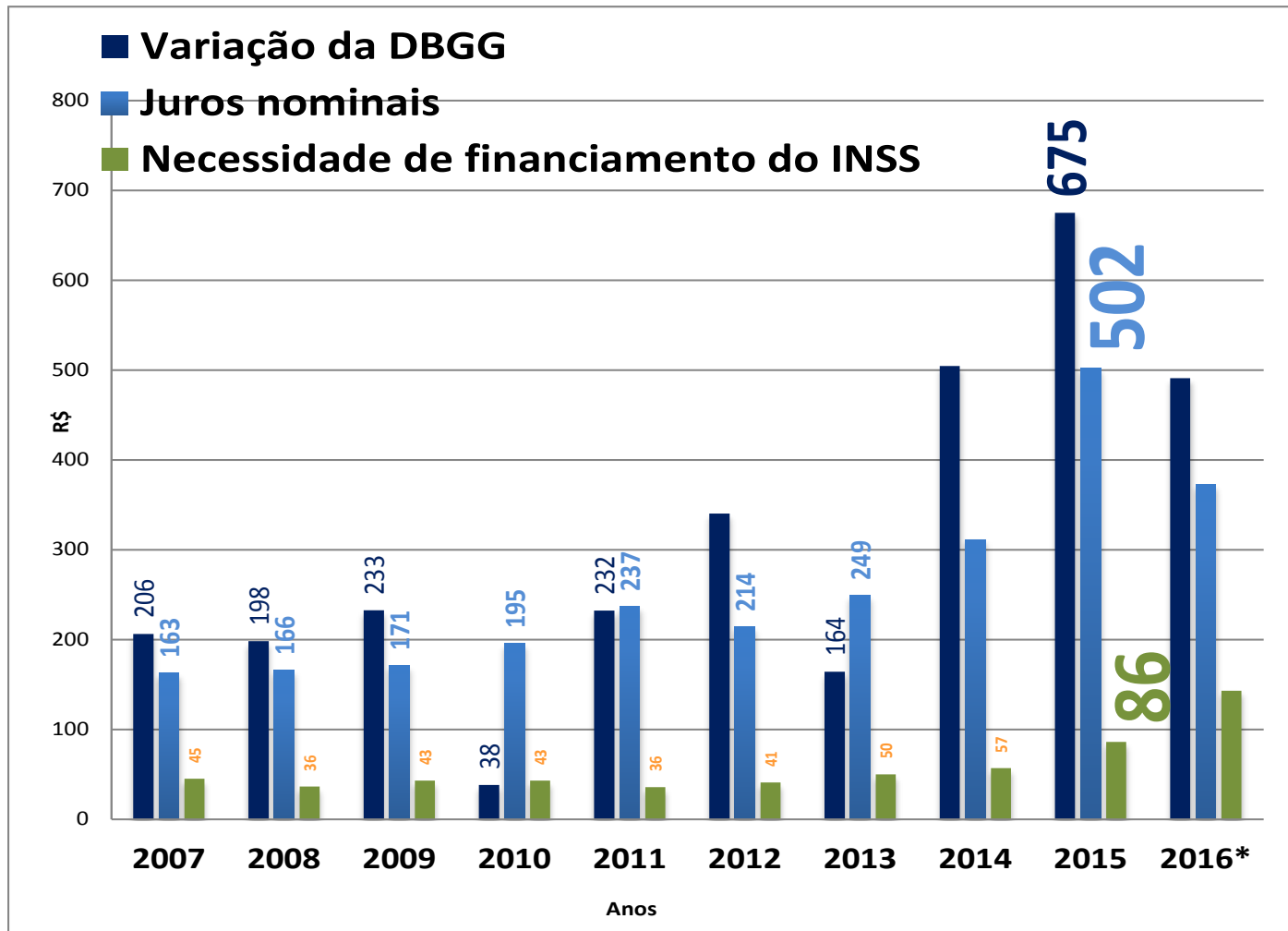
Fonte: Banco Central.

FIGURA 16 – COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO DA DÍVIDA BRUTA E DOS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS
(EM R\$ BILHÕES CONTANTES / IPCA (2016)
(2006-2015)
BRASIL



Fonte: Banco Central e MPAS

FIGURA 17 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA, DESPESAS COM JUROS E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO INSS
(EM R\$ BILHÕES CORRENTES)
(2007-2016)
BRASIL



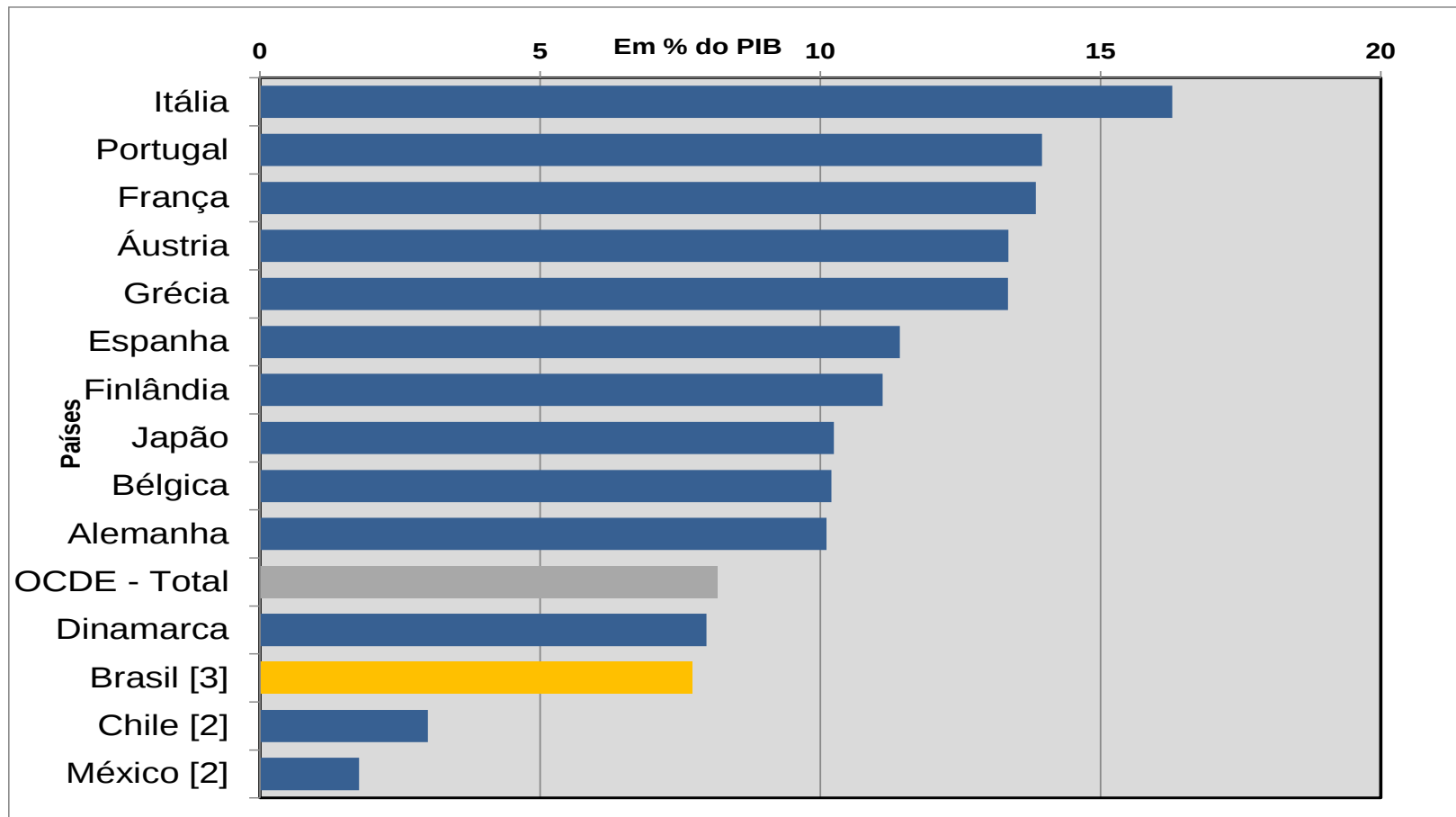
* Valores até novembro/2016.

Fonte: Banco Central.

O gasto previdenciário no Brasil é um “ponto fora da curva” da experiência internacional?

.

FIGURA 18 – GASTO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO EM % DO PIB ⁽¹⁾
(2013)
BRASIL E PAÍSES DA OCDE (SELECIONADOS)



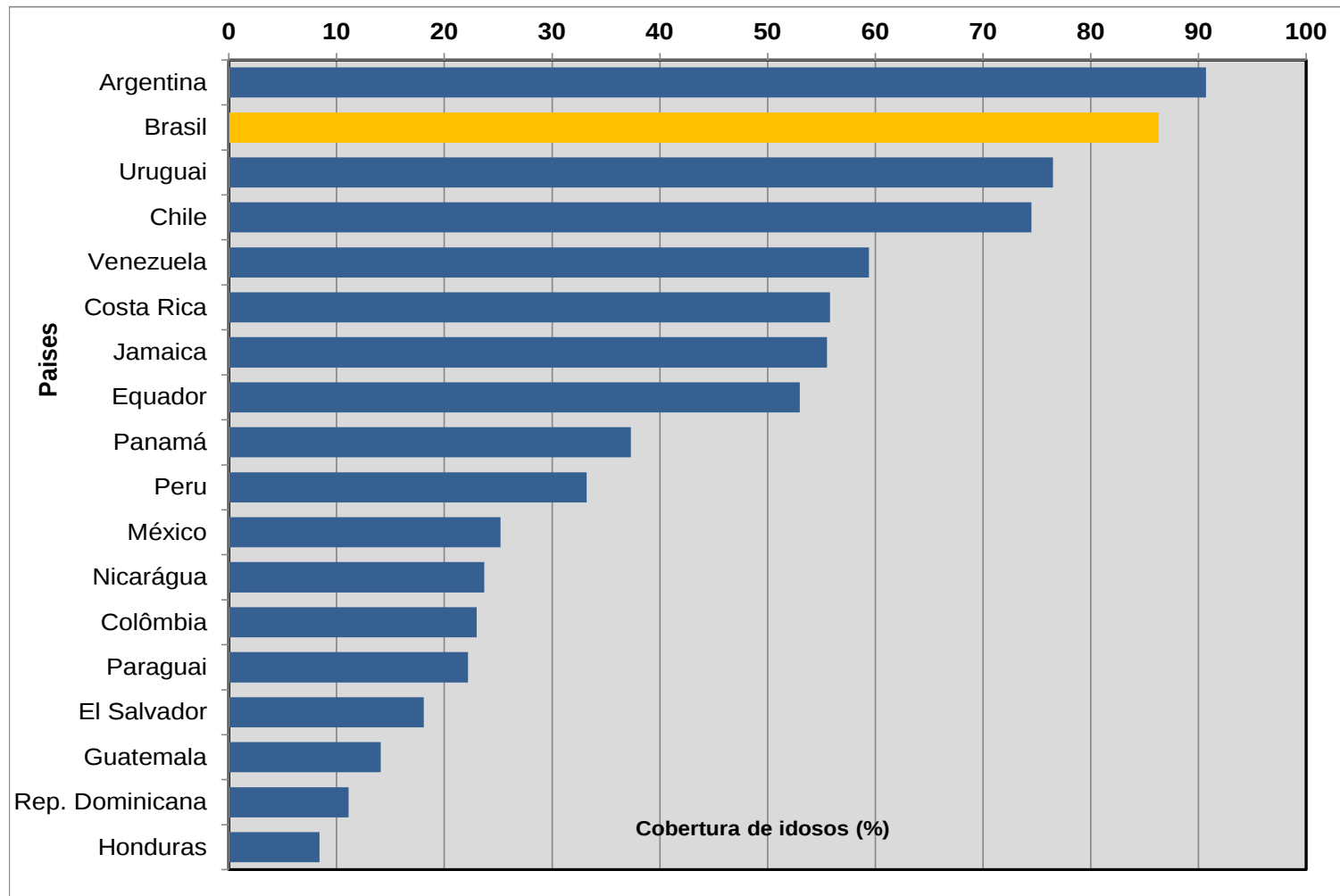
Fontes: Estatísticas da OCDE. Social Expenditure – Dados agregados | Portal da Transparência – Gastos Diretos do Governo

Notas: [1] Gasto público direto com benefícios em dinheiro para idosos e pensões por morte para dependentes. Inclui aposentadorias por idade, aposentadorias antecipadas e pensões por morte. Não inclui gasto privado compulsório nem outras fontes de recursos.

[2] Dados de 2010.

[3] Despesas Totais do INSS sobre o PIB em 2013.

FIGURA 19 – COBERTURA PREVIDÊNCIÁRIA ACIMA DA IDADE LEGAL DE APOSENTADORIA ⁽¹⁾
(EM %)
(2012)
AMÉRICA LATINA



Fonte: World Social Protection Report (2014/15) – OIT

Notas: [1] Número de aposentados protegidos sobre a população acima da idade legal de aposentadoria

4. Outros argumentos questionáveis que tem sido apresentado para justificar a reforma

4.1. “O Brasil não exige idade mínima”

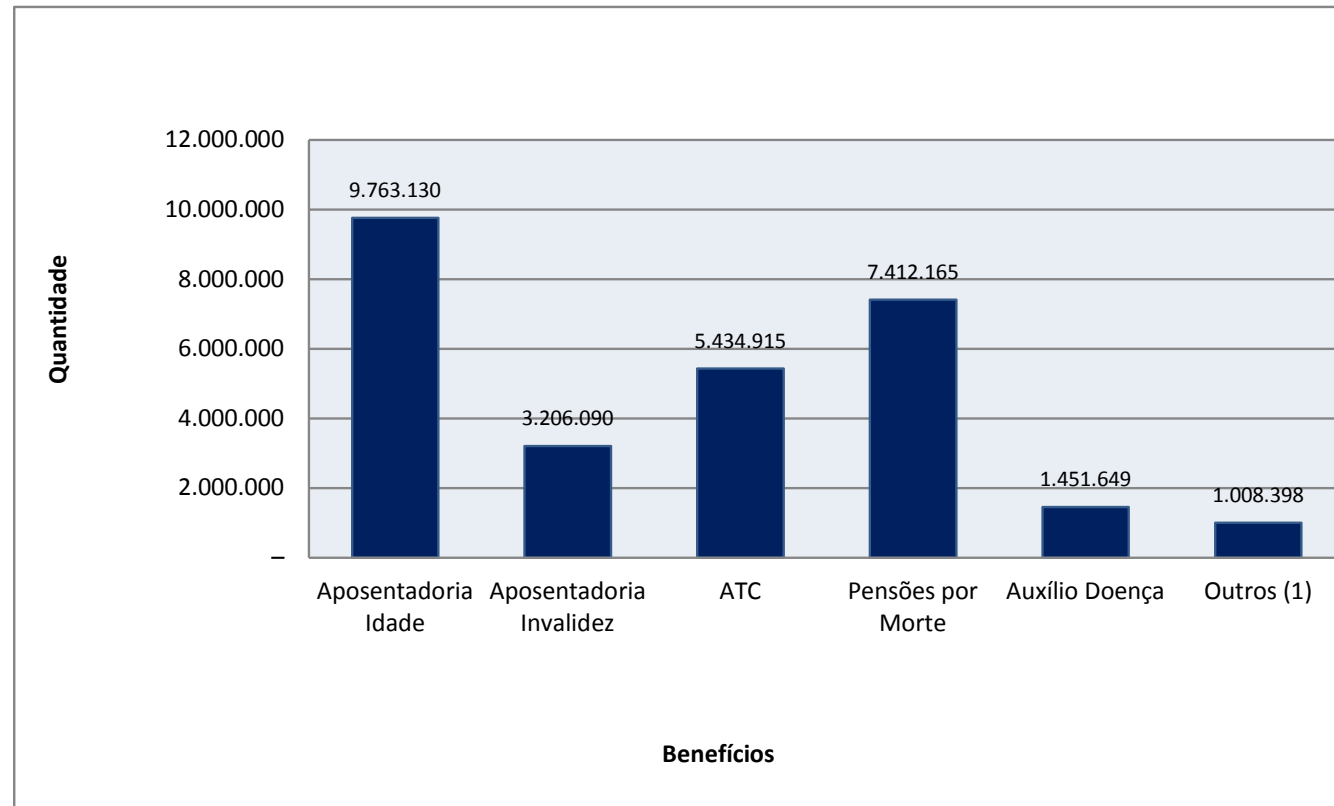
4.2. “A aposentadoria é precoce”

4.3. “A Previdência é generosa”

A aposentadoria por idade existe desde 1998

- Essa premissa desconsidera o que diz o **artigo 201 Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, promulgada com a reforma previdenciária de 1998.**
- Desde então, existem duas modalidades principais de aposentadoria no RGPS:
- **A primeira é a Aposentadoria por Idade**, que é concedida aos trabalhadores urbanos (homens) aos 65 anos, e às trabalhadoras aos 60 anos, que tenham cumprido a carência de 15 anos de contribuição; e aos trabalhadores rurais (homens) aos 60 anos, e às trabalhadoras aos 55. Ou seja, desde 1998, o Brasil passou a exigir idade mínima para a aposentadoria que, no caso dos trabalhadores urbanos, era superior, na época, à praticada em diversos países desenvolvidos.
- **A segunda modalidade é a Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, que exige das mulheres e dos homens urbanos, respectivamente, 30 e 35 anos de contribuição (os trabalhadores rurais de ambos os sexos têm um bônus de 5 anos a menos), parâmetros muitos severos quando comparados à carência mínima adotada atualmente em muitos países desenvolvidos.
- Para compensar a ausência de idade mínima na aposentadoria por tempo de contribuição, foi instituído o **Fator Previdenciário em 1999, que reduz o valor do benefício conforme a idade e o tempo de contribuição do segurado**. A magnitude do redutor do valor tem sido ampliada automaticamente conforme aumenta a expectativa de vida do brasileiro, estimada pelo IBGE.

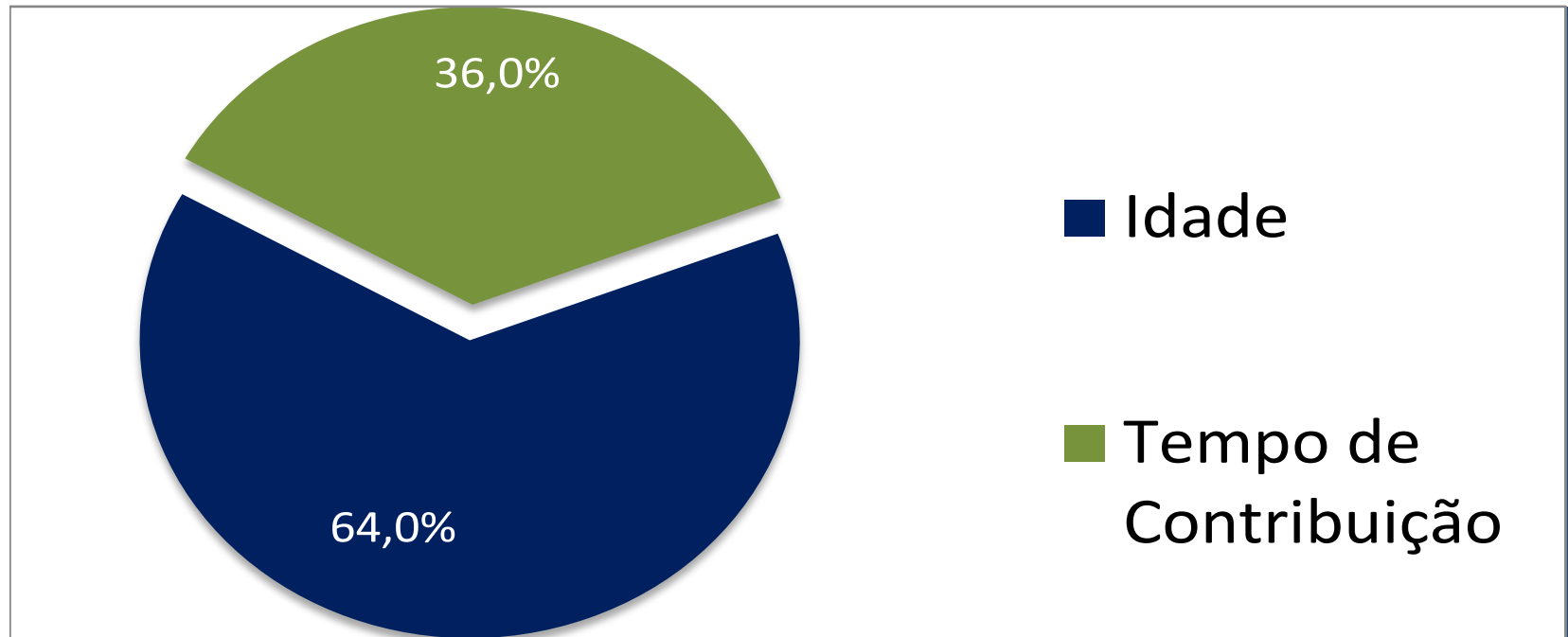
FIGURA 1 – QUANTITATIVO DOS BENEFÍCIOS DO RGPS (URBANO E RURAL) ⁽¹⁾
(POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2015)
(BRASIL)



FONTE: DATAPREV, SUB, SINTESE. Boletins Estatísticos da Previdência Social

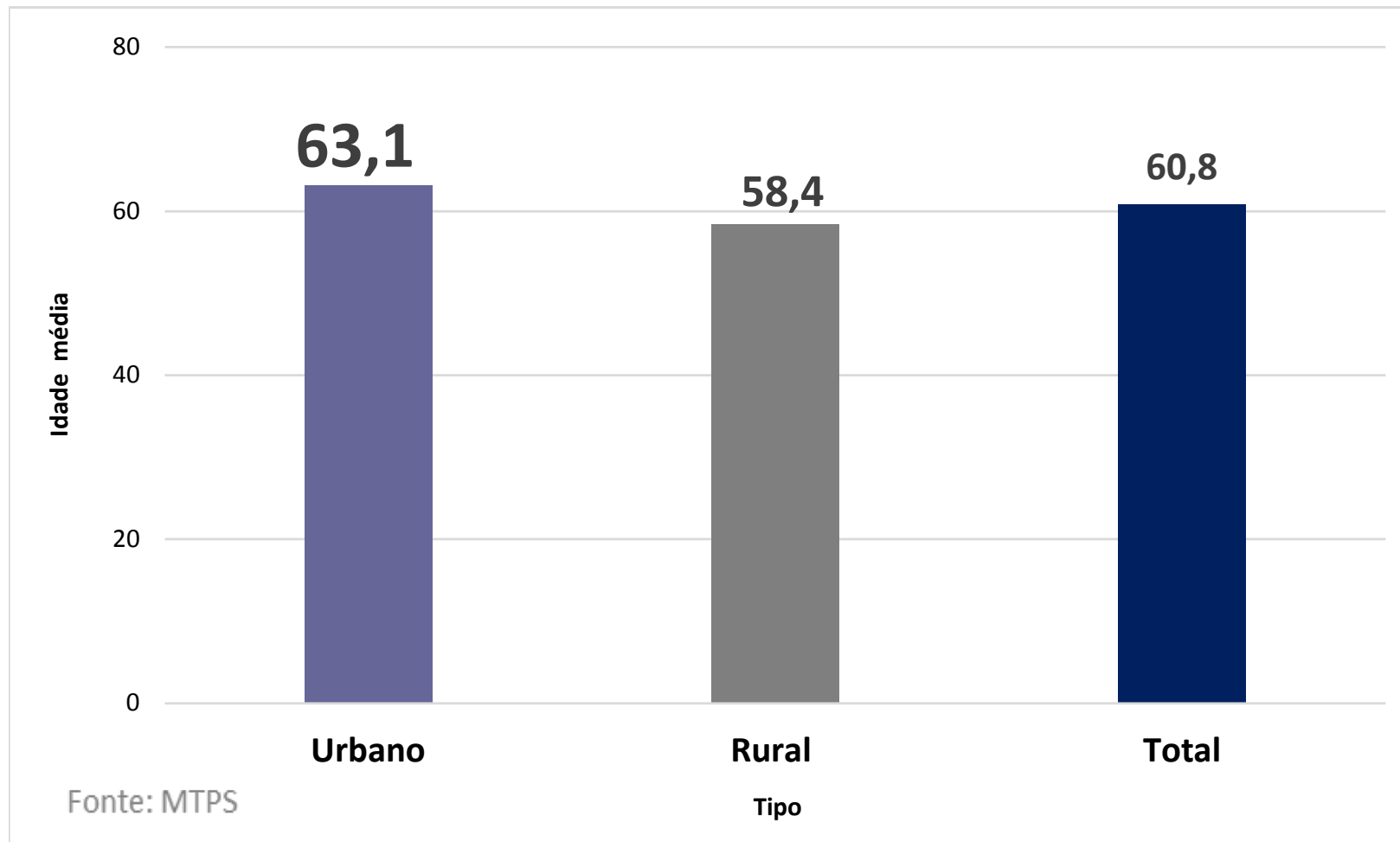
(1) Inclui: auxílio-acidente; reclusão; salário-maternidade, as espécies (Abono de permanência em serviço 25%; Abono de permanência em serviço 20%; Pecúlio especial de aposentadoria; Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora) e os Acidentários.

FIGURA 3 – APOSENTADORIA “POR IDADE” E “POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO”
(RGPS) ⁽¹⁾
(EM %)
(2015)
BRASIL



FONTE: DATAPREV. Notas: (1) Inclui: auxílio-acidente; reclusão; salário-maternidade, as espécies (Abono de permanência em serviço 25%; Abono de permanência em serviço 20%; Pecúlio especial de aposentadoria; Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora) e os Acidentários.

**FIGURA 4 – IDADE MÉDIA NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS POR IDADE
(URBANA, RURAL E TOTAL)
(EM ANOS)
(2015)
BRASIL**



A reforma da aposentadoria por tempo de contribuição já foi feita em 2015

Além disso, cabe lembrar que a reforma da *aposentadoria por tempo de contribuição* foi feita **em 2015, através da Lei 13.183, que introduziu a fórmula 85/95 progressiva**, como soma de anos de idade e anos de contribuição.

Esta regra estabelece que, para alcançar a chamada aposentadoria integral, o segurado deve somar o número de pontos estipulados no cronograma de progressividade da fórmula. No momento da aposentadoria, o segurado pode optar pelo cálculo do valor do benefício pelo fator previdenciário ou pela fórmula 85/95.

Em 2026, passará a vigorar a fórmula 90/100, que é combinação idade/contribuição muito superior à adotada em muitos países da OCDE. Ou seja, a legislação atual já dispõe de alternativa à fixação de idade mínima pela via da redução do valor do benefício.

5. Linhas gerais da reforma da Previdência

5.1. Carência mínima para acesso à aposentadoria: 65 anos de idade e 25 anos de contribuição

5.2. Elevação progressiva da idade mínima de aposentadoria

5.3. Regras únicas para homens e mulheres, rurais e urbanos.

5.4. Fim da idade reduzida de aposentadoria para professores

5. Linhas gerais da reforma da Previdência

5.5. Exigência de contribuição individual do trabalhador rural segurado especial

5.6. Alongamento do tempo de contribuição e redução do valor das aposentadorias

5.7. Regra de transição só para o acesso à aposentadoria

5.8. Aposentadoria por invalidez dificultada e em valor reduzido

5.9. Aposentadoria especial limitada

5. Linhas gerais da reforma da Previdência

5.10. Pensão por morte: redução do valor e desvinculação do mínimo

5.11. Proibição de acumulação de aposentadorias e pensões

5.12. Previdência dos servidores públicos (RPPS)

5. Linhas gerais da reforma da Previdência

5.13. Diminuição do acesso à justiça

5.14. Benefício Assistencial: carência mínima de 70 anos de idade

5.15. Desvinculação do Piso do BPC e das Pensões ao Salário Mínimo ameaça seu valor real

6. A redução do direito à proteção na velhice: análise crítica da PEC 287.

**6.1. Uma reforma que se contrapõe à
Declaração Universal dos Direitos Humanos**

**6.2. Parâmetros mais duros que os
praticados em nações igualitárias**

**FIGURA 1 – MUDANÇAS NA IDADE MÍNIMA LEGAL DE APOSENTADORIA
(PAÍSES SELECIONADOS)
2011-2015**

PAÍS	IDADE DE REFERÊNCIA PARA A APOSENTADORIA INTEGRAL				IMPLANTAÇÃO
	Antes crise de 2008		Depois da crise de 2008		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Alemanha	65	65	67	67	Gradual de 2012 até 2029
Austrália	65	60	67	67	Gradual de 2017 a 2023
Áustria	65	60	65	65	Gradual entre 2024 e 2033
Canadá	65	65	67	67	Gradual de 2023 a 2029
Colômbia	60	55	62	57	Gradual até 2014
Coreia do Sul	61	61	65	65	Gradual até 2034
Dinamarca	65	65	67	67	Gradual de 2024 a 2027
Espanha	65	65	67	67	Gradual de 2013 a 2027
Estados Unidos	66	66	67	67	Gradual até 2027
Estônia	63	60,5	65	65	Gradual até 2026
França	61	61	62	62	Gradual até 2017
Holanda	65	65	67	67	Gradual até 2023
Hungria	60	55	65	65	Gradual de 2012 a 2022
Itália	66	60	67	67	Gradual até 2020
Portugal	65	65	66	66	A partir de 2014
Reino Unido	65	62	67	67	Gradual até 2028
Turquia	60	58	65	65	Gradual até 2048

Fontes:

OCDE – Pensions at Glance (2011, 2013 e 2015).

COSTANZI, R. Análise Sintética das Reformas Previdenciárias no Mundo. Informações Fipe, abril de 2016.

FIGURA 2 – IDADE MÍNIMA, REFERÊNCIA E MÉDIA DE SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO
(EM ANOS)
(PAÍSES SELECIONADOS)
2004

PAÍS	IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA		SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO	IDADE REFERÊNCIA DE APOSENTADORIA (ANOS)	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
Bélgica	60	60	60,6	65	62
França	55	55	58,8	60	60
Itália	57	57	59,7	65	60
Alemanha	63	63	60,9	65	65
Dinamarca	65	65	63,6	67	67
Suécia	61	61	63,7	65	65
Reino-Unido	65	60	62,6	65	60
Portugal	55	55	63,1	65	65

Fonte: *Observatoire des Retraites*. Dados para 2004.

Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

**FIGURA 3 – CARÊNCIA E IDADE DE ACESSO A APOSENTADORIAS
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2006**

PAÍS	CARÊNCIAS MÍNIMAS (NÃO INCLUI BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS)	CARÊNCIA DE REFERÊNCIA (PENSÃO ORDINÁRIA OU COMPLETA)	IDADE HOMEM/MULHER
Brasil	15 anos de contribuição	35/30 anos de contribuição	65 h e 60 m
Rússia	5 anos de cobertura	25/20 anos de contribuição	60 h e 55 m
Índia	10 anos de cobertura	Não existe pensão completa	55
China	15 anos de cobertura	Atuarial via contribuição	60 h 50-60 m
Coréia do Sul	10 anos de cobertura	Exceder 20 anos de contribuição	60
Uruguai	15 anos de serviço (70 de idade)	35 anos de cobertura	60
Chile	10 anos de contribuição	22 anos de contribuição	65 h e 60 m
Colômbia	Não prevê	21 anos de contribuição	60 h e 55 m
México	Não prevê	25 anos de contribuição	65
Portugal	15 anos de contribuição	40 anos de contribuição	65
Itália	5 anos de contribuição	40 anos de contribuição (sem idade)	65
Alemanha	5 anos de filiação	Não existe pensão completa	65
Suécia	3 anos de contribuição	30 anos de contribuição	65
Reino Unido	12-11 anos h-m de filiação	44-39 anos de contribuição	65 h e 60 m
Austrália	10 anos de residência	Não existe pensão completa	65 h – 63 m
Canadá	10 anos de residência	40 anos de residência	65
E.U.A.	10 anos de contribuição	(...)	65

Fonte: AISS – Associação Internacional de Seguridade Social.
Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

**FIGURA 4 – CARÊNCIA E IDADE DE ACESSO A APOSENTADORIAS
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2013 e 2014**

PAÍS	CARÊNCIAS MÍNIMAS (NÃO INCLUI BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS)	CARÊNCIA DE REFERÊNCIA (APOSENTADORIA ORDINÁRIA OU COMPLETA)	IDADE DE REFERÊNCIA (HOMEM/MULHER)	IDADE MÍNIMA
Brasil	Quinze anos de contribuição	35/30 anos de contribuição	65 anos (h) /60 anos (m)	Não
Rússia	Cinco anos de cobertura	Não fixa	60 anos (h) 55 anos (m)	Regional
Índia	Dez anos de cobertura	Não existe pensão completa	55 anos	Não
China	Quinze anos de cobertura	Atuarial via contribuição	60 anos (h) 55 a 60 anos (m)	50 anos (h) 45 anos (m)
África do Sul	Teste de meios	Não aplicável	60 anos	Não muda
Argentina	Dez anos de serviço	30 anos de contribuição	65 anos (h) 60 a 65 anos (m)	Não muda
México	Não prevê	25 anos de contribuição	65 anos	Não
Chile	Vinte anos de contribuição	Não fixa	65 anos (h) 60 anos (m)	Não
Portugal	Quinze anos de contribuição	40 anos de contribuição	66 anos	57 anos
Itália	Quinze anos de contribuição	42 anos de contribuição	66 anos (h) 62 anos (m)	Não
Alemanha	Cinco anos de contribuição	45 anos de contribuição	65 anos	63 anos
Suécia	Não definida	Não fixa	65 anos	61 anos
EUA	Dez anos de cobertura	35 anos de cobertura	66 anos	62 anos

Fonte: SSA (2013a; 2013b; 2014a; 2014b).

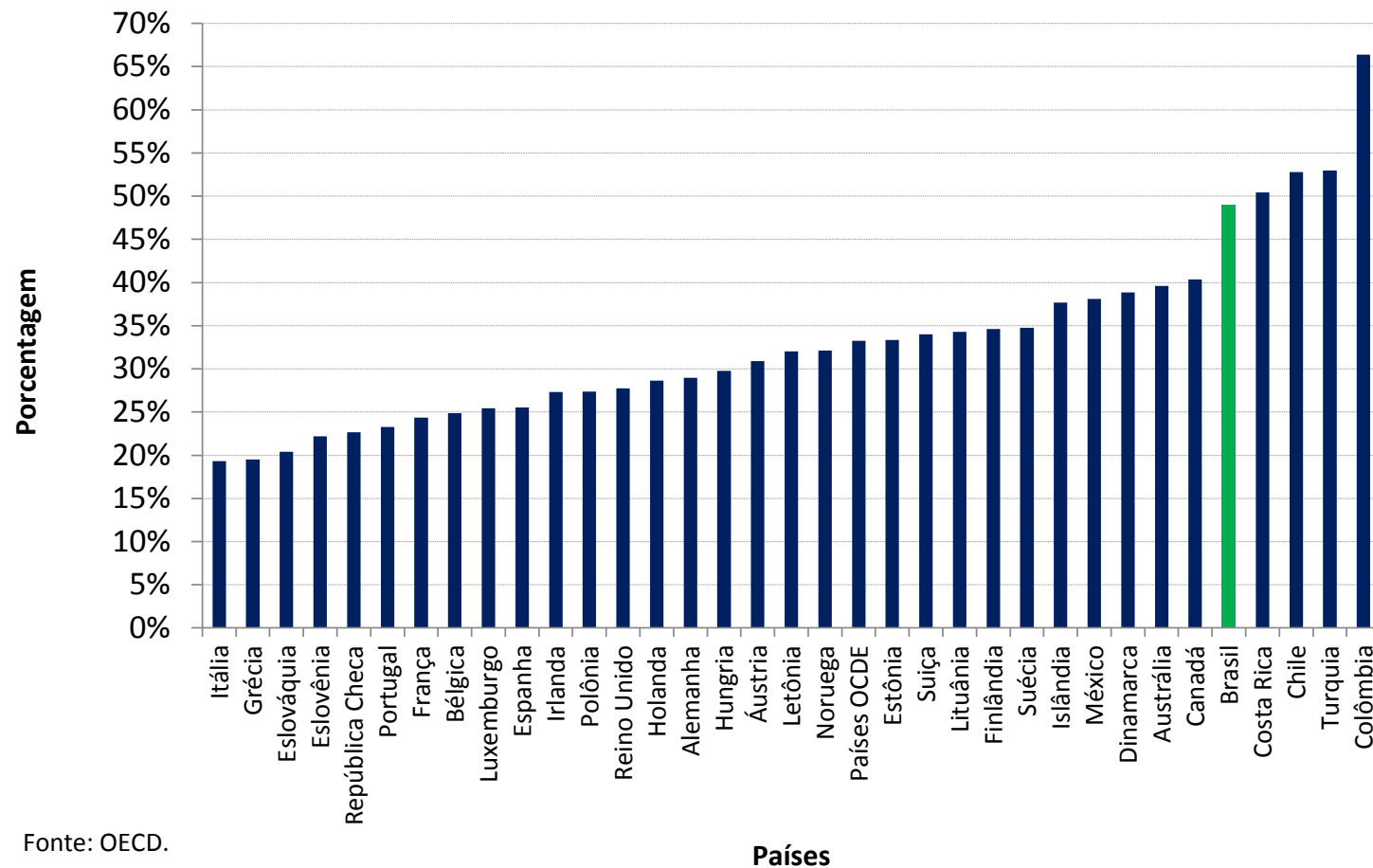
Obs.: Os dados para países da Europa e da Ásia são de 2013; para países das Américas e da África, de 2012 (MATIJASCIC, 2016).

**FIGURA 5 – IDADE MÍNIMA, REFERÊNCIA E MÉDIA DE SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2004**

PAÍS	IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA		IDADE DE SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO	IDADE REFERÊNCIA DE APOSENTADORIA	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
Bélgica	60	60	60,6	65	62
França	55	55	58,8	60	60
Itália	57	57	59,7	65	60
Alemanha	63	63	60,9	65	65
Dinamarca	65	65	63,6	67	67
Suécia	61	61	63,7	65	65
Reino-Unido	65	60	62,6	65	60
Portugal	55	55	63,1	65	65

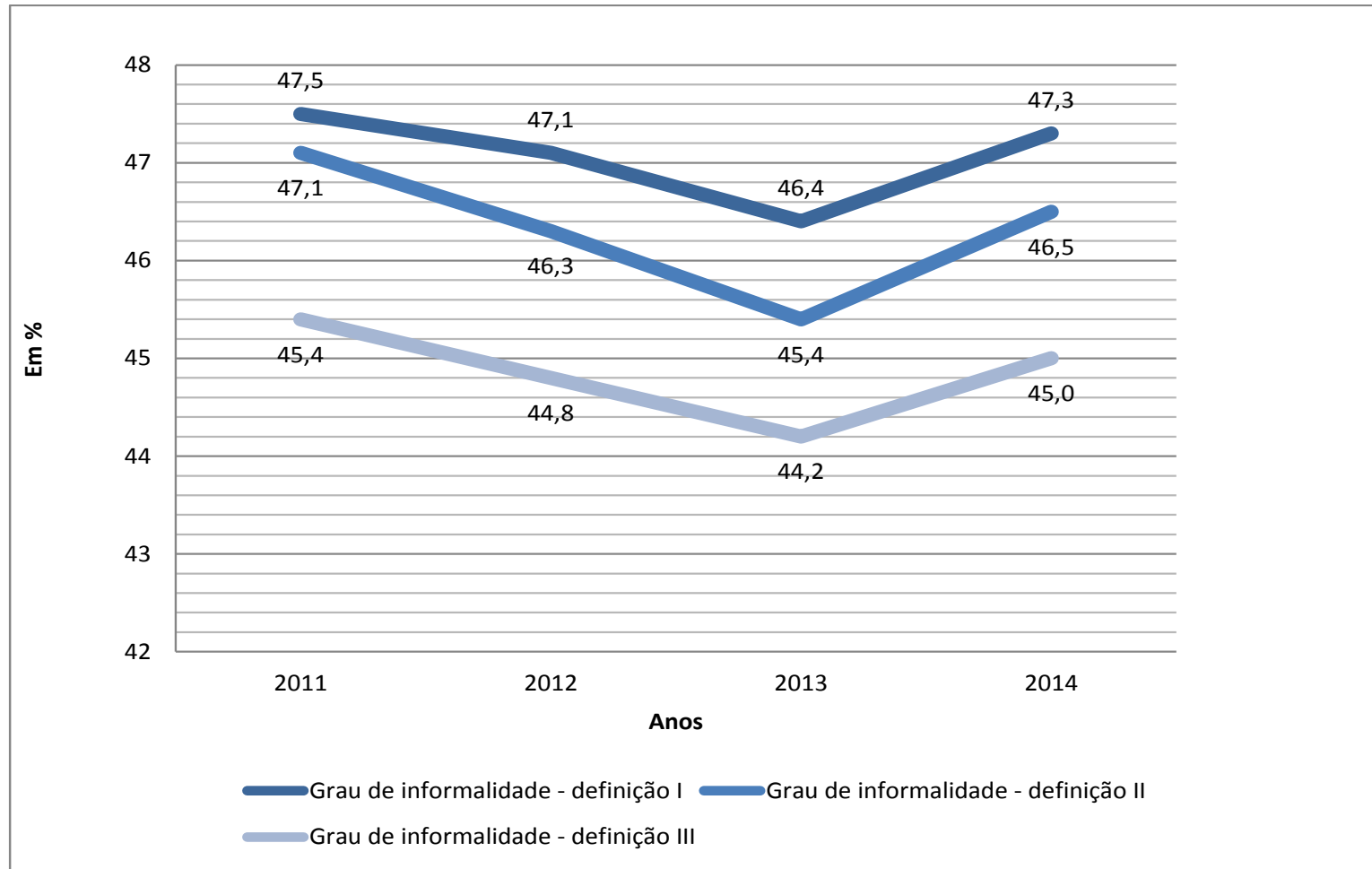
Fonte: Observatoire des Retraites (dados para 2004).
Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

FIGURA 10 – PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM MENOS DE TRÊS ANOS NO ATUAL TRABALHO (PAÍSES SELECIONADOS) 2013



Fonte: OECD.

FIGURA 6 – GRAU DE INFORMALIDADE
BRASIL
2011-2016

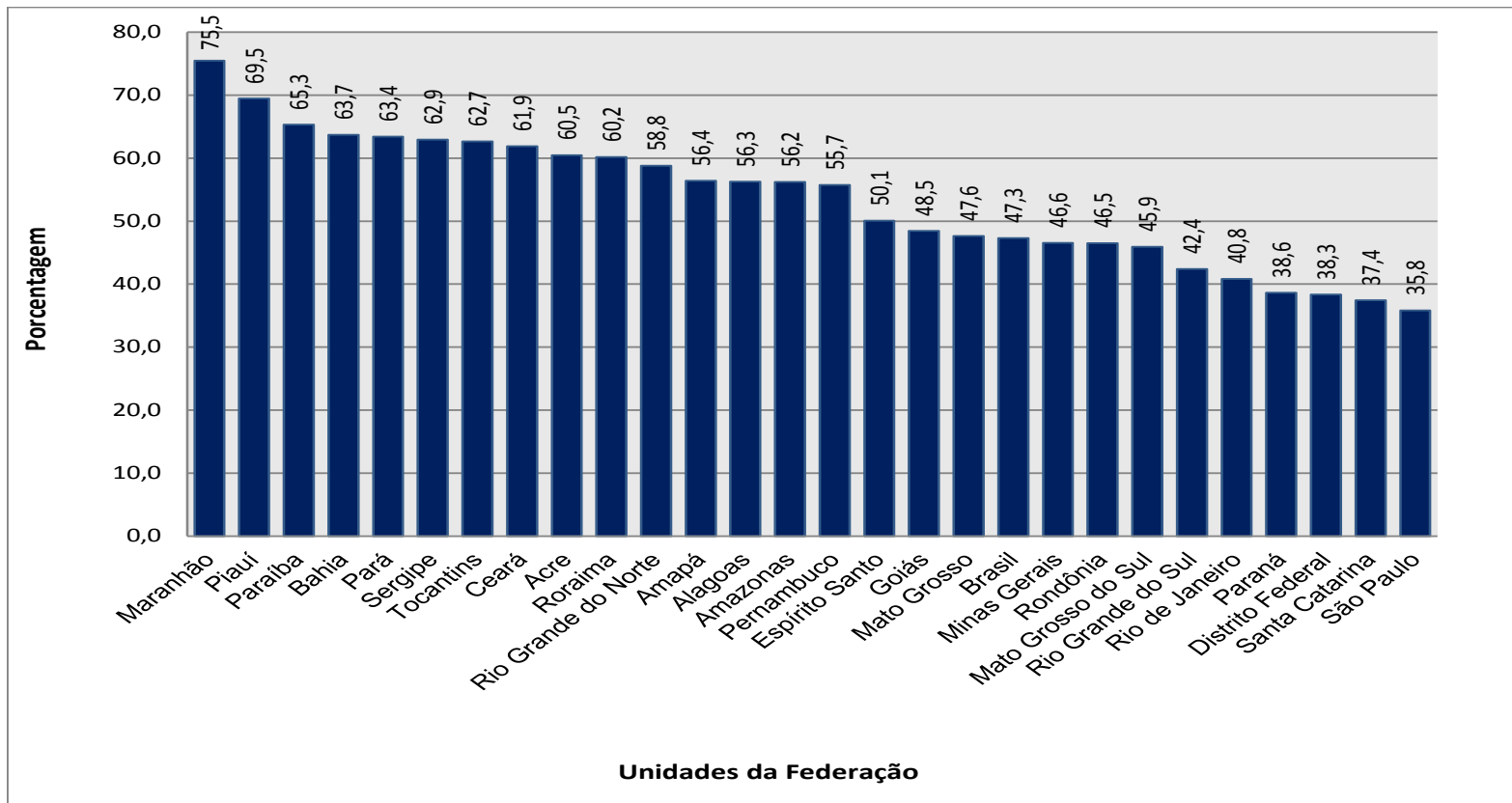


Fonte: PNAD. Elaboração: IpeaDATA.

Notas:

Grau de informalidade – definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

**FIGURA 3 – GRAU DE INFORMALIDADE POR UNIDADES DA
FEDERAÇÃO ⁽¹⁾
(EM PORCENTAGEM)
BRASIL
2014**



Fonte: IBGE/PNAD.

Nota (1) (Empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

ALERTA: “REFORMAR PARA PRESERVAR O FUTURO” ou “REFORMAR PARA QUEBRAR O INSS”?

Expulsão de contribuintes, redução das receitas e privatização.

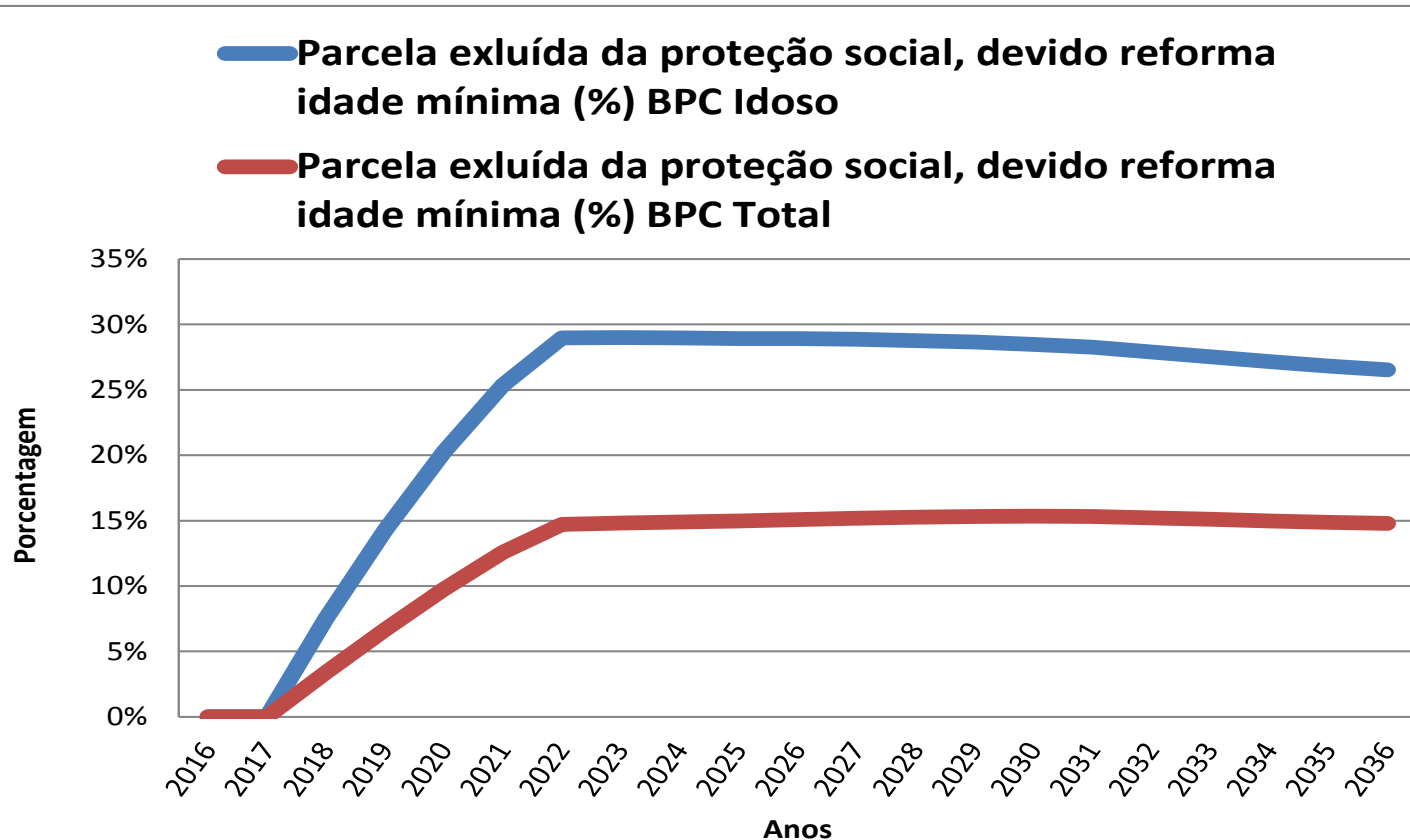
DRÁSTICA QUEDA DA RECEITA

- Atual contingente sem proteção na velhice
- Novos contingentes sem proteção na velhice
- Desemprego e informalidade
- Reforma trabalhista
- Perda de capacidade laboral
- Jovens: “se eu não for usar, para que pagar?”
- Migração das camadas de alta renda para o setor privado

7. Benefícios assistenciais: a desproteção dos mais vulneráveis da sociedade.

- 7.1.** O debate sobre o valor do benefício
- 7.2.** O debate sobre a idade de acesso ao benefício
- 7.3.** Os efeitos da PEC 287 sobre o BPC

FIGURA 2 – PARCELA EXCLUÍDA DO BPC PELA PEC 287
(EM %)
2016-2016



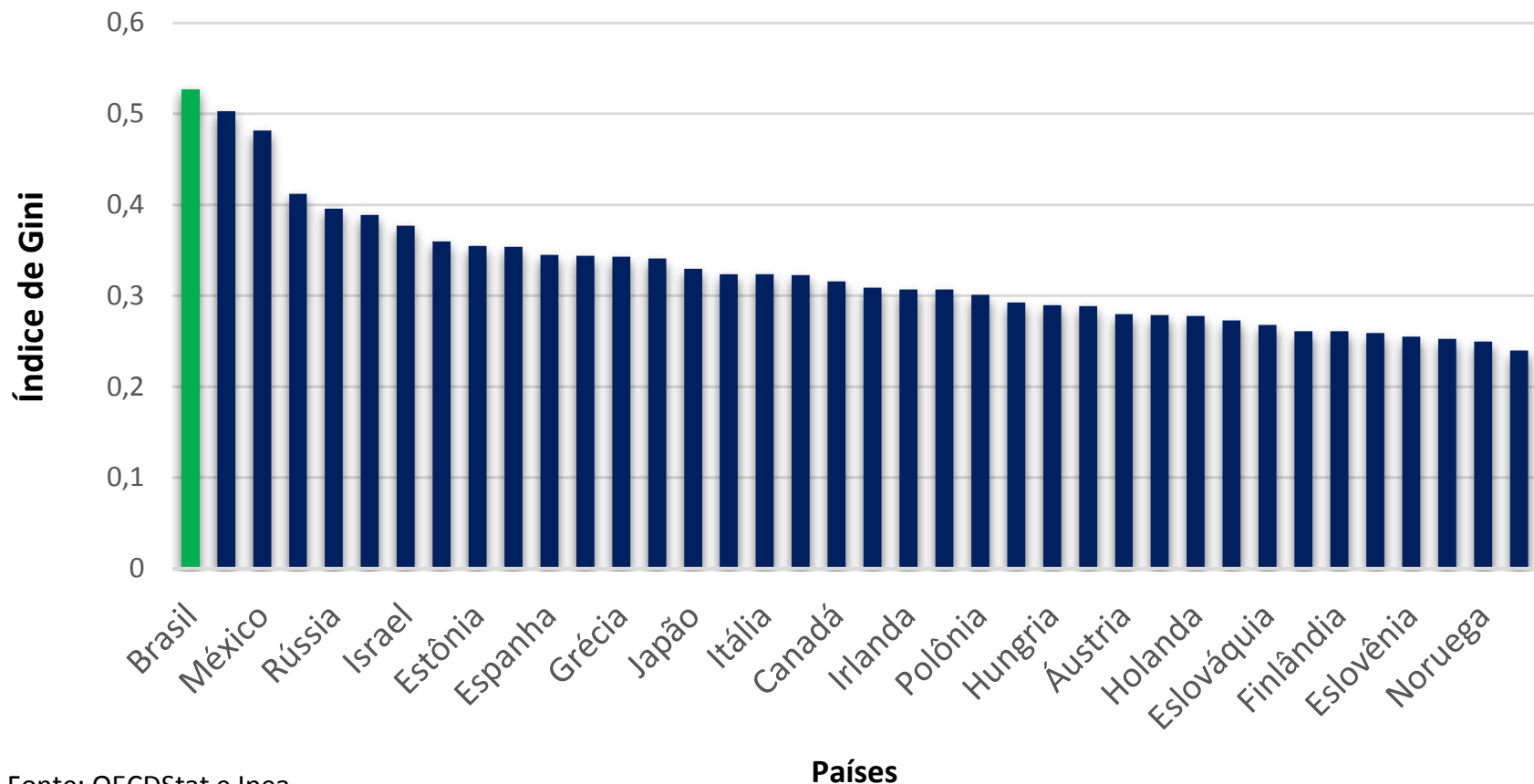
Fonte: Anuário Estatístico de Previdência Social; IBGE (projeções demográficas)

Nota: A projeção total de beneficiários foi apresentada na NT Ipea 27. Na simulação considerada, a reforma aconteceria a partir de 2018, sem regra de transição. Assim, a quantidade de benefícios emitidos para os idosos apresenta uma queda durante os 5 primeiros anos, justificada pela não entrada de novos beneficiários e conjugada com os óbitos dos antigos beneficiário. A partir de 2023, a quantidade de beneficiários do BPC idoso volta a crescer, dado o fim do período de represamento dos benefícios.

8. As desigualdades brasileiras na comparação internacional.

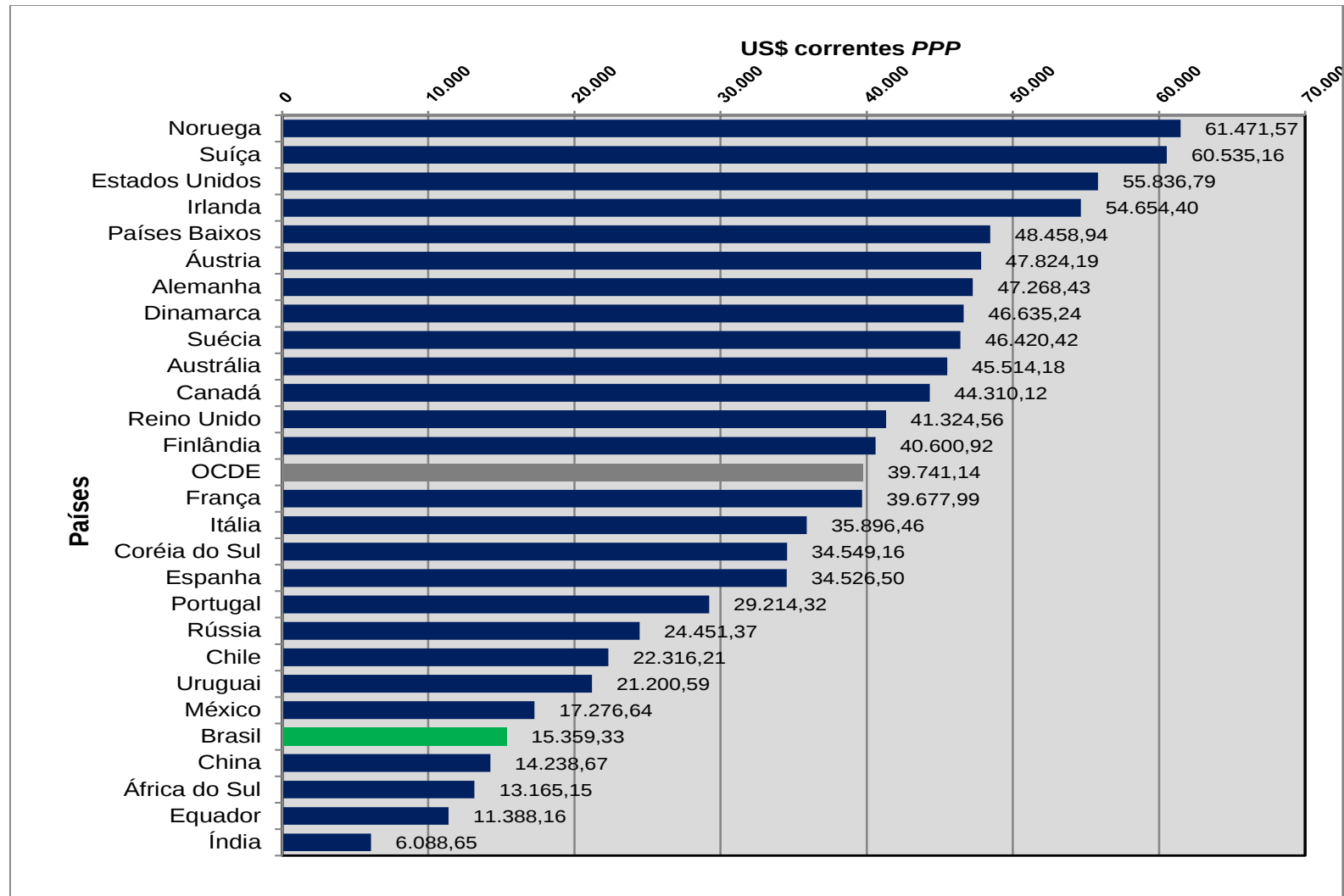
- As desigualdades da renda e da riqueza
- As desigualdades do mercado de trabalho
- As desigualdades na expectativa de vida ao nascer
- As desigualdades na expectativa de sobrevida aos 65 anos
- As desigualdades na "expectativa de duração da aposentadoria"
- As desigualdades na "probabilidade de não atingir 65 anos de idade"
- As desigualdades na probabilidade de "vida sem saúde"
- As desigualdades na "expectativa de vida saudável"
- As desigualdades na saúde
- Aposentadoria precoce ou perda de capacidade laboral?
- As desigualdades na educação
- As desigualdades no Desenvolvimento Humano

**FIGURA 1 – ÍNDICE DE GINI
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)
2013**



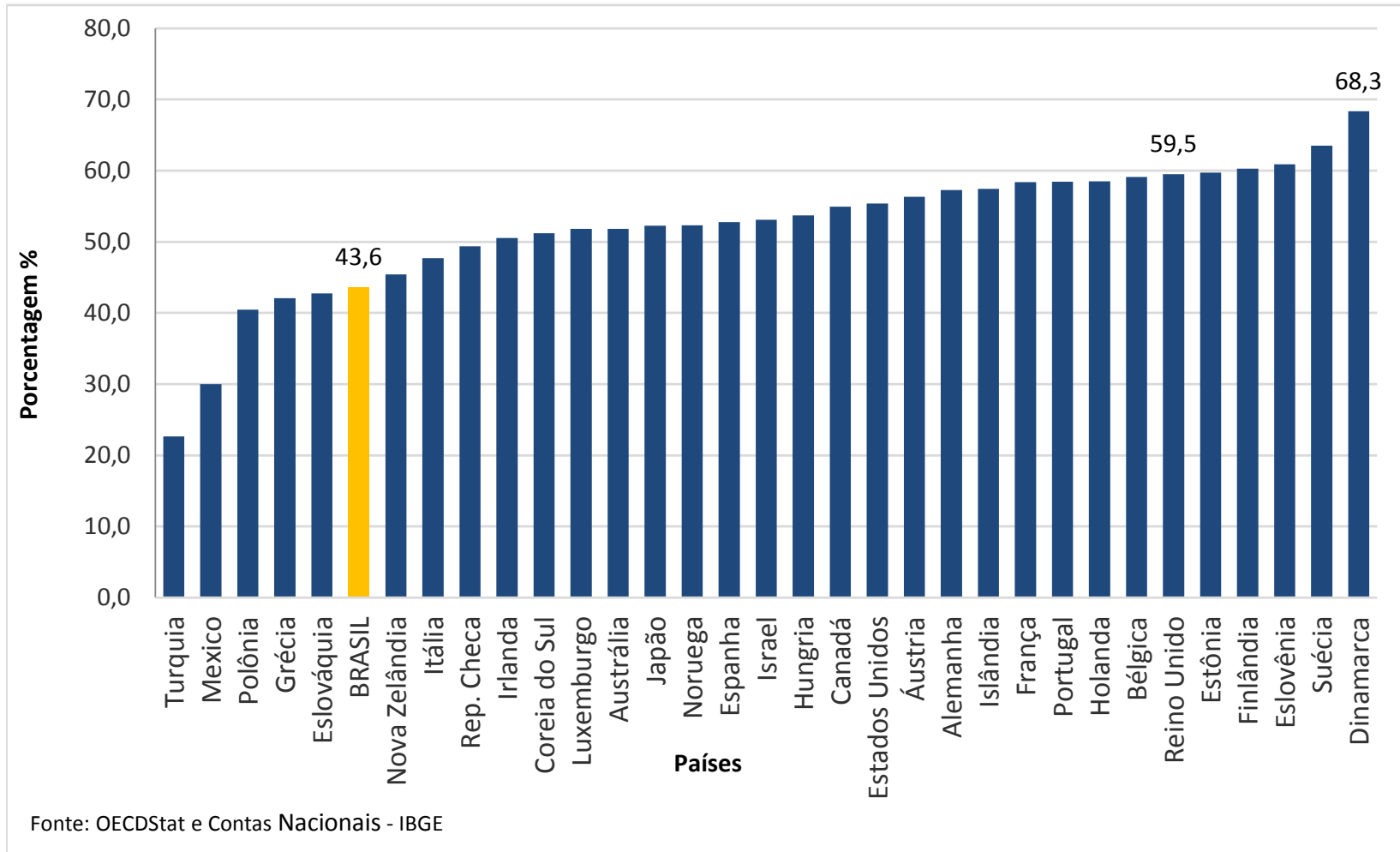
Fonte: OECDStat e Ipea

**FIGURA 2 – PIB *PER CAPITA*
(PAÍSES SELECIONADOS)
(EM US\$ CORRENTES PPP)
2015**



Fonte: Banco Mundial (ICP-DATABASE).

**FIGURA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB
(EM %)
(BRASIL E OCDE)
2009**



**FIGURA 9 – SALÁRIO MÍNIMO
BRASIL E OCDE
(EM US\$ PPP)
2015**

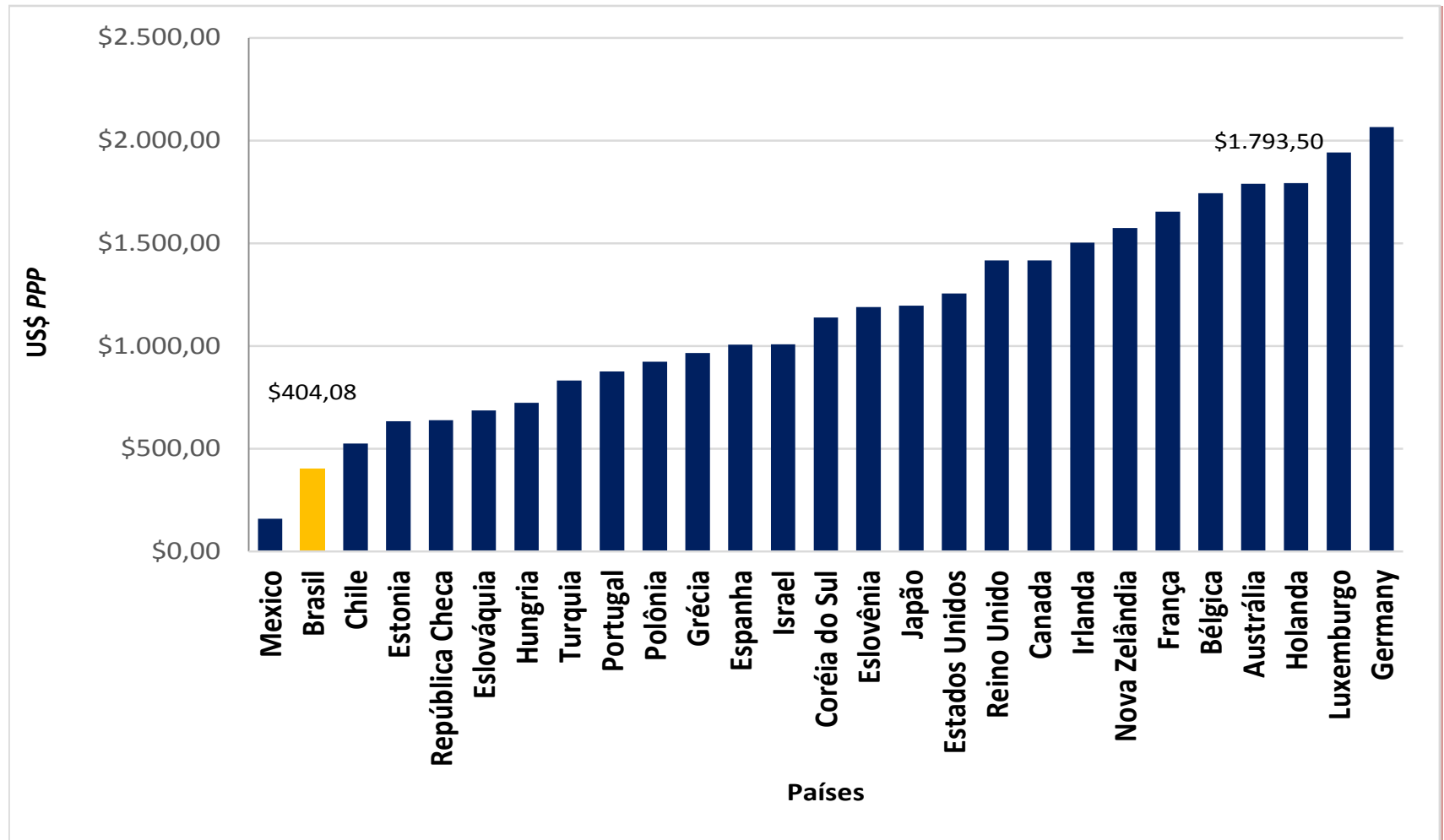
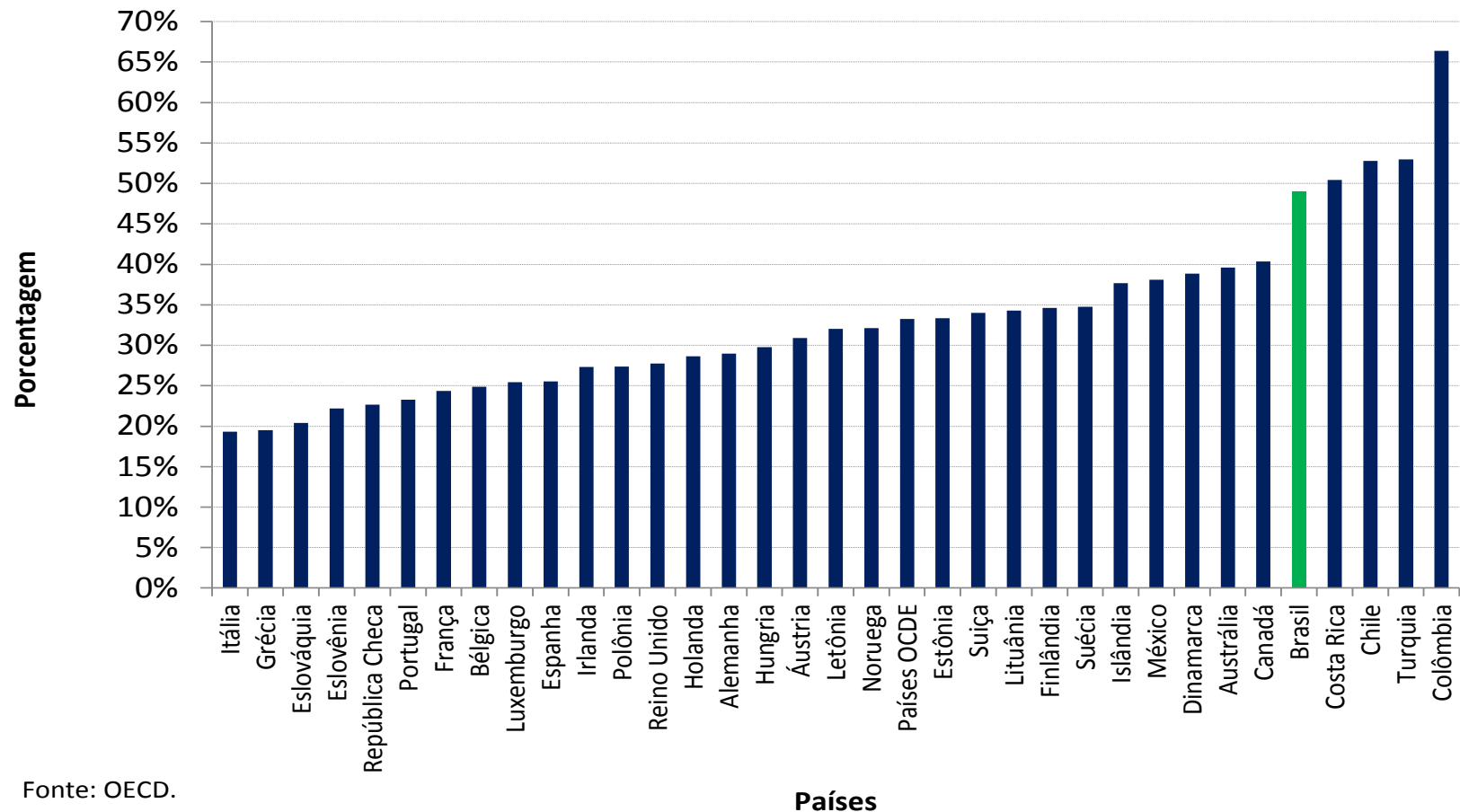
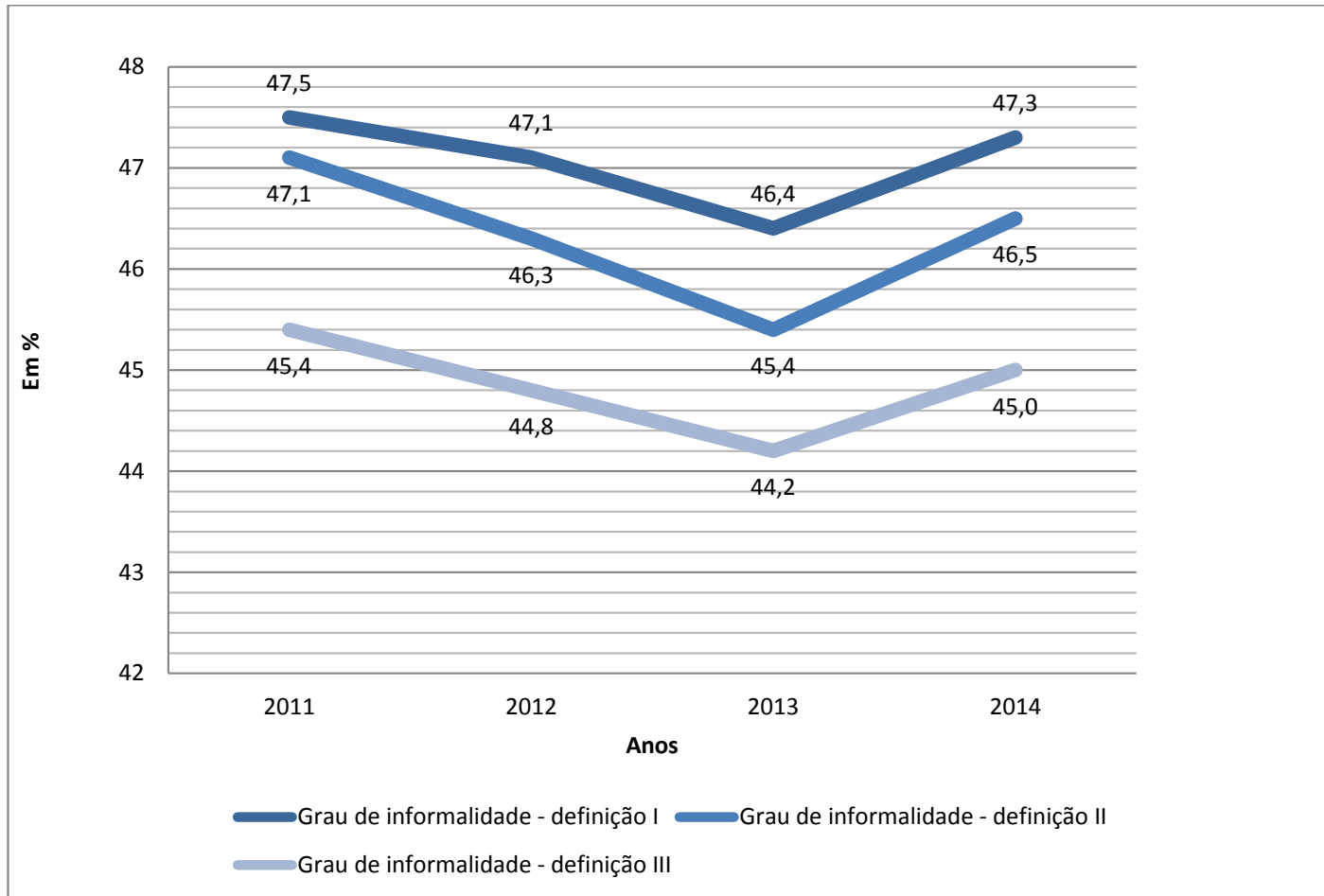


FIGURA 10 – PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM MENOS DE TRÊS ANOS NO ATUAL TRABALHO (PAÍSES SELECIONADOS) 2013



Fonte: OECD.

FIGURA 6 – GRAU DE INFORMALIDADE
BRASIL
2011-2016

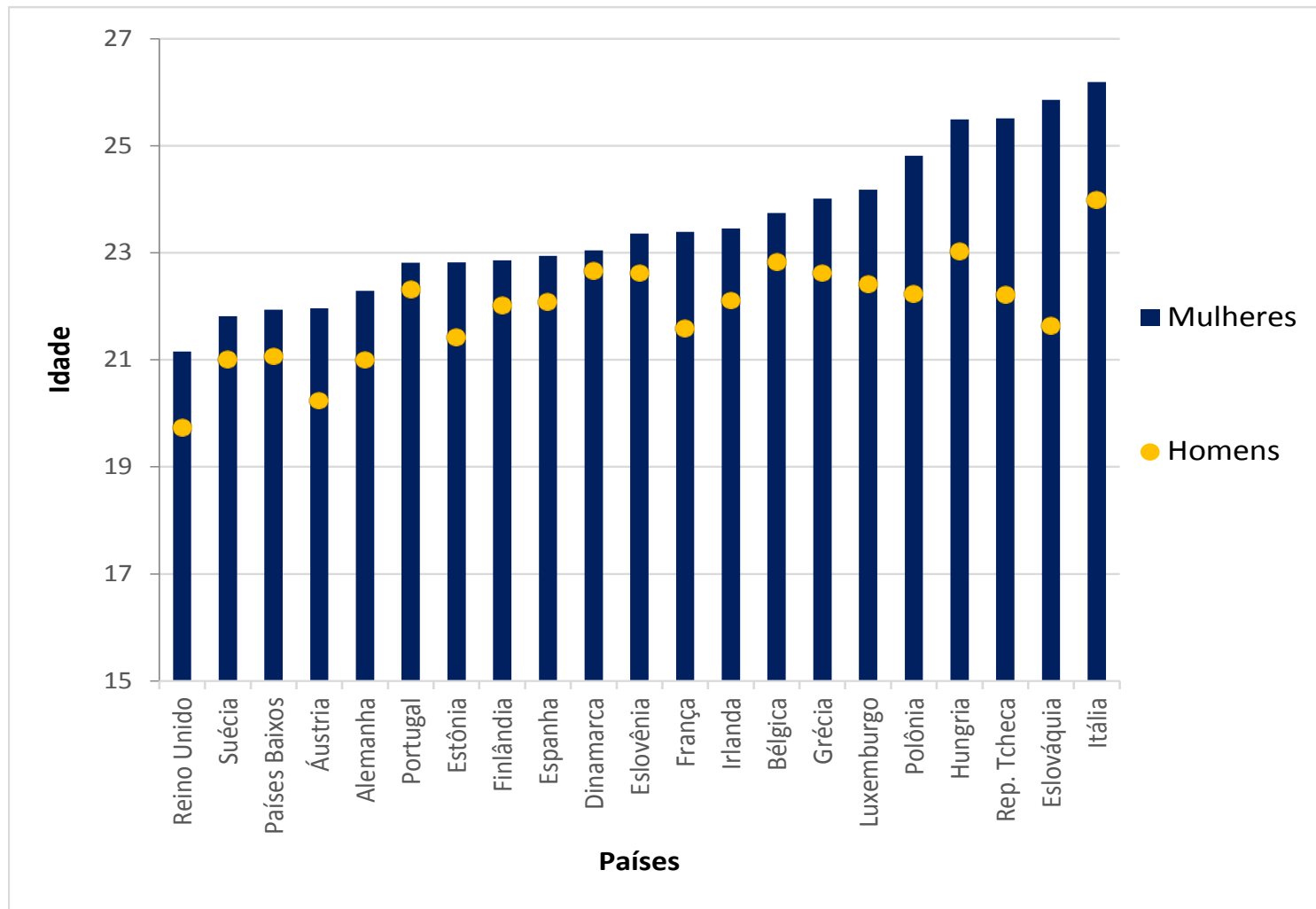


Fonte: PNAD. Elaboração: IpeaDATA.

Notas:

Grau de informalidade – definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

**FIGURA 14 – IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO
POR SEXO
(PAÍSES SELECIONADOS)
2013**



Fonte: OCDE – Pensions at a Glance (2015).

FIGURA 11- PROPORÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA DE IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO

(EM %)

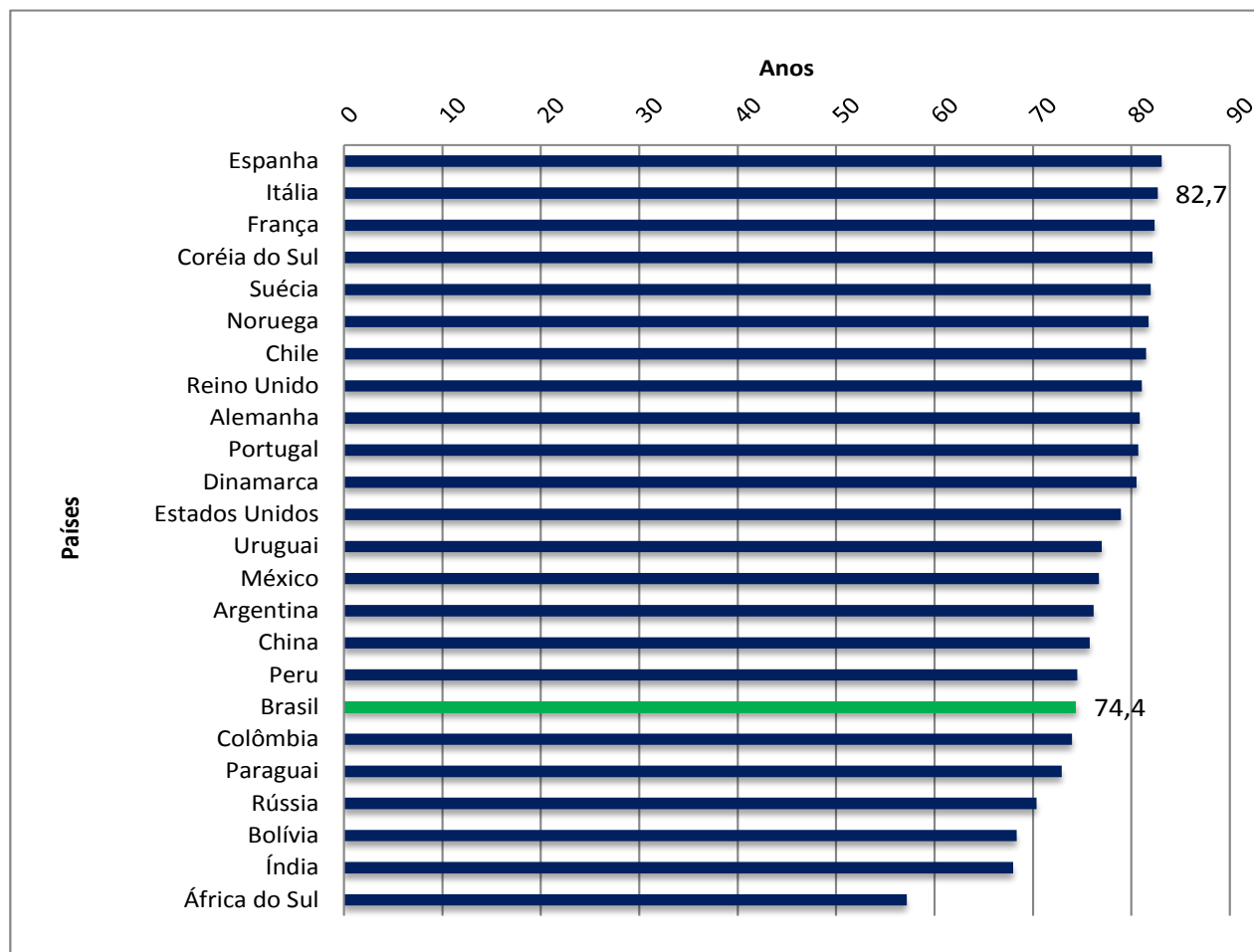
2001⁽¹⁾, 2011 e 2014

FAIXA ETÁRIA	URBANO				RURAL			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2001	2014	2001	2014	2001	2014	2001	2014
Até 14 anos	61%	45%	46%	34%	90%	78%	84%	70%
15 a 17 anos	24%	31%	26%	30%	8%	16%	10%	17%
18 e 19 anos	10%	16%	14%	20%	1%	4%	3%	6%
20 anos ou mais	5%	7%	14%	16%	1%	2%	3%	6%

Fonte: IBGE/Pnad. Anos diversos.

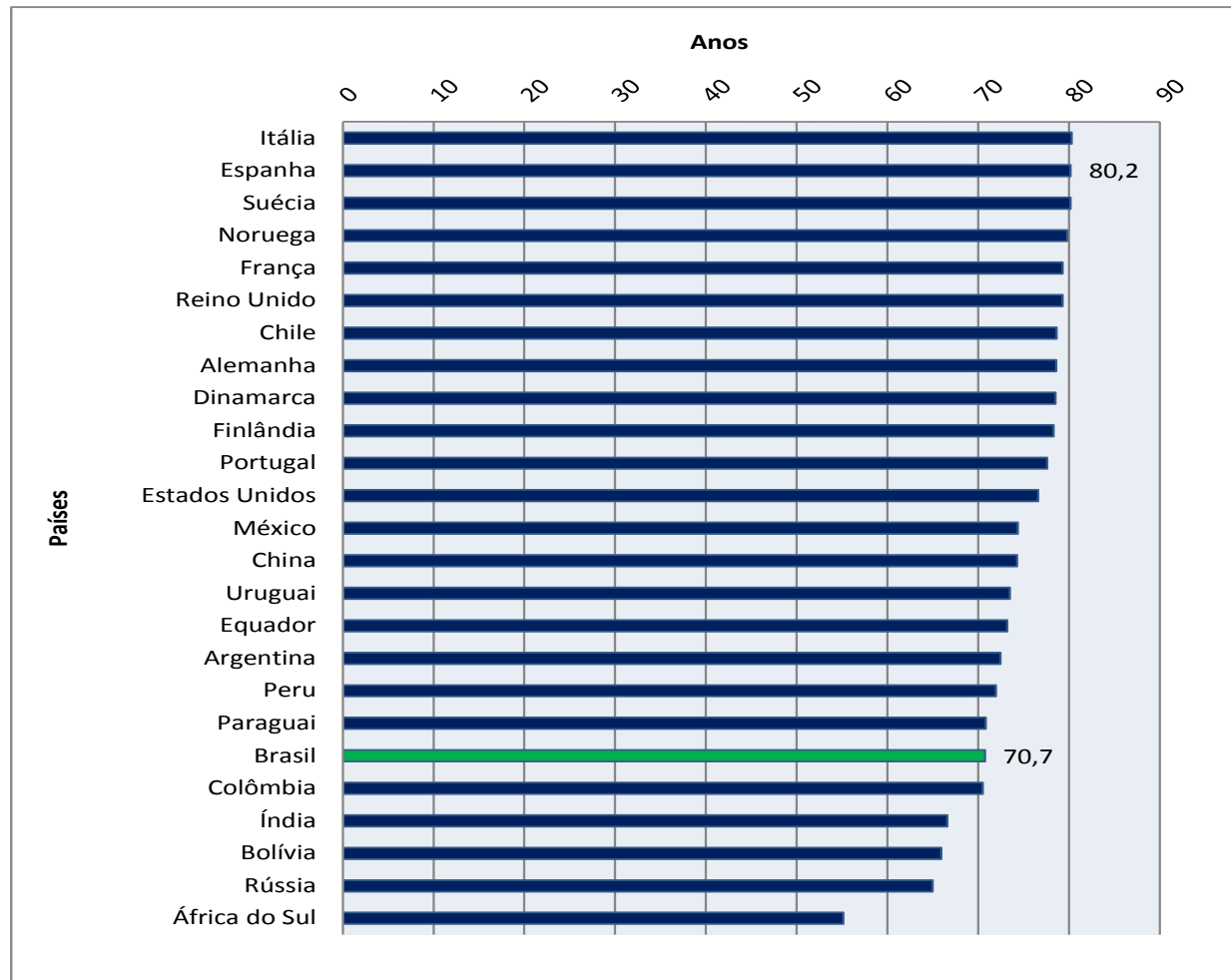
(1) Em 2001, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**FIGURA 15 – EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (AMBOS OS SEXOS)
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)
2014**



Fonte: Banco Mundial (ICP-DATABASE).

**FIGURA 17 – HOMENS – EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)
2014**



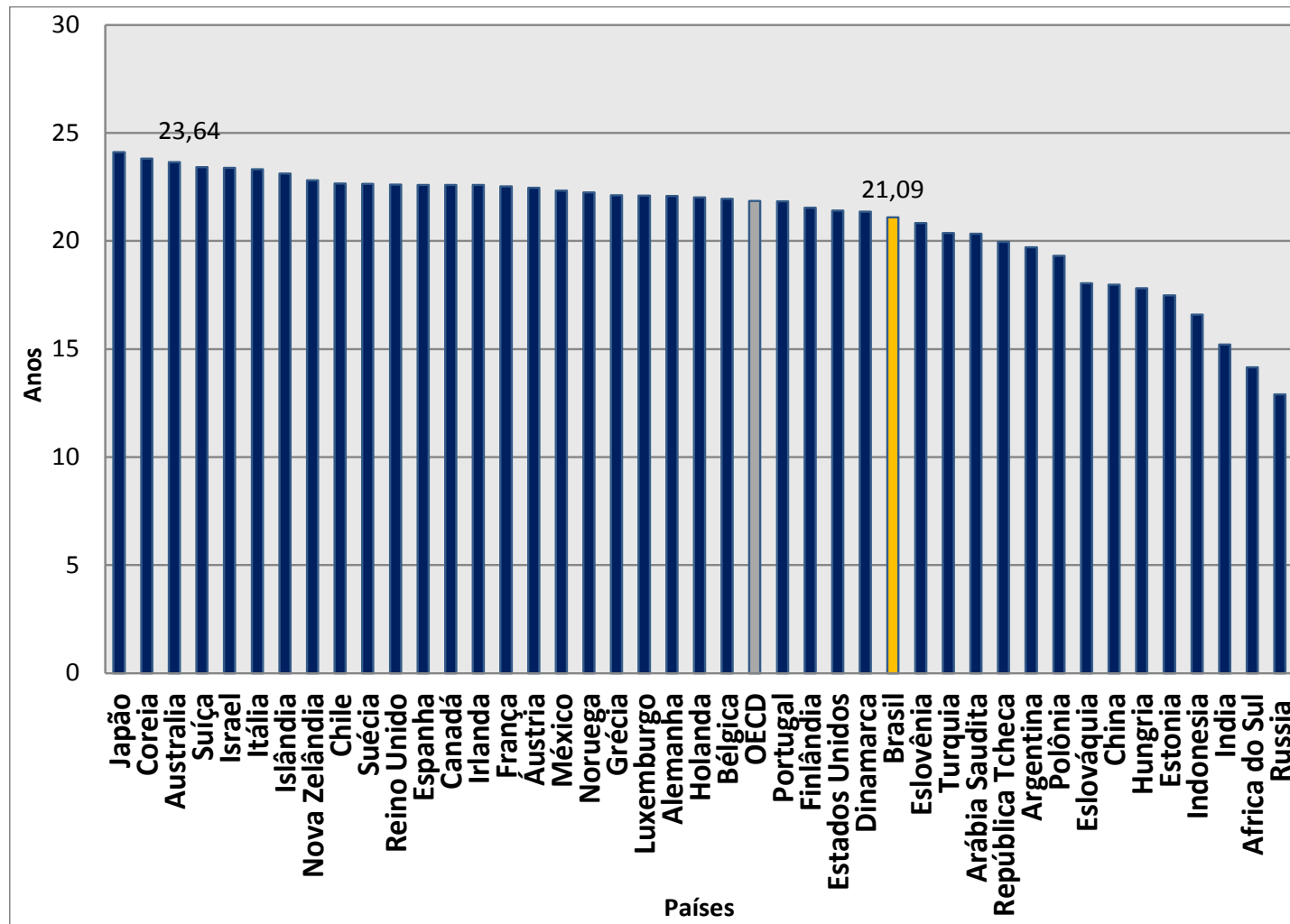
Fonte: Banco Mundial (ICP-DATABASE).

FIGURA 19 – ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ENTRE 2011 E 2060 BRASIL

ANO	EXPECTATIVA DE VIDA (AMBOS OS SEXOS)
2011	74,20
2015	75,40
2020	76,70
2030	78,60
2035	79,30
2040	79,80
2045	80,20
2050	80,60
2055	80,80
2056	80,90
2057	80,90
2058	81,00
2059	81,00
2060	81,00

Fonte: IBGE (Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060). Atualizado em 2014.

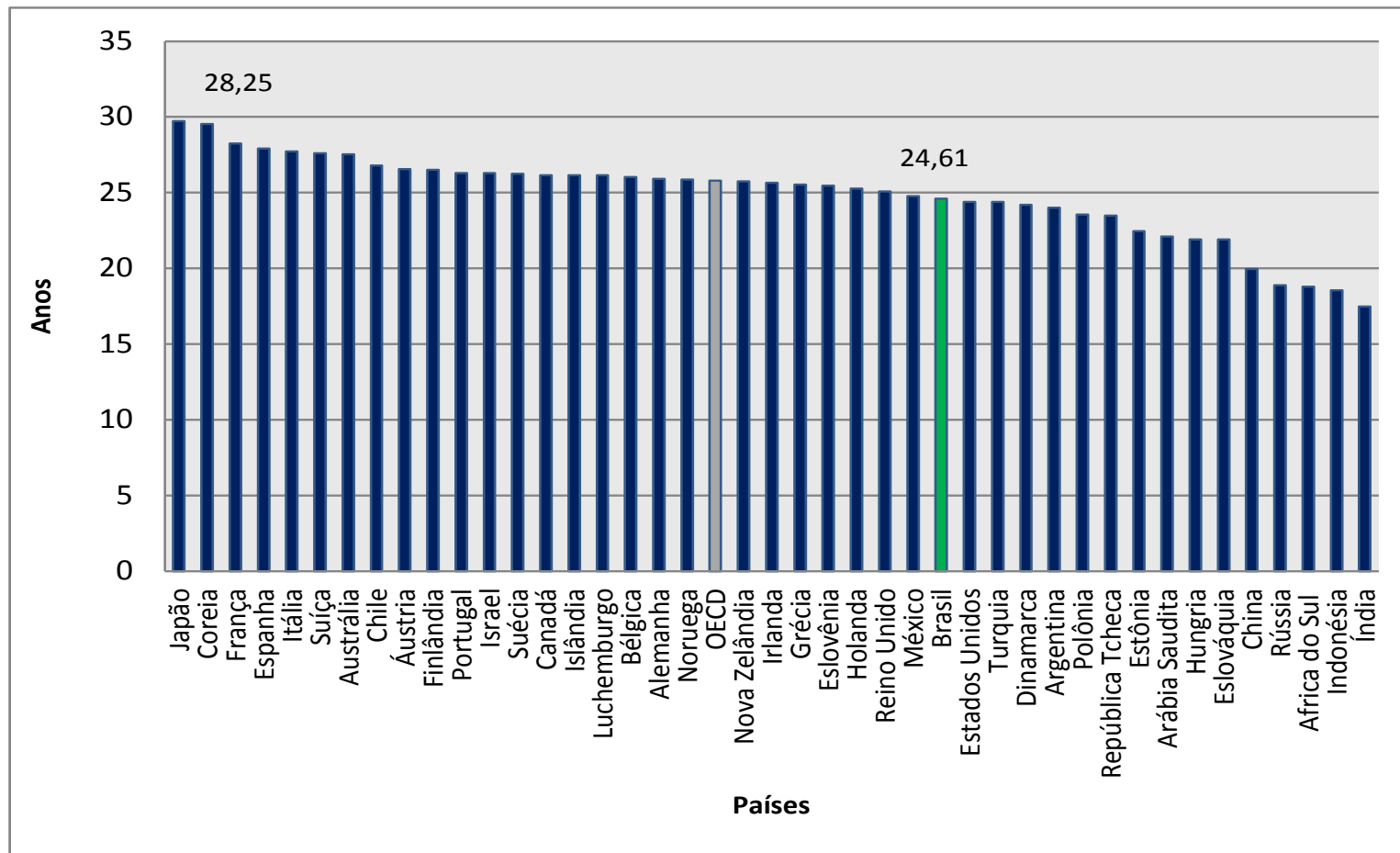
FIGURA 21 – HOMENS – EXPECTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA AOS 65 ANOS EM 2060/2065
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)



Fonte: United Nations, World Population Prospects – 2012 Revision. Pensions at a Glance 2015.

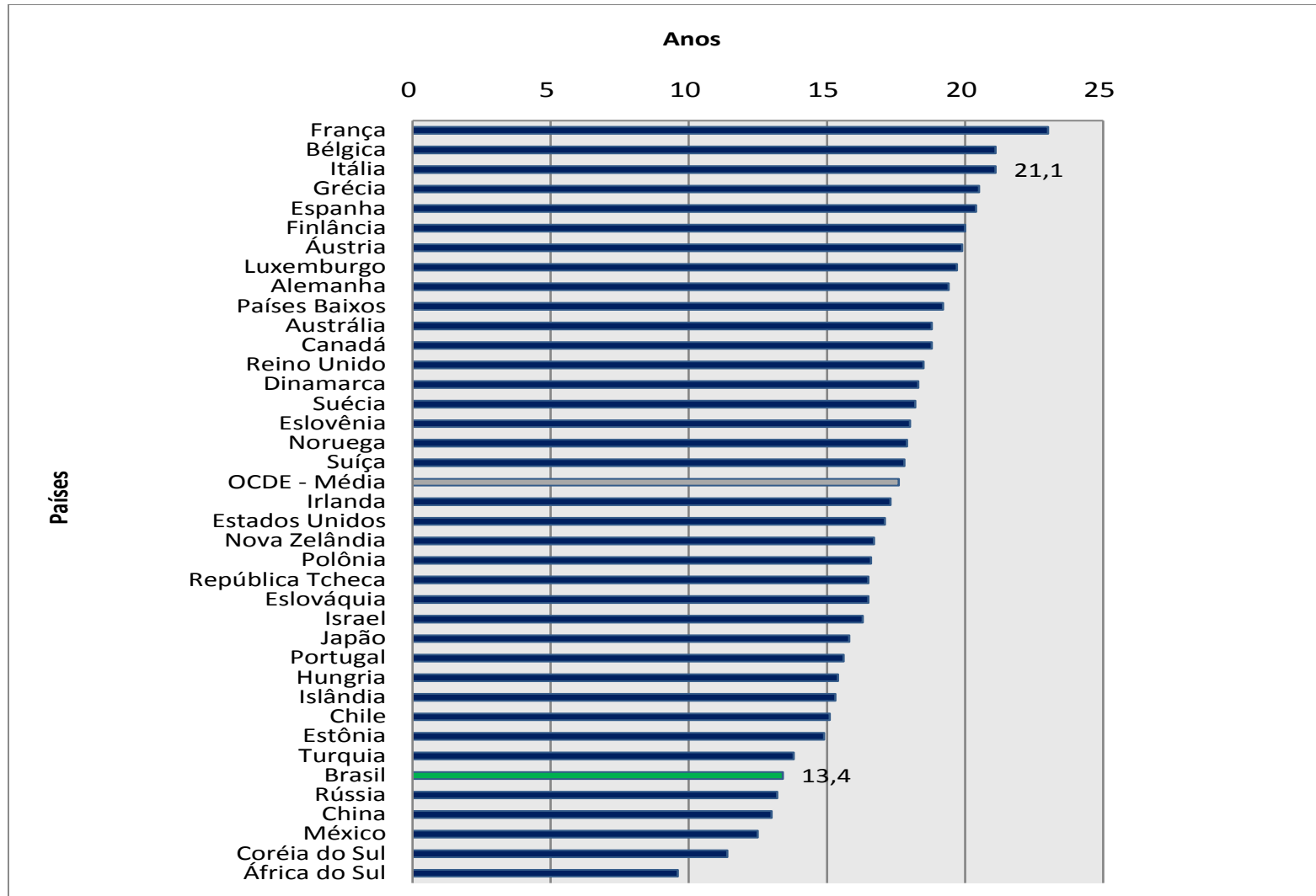
Fórum de debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social (2016).

FIGURA 21 – MULHERES – EXPECTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA AOS 65 ANOS EM 2060/2065 (PAÍSES SELECIONADOS)

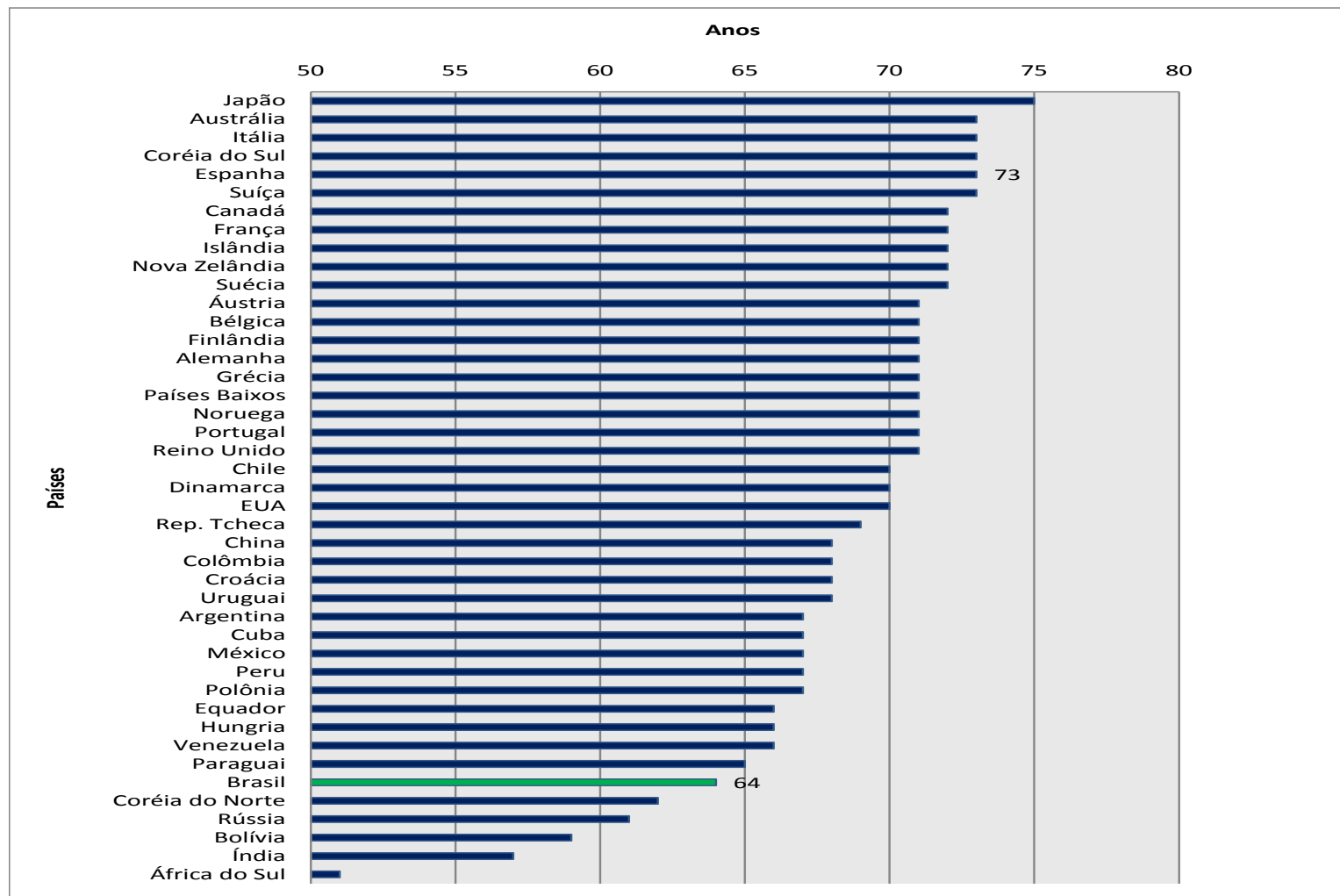


Fonte: United Nations, World Population Prospects – 2012 Revision. Pensions at a Glance 2015.
Fórum de debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social (2016).

**FIGURA 23 – EXPECTATIVA DE DURAÇÃO DA APOSENTADORIA EM ANOS
(BRASIL E PAISES SELECIONADOS)
2014**



**FIGURA 26 – EXPECTATIVA DE VIDA SAUĐAVEL (AMBOS OS SEXOS)
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)
2012**



Fonte: ONU (<http://data.un.org/>).

**FIGURA 24 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E PROBABILIDADE DE NÃO ATINGIR OS 65 ANOS DE IDADE.
(PAÍSES SELECIONADOS)
DIFERENTES PERÍODOS**

PAÍS	ESPERANÇA AO NASCER (ANOS)		PROBABILIDADE DE NÃO ATINGIR 65 ANOS (%) COORTES 2000-05	
	1970-75	2000-05	Mulher	Homem
Brasil	59,5	70,3	22,3	37,3
Rússia	69,7	65,4	23,7	55,5
Índia	50,3	63,1	32,6	40,8
China	63,2	71,5	19,7	25,8
Coréia do Sul	62,6	76,9	9,8	23,1
Uruguai	68,7	75,3	14,1	26,7
Chile	63,4	77,9	11,5	20,9
Colômbia	61,6	72,2	19,0	29,0
México	62,4	74,9	16,0	24,8
Portugal	68,0	77,2	9,8	20,2
Itália	72,1	80,0	7,8	15,4
Alemanha	71,0	78,7	9,5	17,7
Suécia	74,7	80,1	8,5	13,6
Reino Unido	72,0	78,3	10,6	16,4
Austrália	71,7	80,2	8,5	14,7
Canadá	73,2	79,9	9,3	15,0
EUA	71,5	77,3	13,3	20,9

Fonte: Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. APUD, Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

**FIGURA 25 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, AOS 60 ANOS E
PROBABILIDADE DE VIDA SEM SAÚDE
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2001**

PAÍS	AO NASCER (ANOS)		AOS 60 ANOS		VIDA SEM SAÚDE (% DA VIDA TOTAL)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	52,2	61,1	69,4	73,0	20,2	15,2
Rússia	51,5	61,9	68,5	72,7	12,6	14,4
Índia	51,5	51,3	69,7	70,2	14,1	16,9
China	62,0	64,3	72,7	74,2	11,1	11,6
Coréia do Sul	64,5	70,3	72,9	76,6	9,4	10,6
Uruguai	61,2	68,3	73,3	76,8	13,7	13,7
Chile	62,0	64,3	72,7	75,5	12,0	14,7
Colômbia	55,3	62,1	70,7	72,9	17,1	16,9
México	62,6	65,0	74,5	74,9	12,6	15,3
Portugal	64,3	69,4	73,4	76,2	11,7	13,4
Itália	69,2	72,9	75,5	78,2	9,2	11,3
Alemanha	68,3	72,2	75,0	77,7	9,1	10,9
Suécia	70,5	73,2	76,5	78,5	9,2	11,1
Reino Unido	68,4	70,9	75,0	76,9	8,8	11,3
Austrália	70,1	73,2	76,4	78,8	9,4	11,4
Canadá	68,2	71,6	75,3	77,9	11,0	12,6
EUA.	66,4	68,8	74,9	76,6	10,8	13,5

Fonte: OMS – Organização Mundial de Saúde. APUD, Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

**FIGURA 32 – ANOS DE ESTUDO
(PAÍSES SELECIONADOS)
2013**

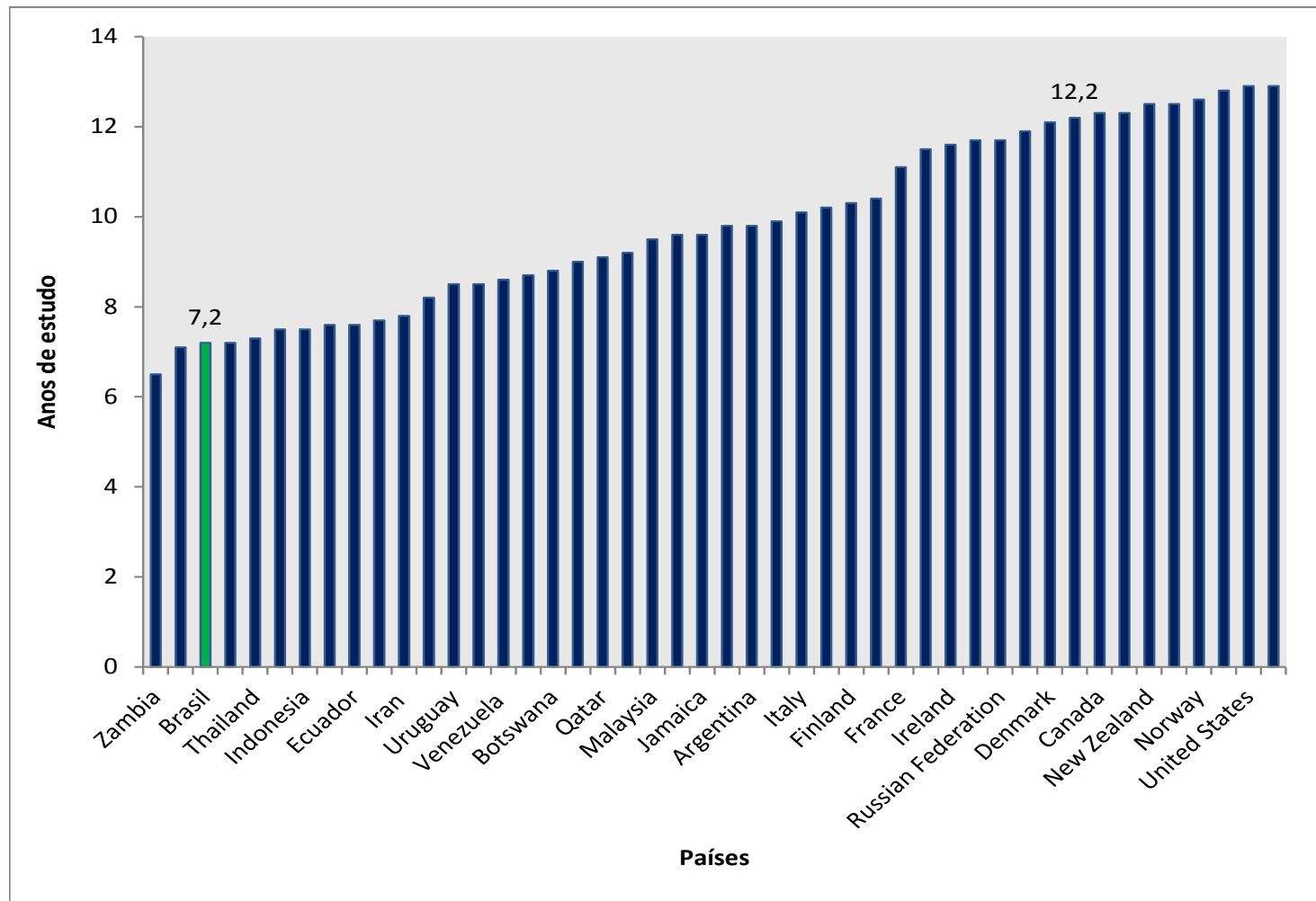


FIGURA 29 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (ANTES DOS 5 ANOS POR CADA MIL)
(PAÍSES SELECIONADOS)
2015

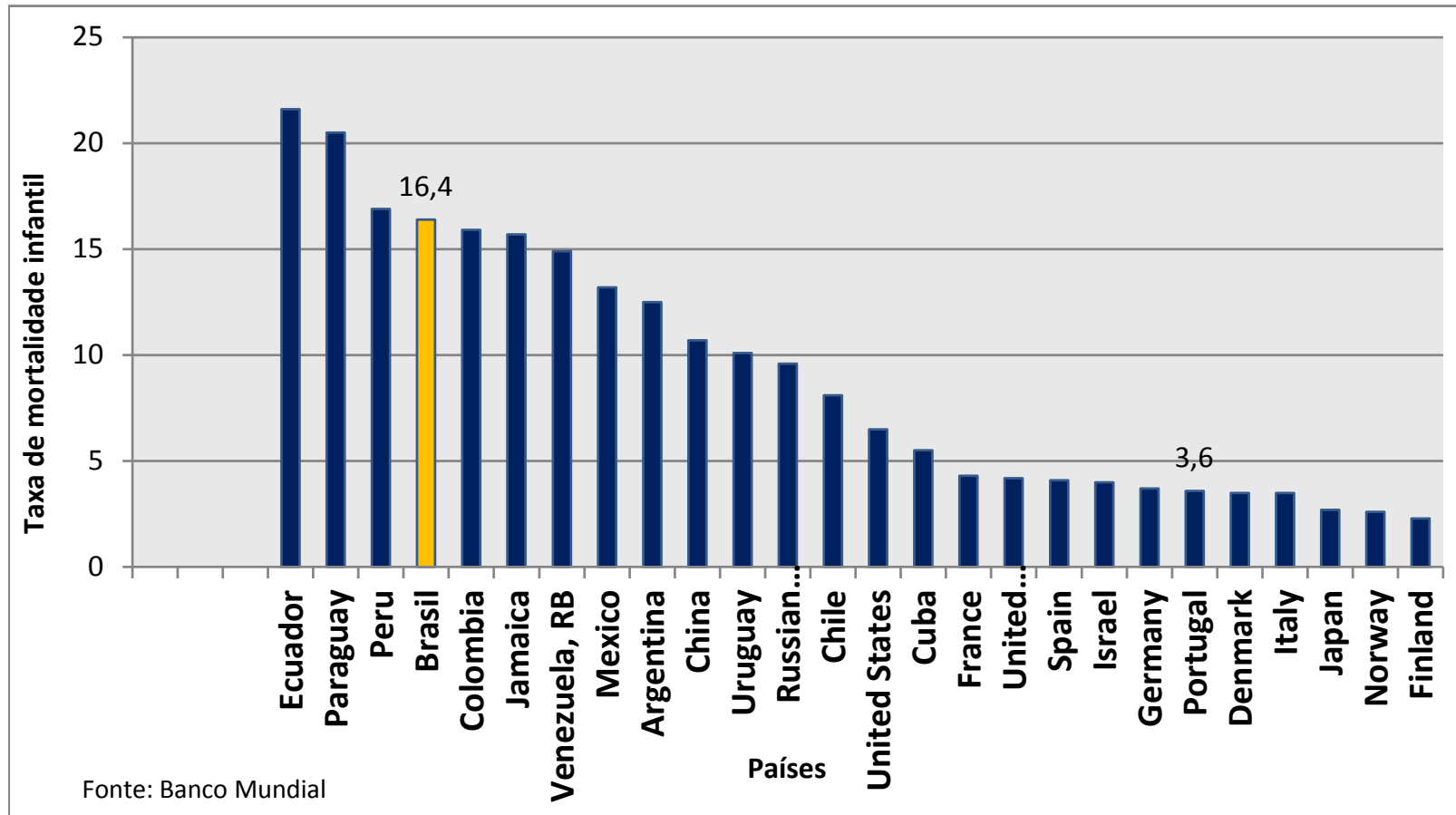
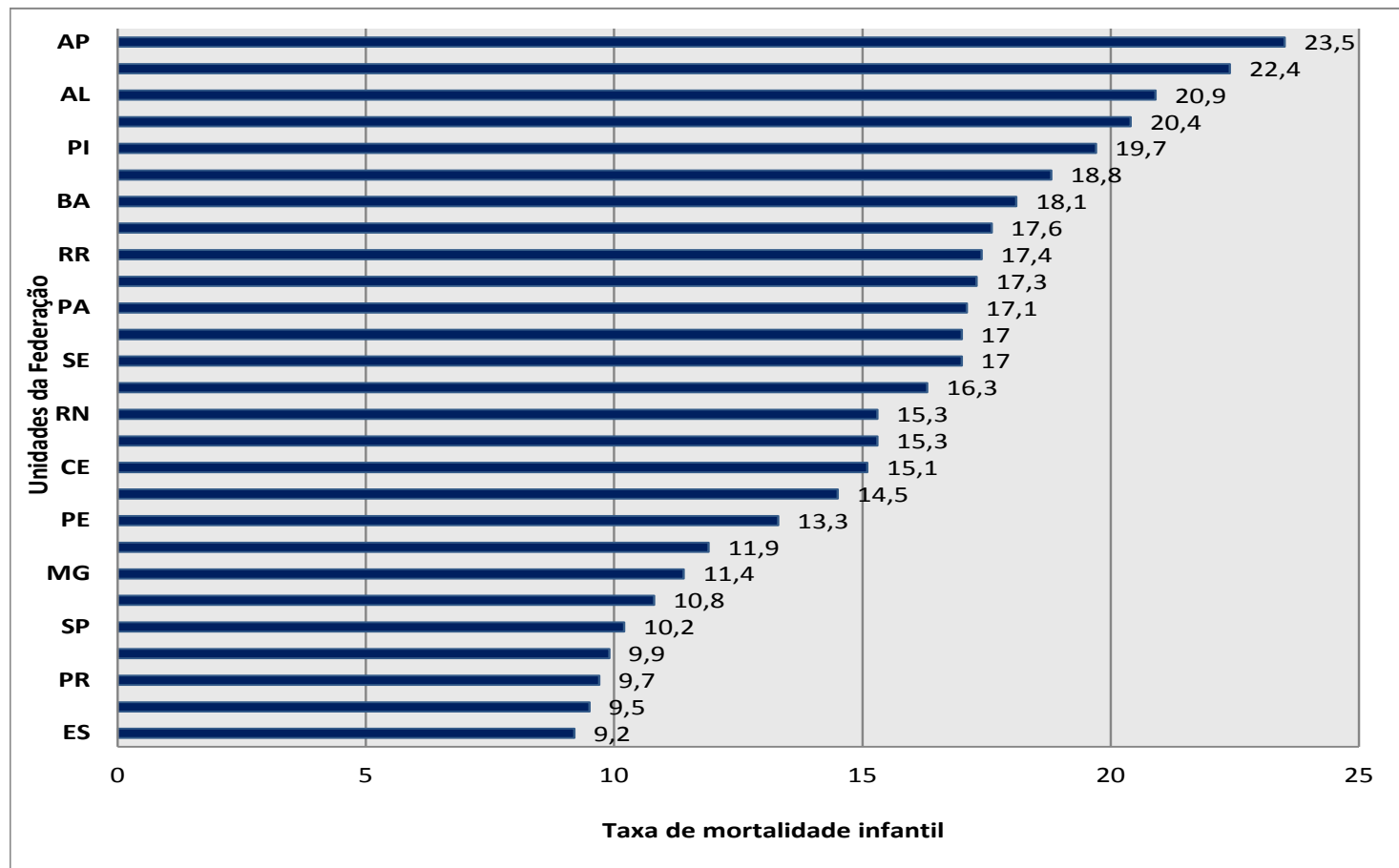


FIGURA 28 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (CRIANÇAS DE ATÉ UM ANO PARA CADA MIL NASCIDOS VIVOS) POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASIL 1990-2015



Fonte: DATASUS/ IDB

Aposentadoria precoce ou perda de capacidade laboral?

FIGURA 30 – GRAU DE PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DCNT
BRASIL
2013

DCNT	NÚMERO DE PESSOAS (MILHÕES)	GRAU DE PREVALÊNCIA POR FAIXA ETÁRIA (EM %) (1)						GRAU DE PREVALÊNCIA BAIXA ESCOLARIDADE (2) (%)
		18/29	30/59	60/64	65/74	75/ou +	BRASIL (18 ANOS E MAIS)	
Hipertensão	31,3	2,8	20,6	44,4	52,7	55,0	21,4	31,0
Diabetes	9,1	0,6	5,0	14,5	19,9	19,6	6,2	9,6
Asma	6,5	4,8	4,1	4,3	5,7	3,8	4,4	5,7
Dislipidemia (Colesterol)	18,4	2,8	13,3	25,9	25,5	20,3	12,5	15,8
Depressão	11,2	3,9	nd	11,1	nd	nd	7,6	8,6
Doenças Cardiovasculares (DCV)	6,1	0,9	3,4	9,0	11,9	13,7	4,2	6,3
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	2,2	nd	nd	nd	nd	nd	1,5	nd
Problemas Crônicos de coluna	27,0	8,7	19,9	26,6	28,9	28,5	18,5	24,6
Insuficiência renal		0,5	nd	nd	nd	3,6	1,4	2,1
Câncer	2,7	0,3	1,3	3,7	5,7	nd	1,8	2,3
Distúrbios Osteomoleculares (DORT)	nd	nd	3,2	nd	nd	nd	2,4	3,8

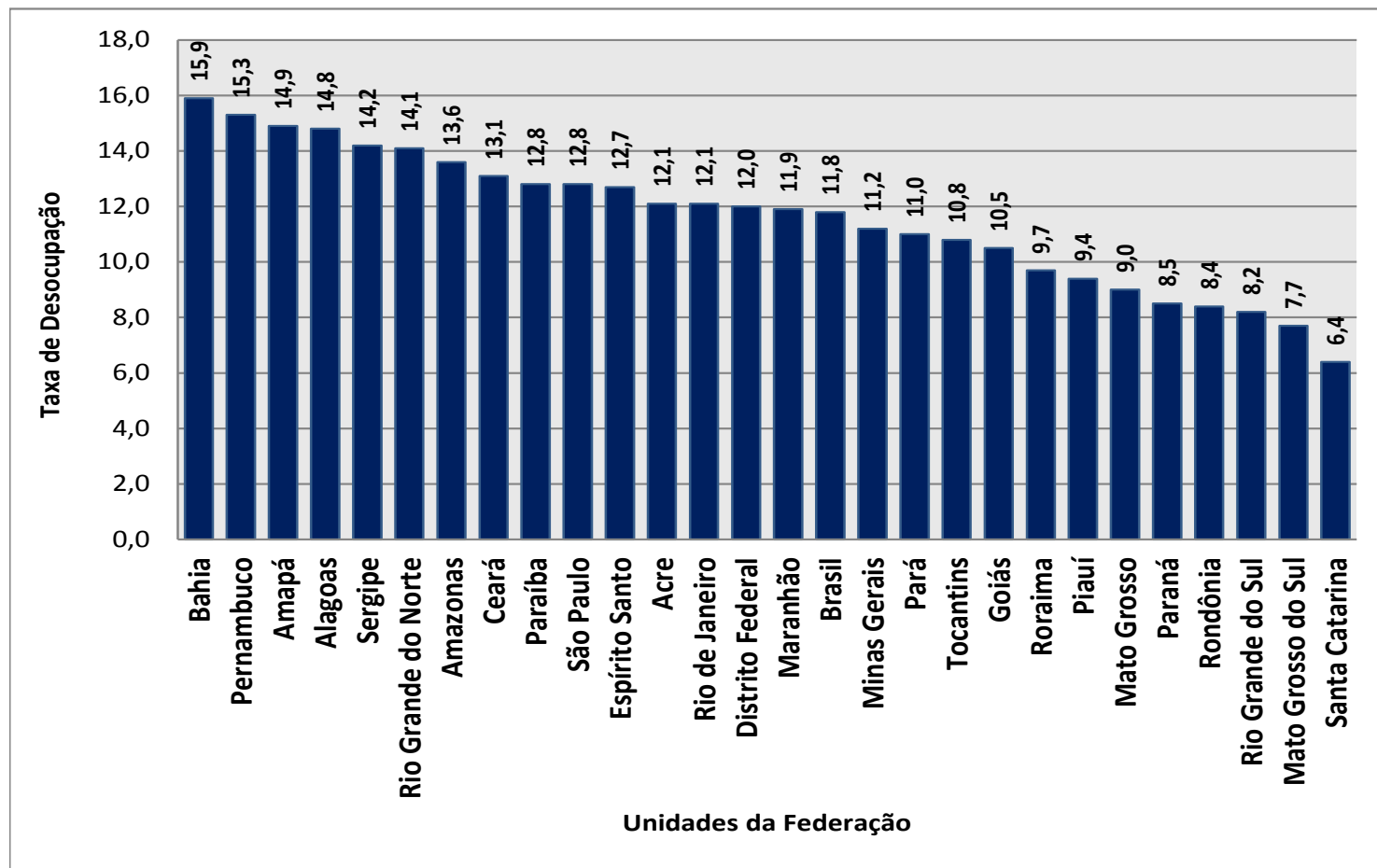
Fonte: MS/IBGE – PNS 2013

9. As condições de vida no Brasil vistas a partir das suas profundas desigualdades regionais e sociais.

9.1. A heterogeneidade entre Unidades da Federação e municípios brasileiros

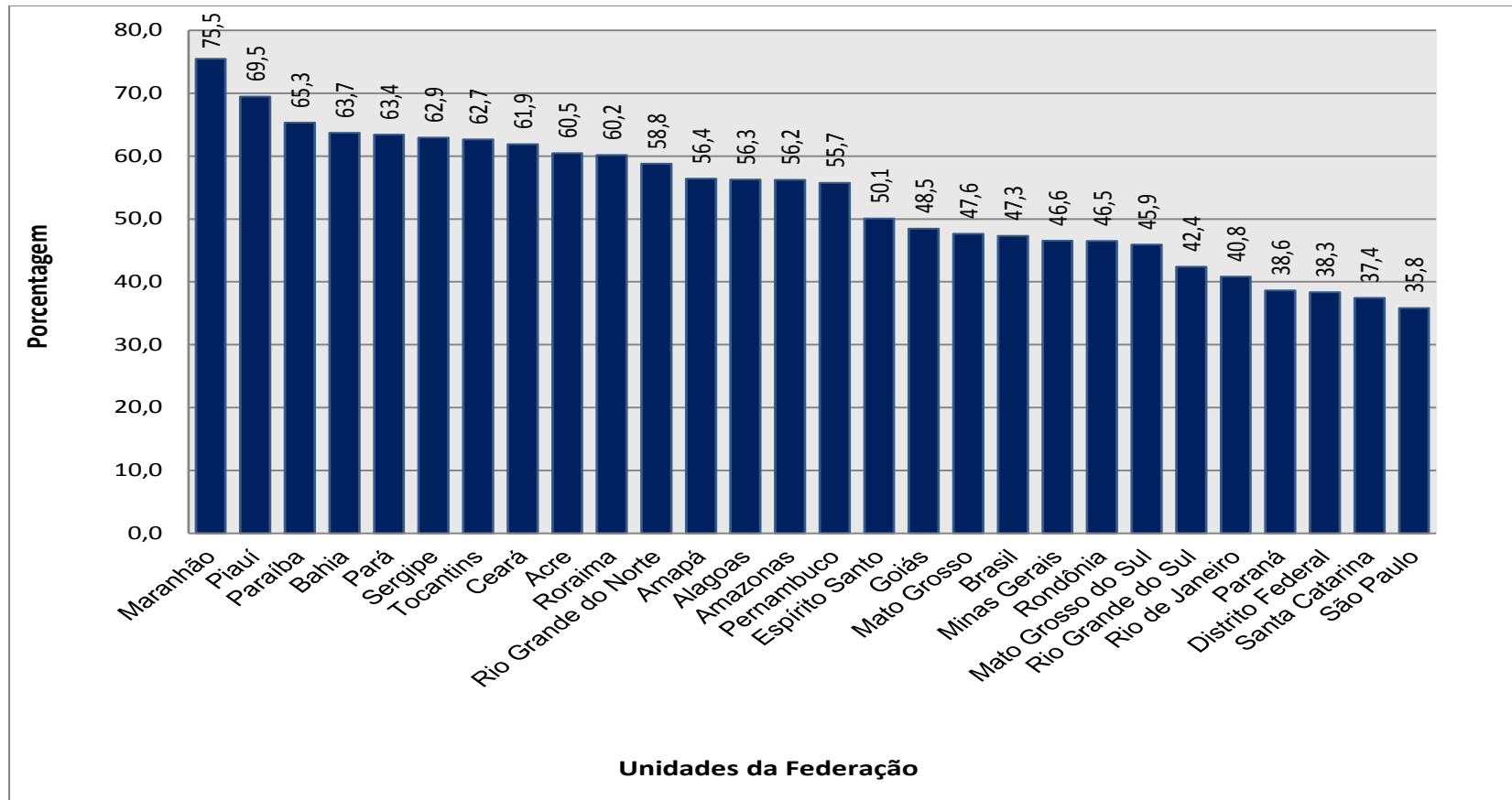
9.2. As desigualdades de Desenvolvimento Humano entre os municípios brasileiros

**FIGURA 2 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BRASIL
3º TRIM. 2016**



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração própria.

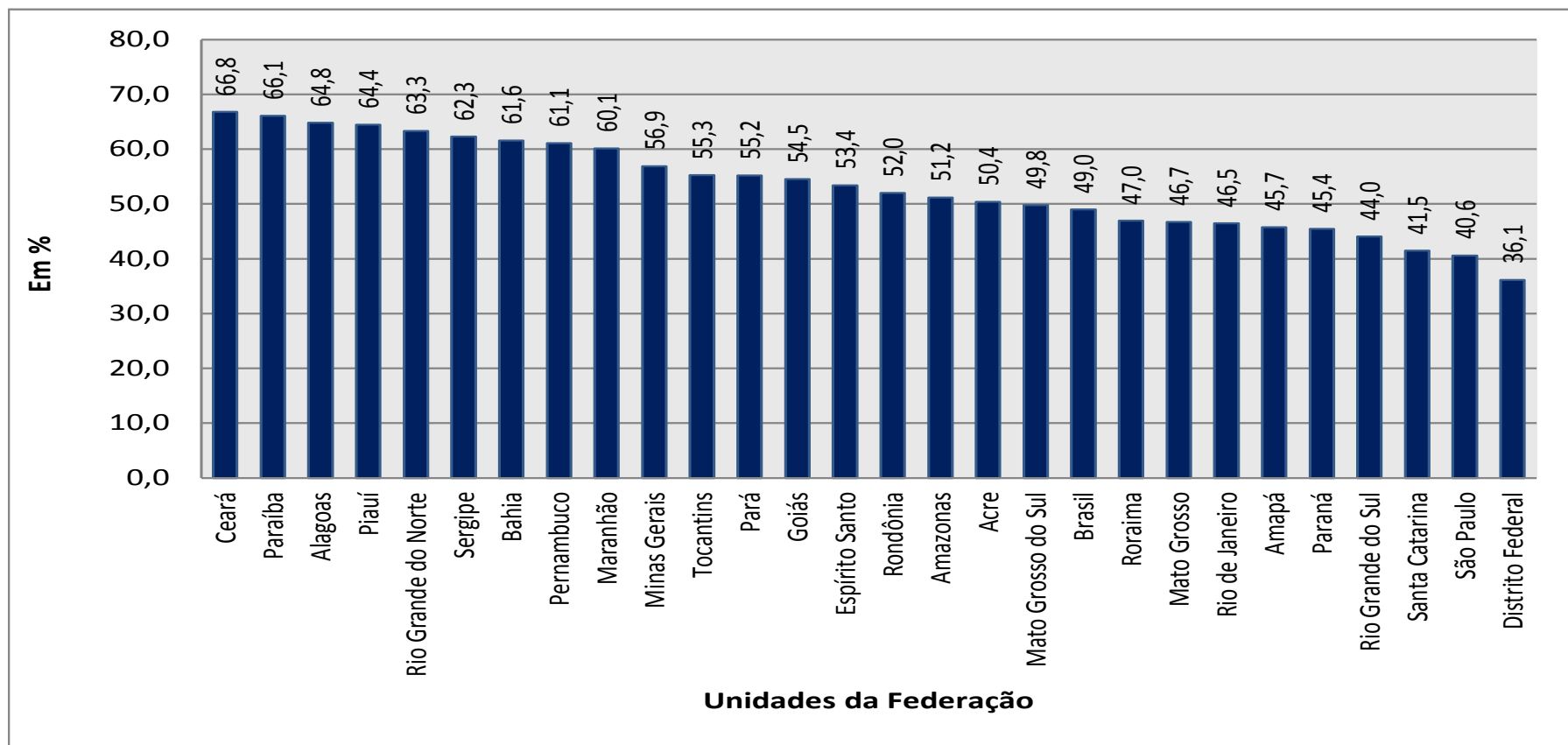
FIGURA 3 – GRAU DE INFORMALIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO ⁽¹⁾
(EM PORCENTAGEM)
BRASIL
2014



Fonte: IBGE/PNAD.

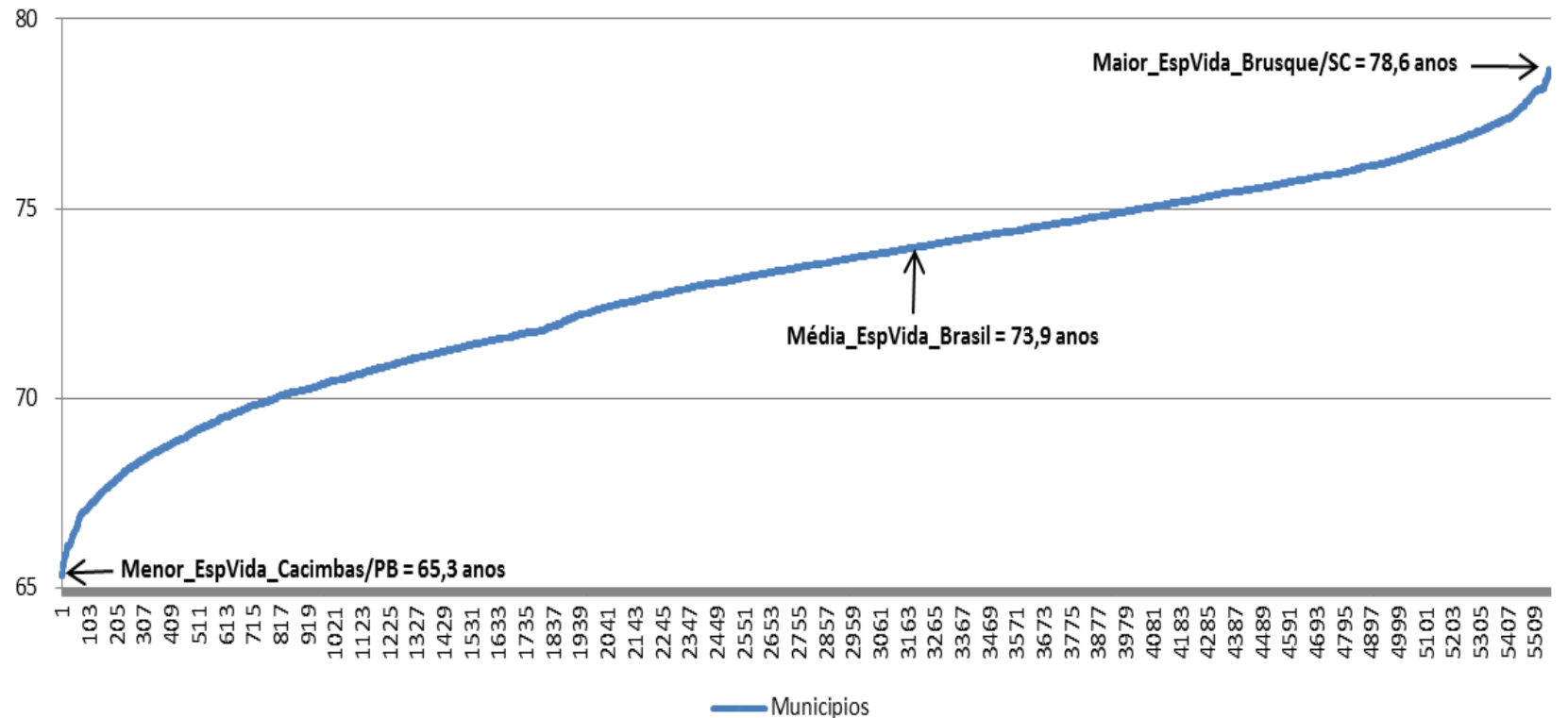
Nota (1) $(\text{Empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria}) / (\text{trabalhadores protegidos} + \text{empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria})$.

FIGURA 4 – EMPREGOS COM VALOR IGUAL OU INFERIOR A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (EM %)
BRASIL
2015



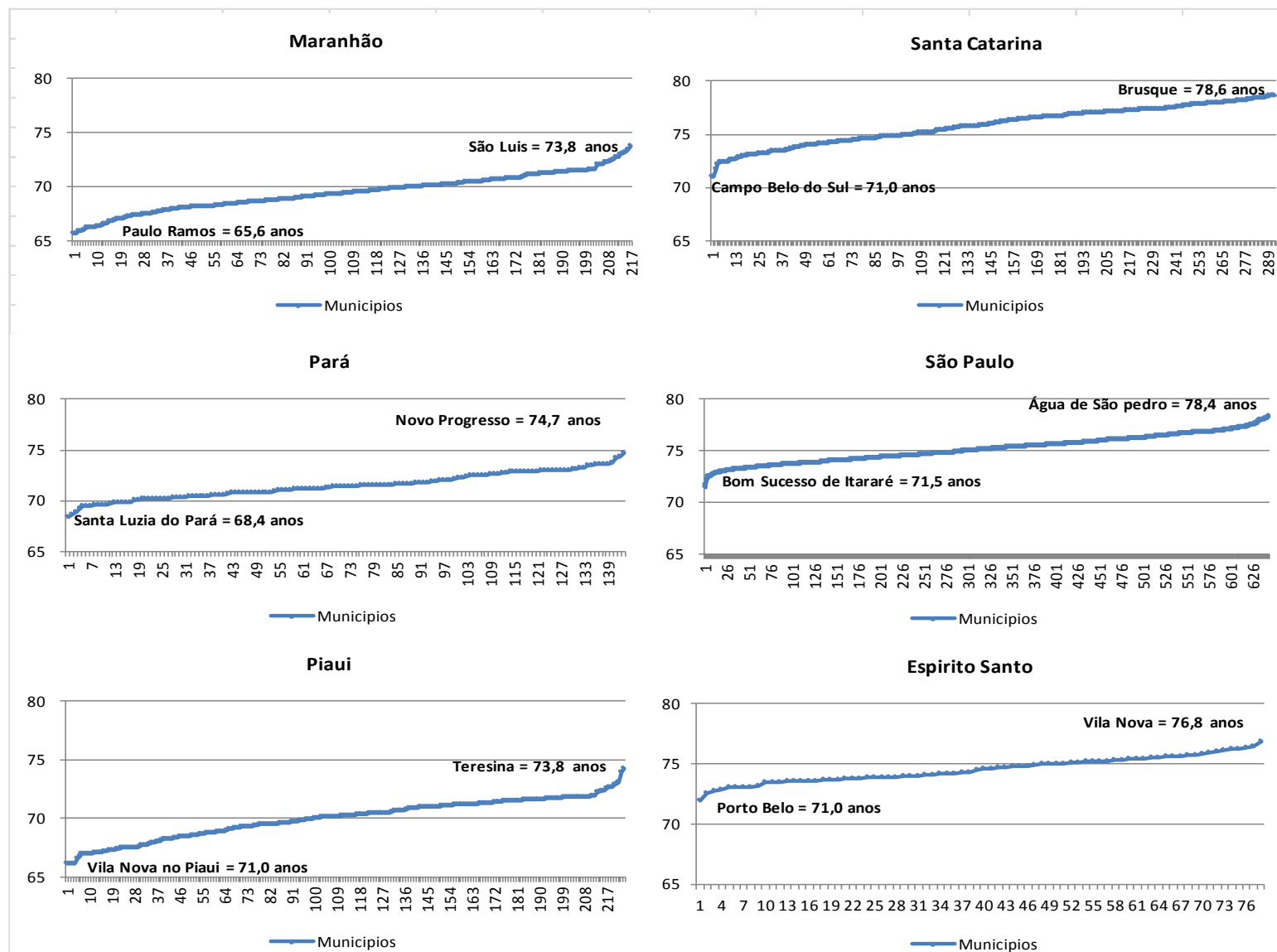
Fonte: RAIS. Elaboração própria.

FIGURA 5 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO MUNICÍPIOS BRASILEIROS 2010.



Fonte: PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Site: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>

FIGURA 6 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO UF SELECIONADA E MUNICÍPIOS 2010

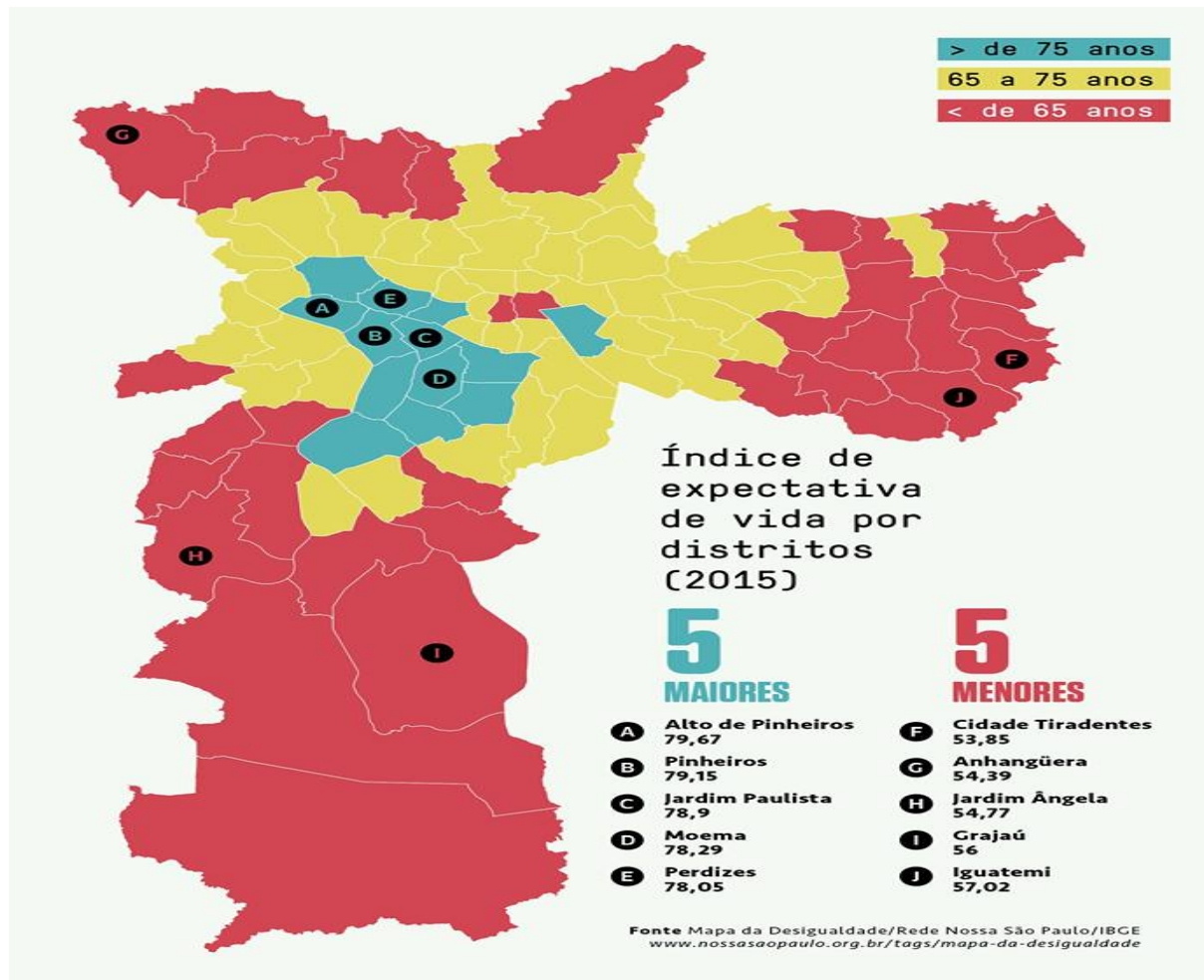


IDH dos municípios brasileiros

Em termos de Desenvolvimento Humano, a análise das informações do IDH dos municípios brasileiros (2010), para os 5.565 municípios brasileiros revela que:

- **40 municípios (0,8% do total)** são classificados com IDH "Muito Alto" (patamar próximo das **nações da OCDE**).
- **1.989 (34% do total)** municípios são classificados com IDH "Alto" (próximo **do IDH do Brasil**).
- **2.230 municípios (40 % do total)** são classificados com IDH "Médio" (semelhante ao de **Botsuana, Gabão, Indonésia, Uzbequistão, El Salvador, Bolívia e Iraque**, por exemplo).
- **1.367 municípios (24,6% do total)** são classificados com IDH "Baixo" (padrão verificado **no Congo, Zâmbia, Gana, Quênia, Paquistão, Angola, Tanzânia e Nigéria**, por exemplo).
- **29 municípios (0,5% do total)** são classificados com IDH "Muito Baixo" (algo próximo do **Senegal, Afeganistão, Etiópia e Gâmbia**, por exemplo).

**FIGURA 7 – ÍNDICE DE EXPECTATIVA DE VIDA POR DISTRITO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
2015**



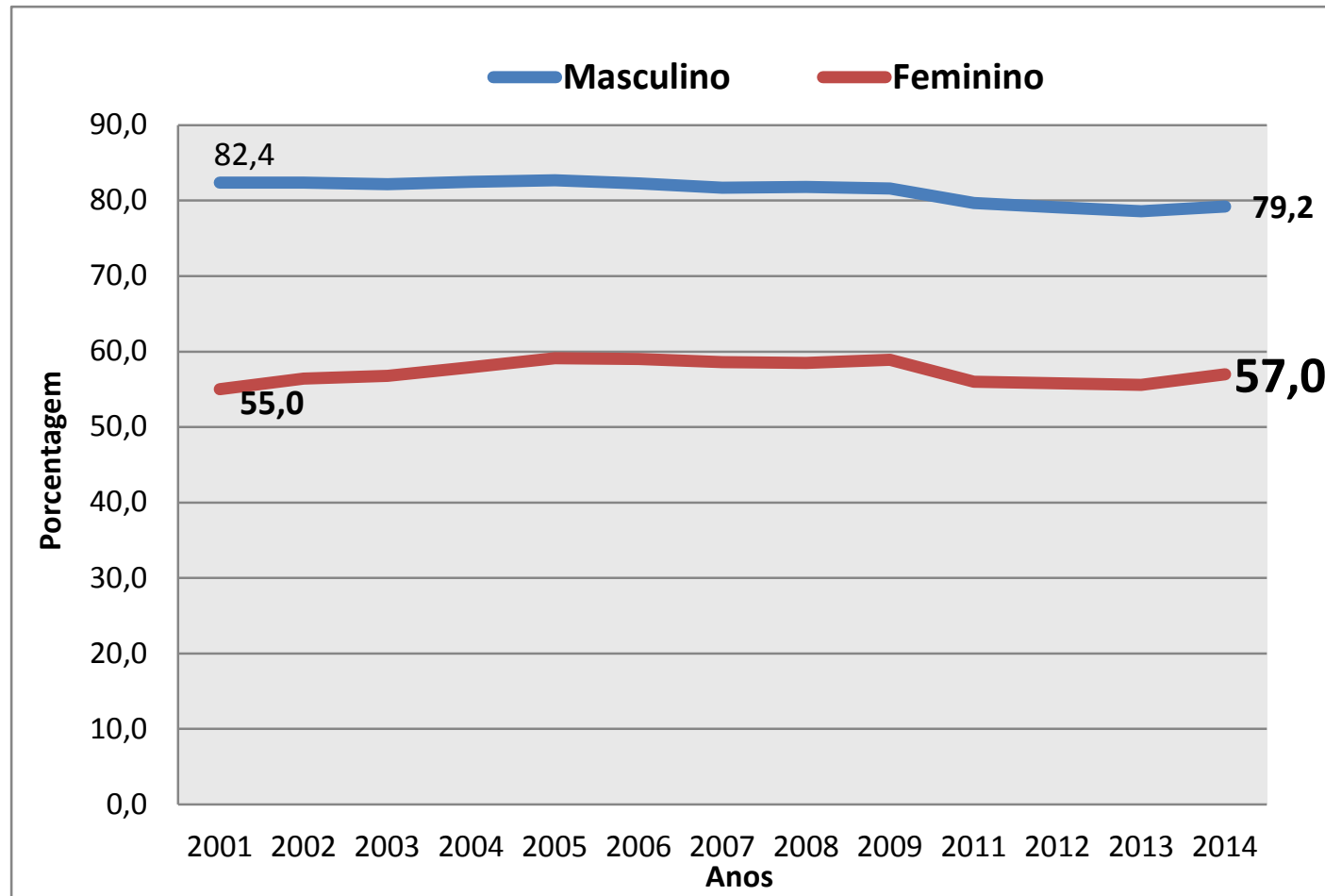
10. A reforma da Previdência em contexto de desigualdade de gênero e das condições de vida nos meios rural e urbano.

-

10.1. Desigualdades entre homens e mulheres

- **Desigualdade no emprego e trabalho**
- **Desigualdade na jornada de trabalho**
- **Desigualdade nos benefícios previdenciários**

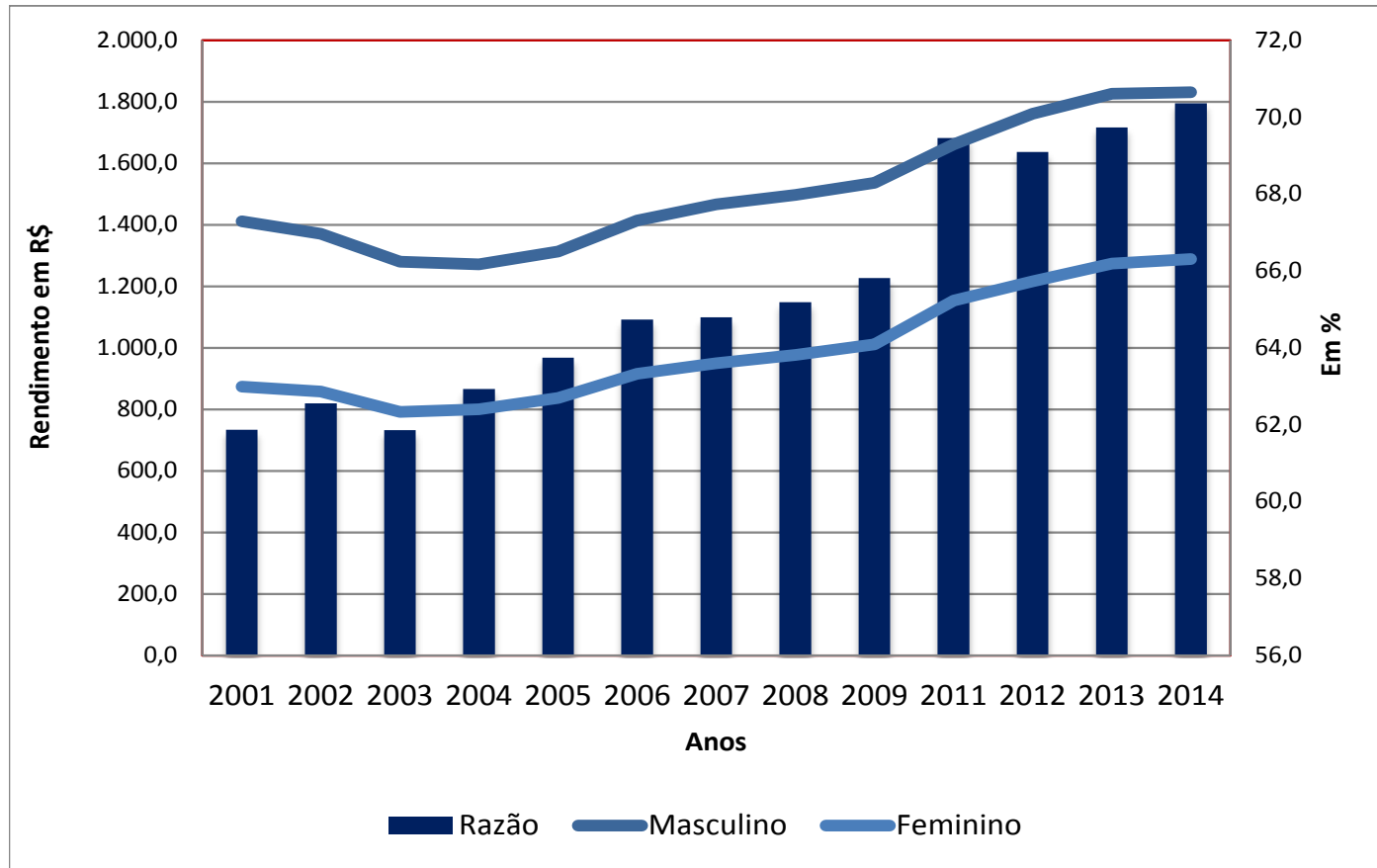
**FIGURA 1 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS, POR SEXO
BRASIL
2001 a 2014**



Fonte: Pnad/IBGE

Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

FIGURA 2 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO TRABALHO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 16 ANOS OU MAIS, POR SEXO
VALORES DE SETEMBRO DE 2014
BRASIL
2001 a 2014



Fonte: Pnad/IBGE

Obs.: Rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2014.

Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

Cenários: Realizando-se um exercício simples com as médias nacionais, podemos pensar em **três situações**, tomando como base as jornadas totais de trabalho atualmente (PNAD 2014) de homens e mulheres ocupados/as com 16 anos ou mais de idade:

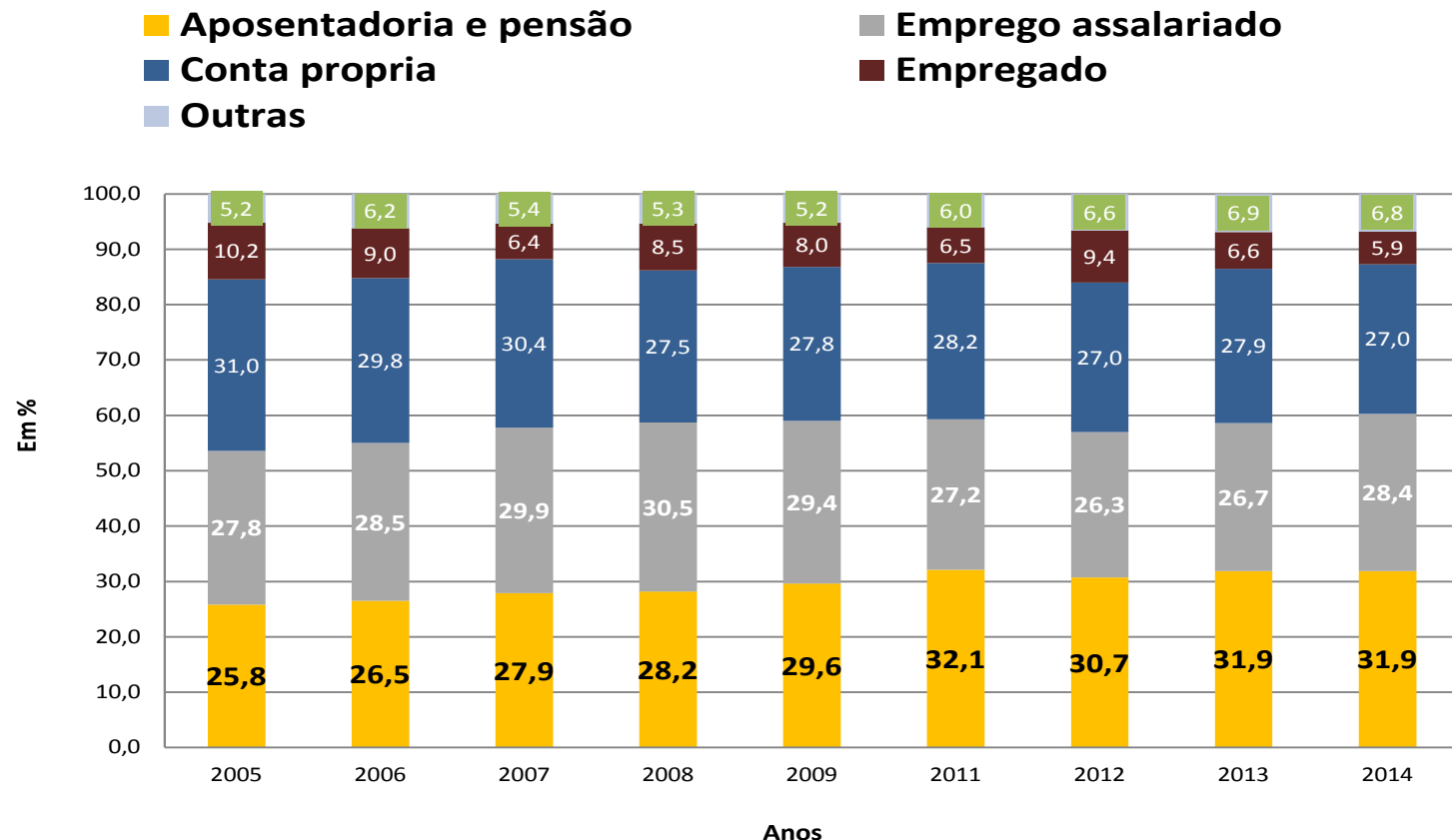
1. Considerando-se os tempos de trabalho médios semanais dos ocupados e ocupadas, tem-se que, após 35 anos de contribuição, as **mulheres teriam trabalhado 7 anos a mais que os homens.**
2. Numa vida laboral 'padrão ouro' da modernidade, isto é, considerando um primeiro emprego aos 22 anos, depois de terminada a faculdade, e aposentadoria aos 65 anos de idade, após vínculos formais de emprego, **as mulheres terão trabalhado, por conta de sua jornada dupla, 8,6 anos a mais que os homens.**
3. Finalmente, se consideramos as atuais idades médias de entrada no mercado de trabalho de homens e mulheres – 16,1 e 17,1 anos respectivamente –, tem-se que, ao se aposentarem ambos com 65 anos de idade, **as mulheres terão trabalhado 9,6 anos a mais que os homens.**

10. A reforma da Previdência em contexto de desigualdade de gênero e das condições de vida nos meios rural e urbano.

10.2. Desigualdades entre rural e urbano

- **Redução da pobreza e proteção social da velhice no campo**
- **Bem-estar das famílias**
- **Fomento à economia dos pequenos municípios**
- **Redução da pobreza rural**
- **Por que cinco anos a menos?**
- **Sobre o início precoce da atividade laboral dos trabalhadores rurais**

FIGURA 3 – COMPOSIÇÃO DA RENDA *PER CAPITA* DOS DOMICÍLIOS EM ÁREAS RURAIS, POR FONTE DE RENDIMENTO ⁽¹⁾⁽²⁾
(EM % DO TOTAL)
BRASIL
2005-2013



Fonte: PNAD/IBGE.

(1) Considerou-se como fonte de renda de conta própria a renda dos empregadores com até 5 empregados.

(2) O item "outras" inclui abono de permanência, aluguel, doação de não morador, caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos.

FIGURA 4 – TAXA DE POBREZA (TOTAL E SIMULADA) NA POPULAÇÃO RURAL BRASIL 2005 a 2014

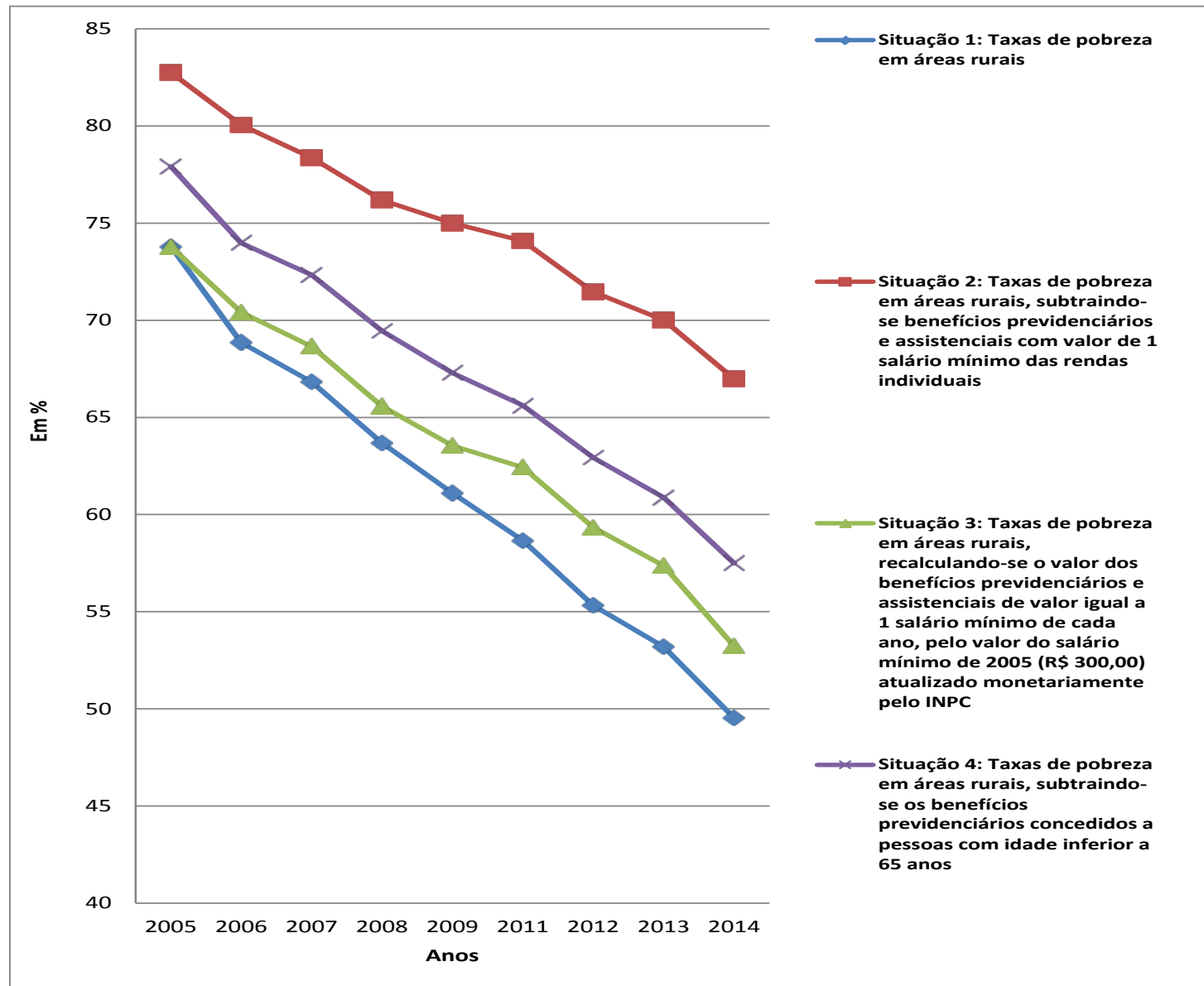


FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEXO E FAIXA ETÁRIA COM A IDADE QUE COMEÇARAM A TRABALHAR

BRASIL ⁽¹⁾

(EM %)

2001 e 2014

FAIXA ETÁRIA	URBANO				RURAL			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	<i>2001</i>	<i>2014</i>	<i>2001</i>	<i>2014</i>	<i>2001</i>	<i>2014</i>	<i>2001</i>	<i>2014</i>
Até 14 anos	61%	45%	46%	34%	90%	78%	84%	70%
15 a 17 anos	24%	31%	26%	30%	8%	16%	10%	17%
18 e 19 anos	10%	16%	14%	20%	1%	4%	3%	6%
20 anos ou mais	5%	7%	14%	16%	1%	2%	3%	6%

Fonte: IBGE/Pnad. Anos diversos In: GALIZA e VALADARES (2016)

(1) Em 2001, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

OBS.: Os dados dessa Tabela se referem à idade em que os atuais ocupados começaram a trabalhar e não à idade em que as crianças hoje começam a trabalhar. Ou seja, refere-se ao trabalho infantil passado e não presente.

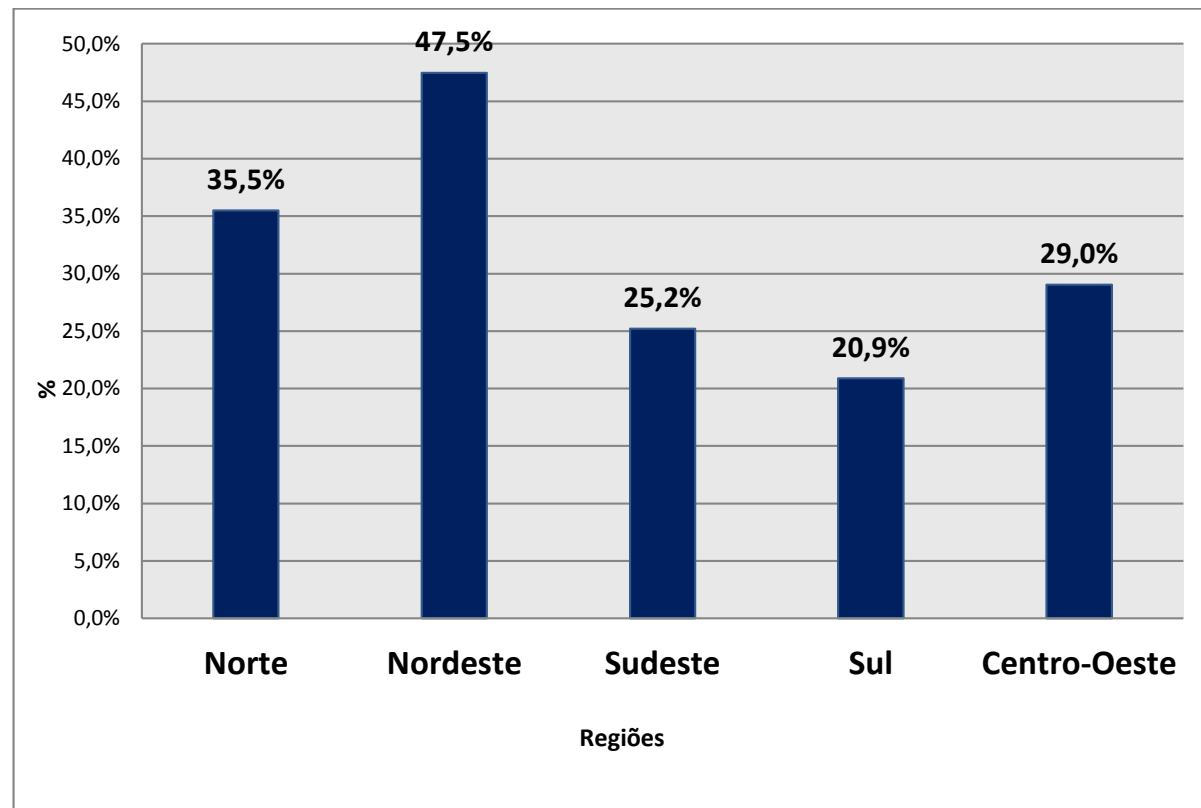
11. Por que é necessário preservar o piso do salário mínimo?

11.1. O piso dos benefícios previdenciários está atrelado ao salário mínimo

11.2. A importância econômica e social do salário mínimo

11.3. O impacto do salário mínimo nas receitas previdenciárias

FIGURA 1 – PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DE ATÉ 1,5 SALÁRIOS MÍNIMOS NO TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR REGIÃO NATURAL
EM %
BRASIL
2015



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

12. Um alerta: é preciso preservar o principal mecanismo de proteção social brasileiro.

12.1. Os benefícios de Previdência e Assistência asseguram uma renda mínima para milhões de brasileiros

12.2. A Previdência beneficia mais de 90 milhões de brasileiros

12.3. A Seguridade beneficia mais de 140 milhões de brasileiros

12.4. A maioria dos idosos brasileiros esta protegida

12.5. A Previdência fomenta a agricultura familiar e combate o êxodo rural

12.6. A Previdência promove a economia regional

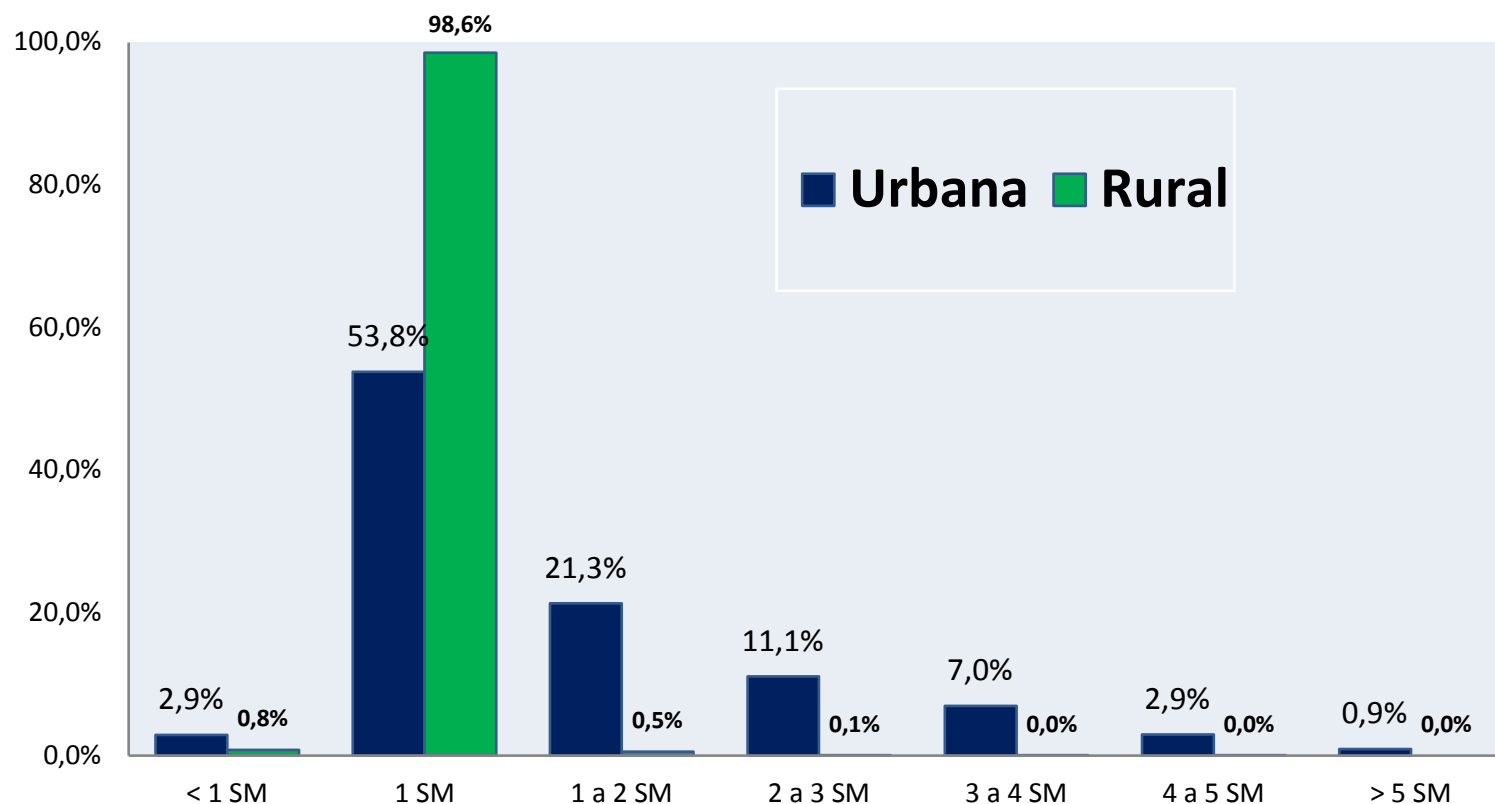
12.7. O papel redistributivo nos municípios mais pobres

12.8. A Previdência reduz a desigualdade da renda

12.9. A Previdência reduz a pobreza

12.10. Sem a Previdência e a Seguridade Social, pobreza extrema seria muito maior.

FIGURA 1 – RGPS – QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS POR FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO (EM %)
POSIÇÃO EM SETEMBRO DE 2016



Fonte: DATAPREV, SUB, SÍNTESE. Boletim Estatístico da Previdência Social - Vol. 21 Nº 09

**FIGURA 2 – RGPS - EVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS RURAIS E URBANOS
(EM MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS, EM DEZEMBRO)
2002-2015**

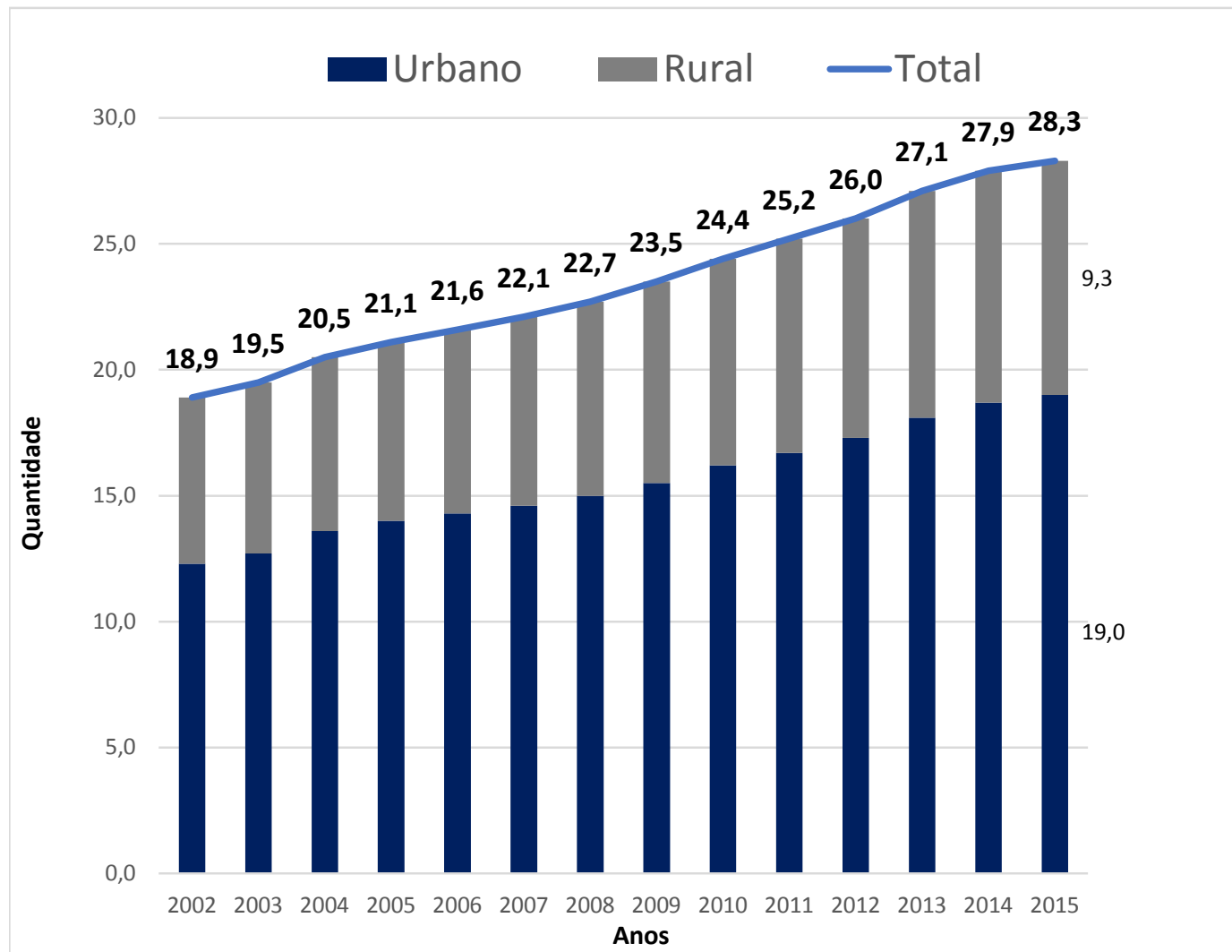
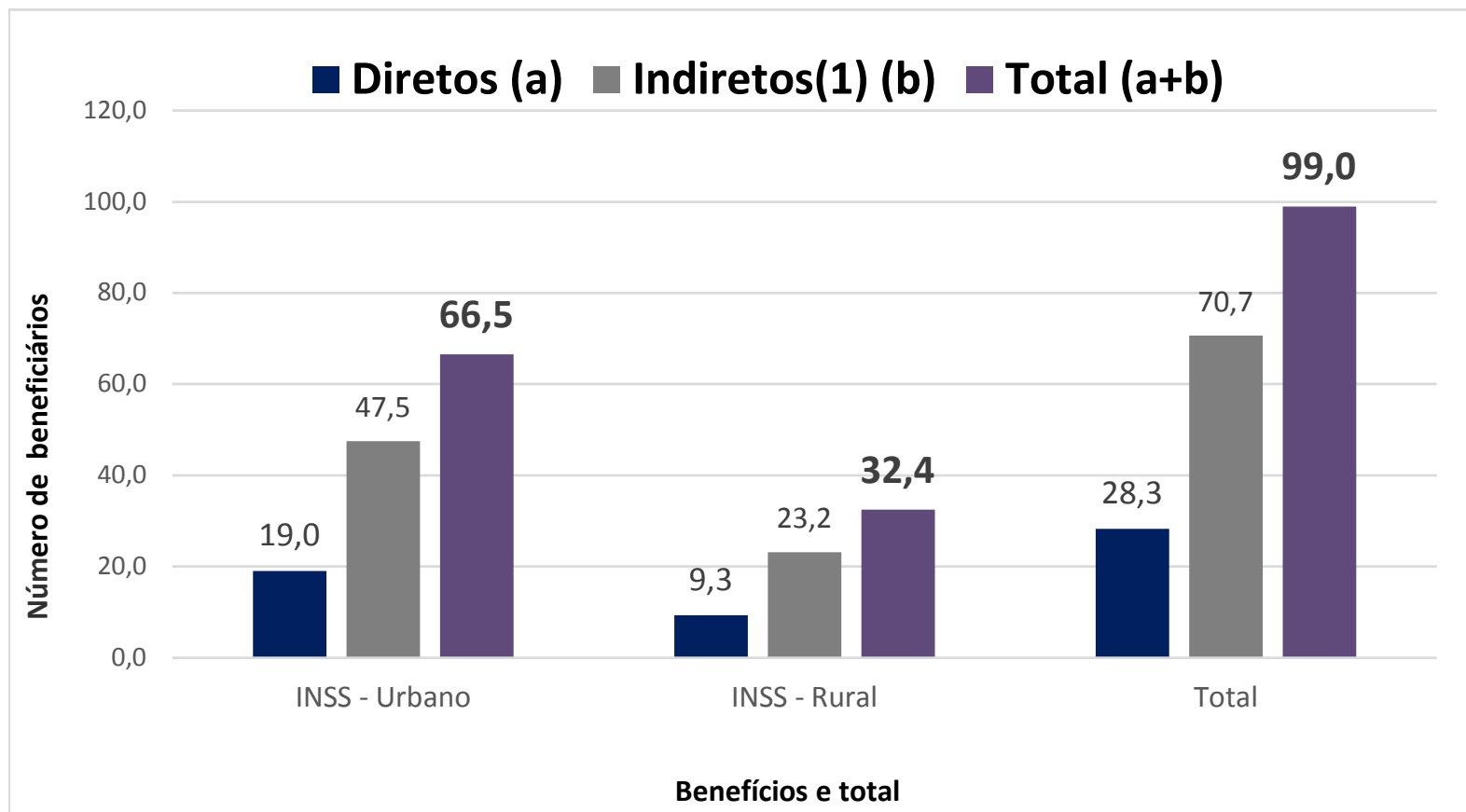


FIGURA 3 – RGPS - BENEFÍCIOS DIRETOS E ESTIMATIVA DE NÚMERO DE BENEFICIADOS INDIRETOS (EM MILHÕES) POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2015



Fonte: MPS. Boletim Estatístico da Previdência Social. V.20, n.12 e MTE. CGSAP/DES/SPPE/MTE

Notas: [1] Utilizou-se o total de segurados e não de requerentes.

FIGURA 4 – SEGURIDADE SOCIAL: BENEFÍCIOS DIRETOS CONCEDIDOS E ESTIMATIVA DE BENEFICIADOS (DIRETOS E INDIRETOS) ⁽¹⁾
EM MILHÕES DE PESSOAS
POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2015

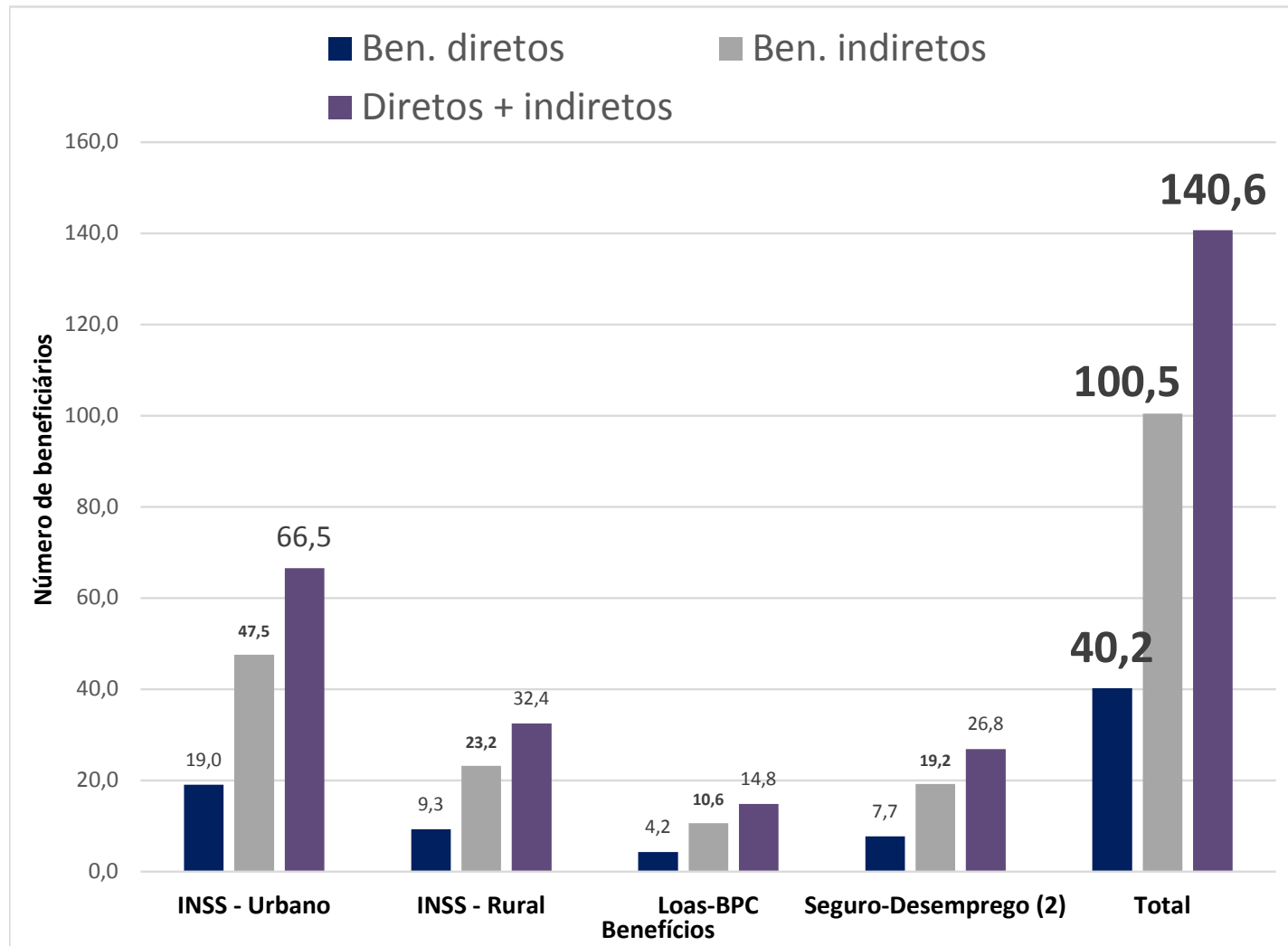
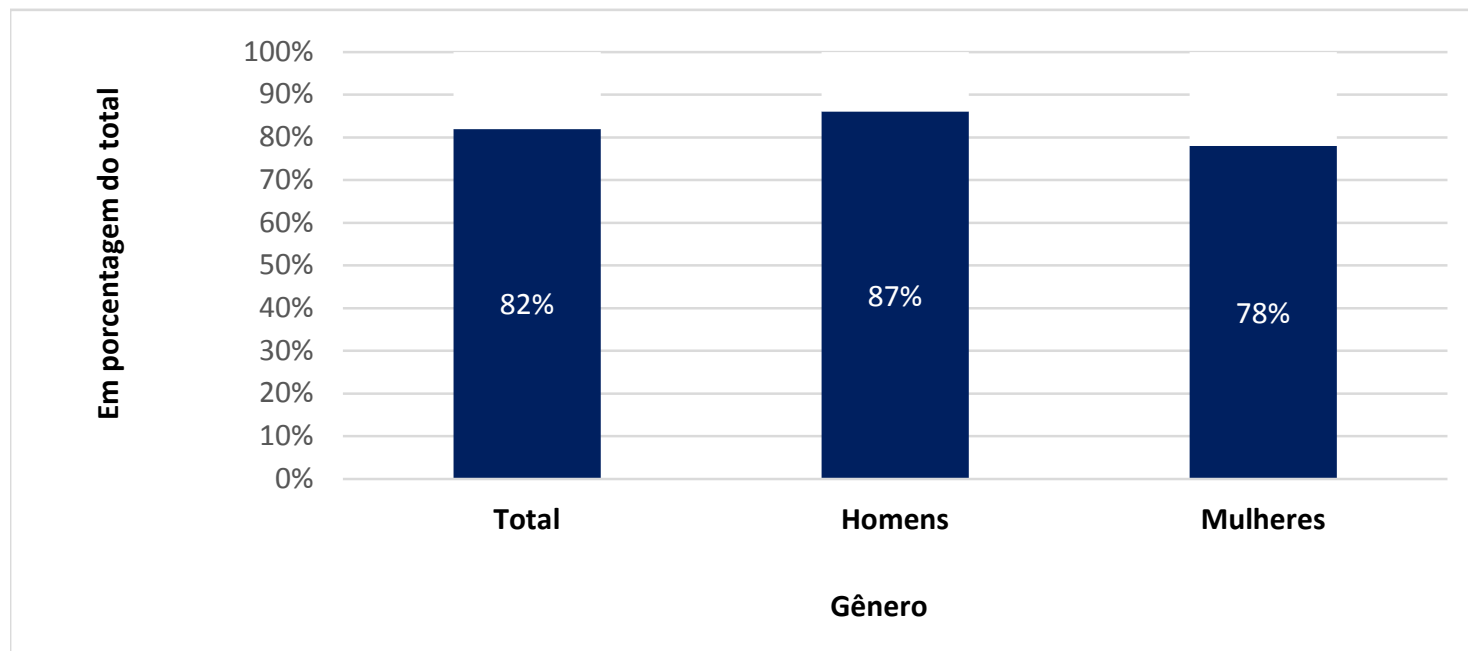


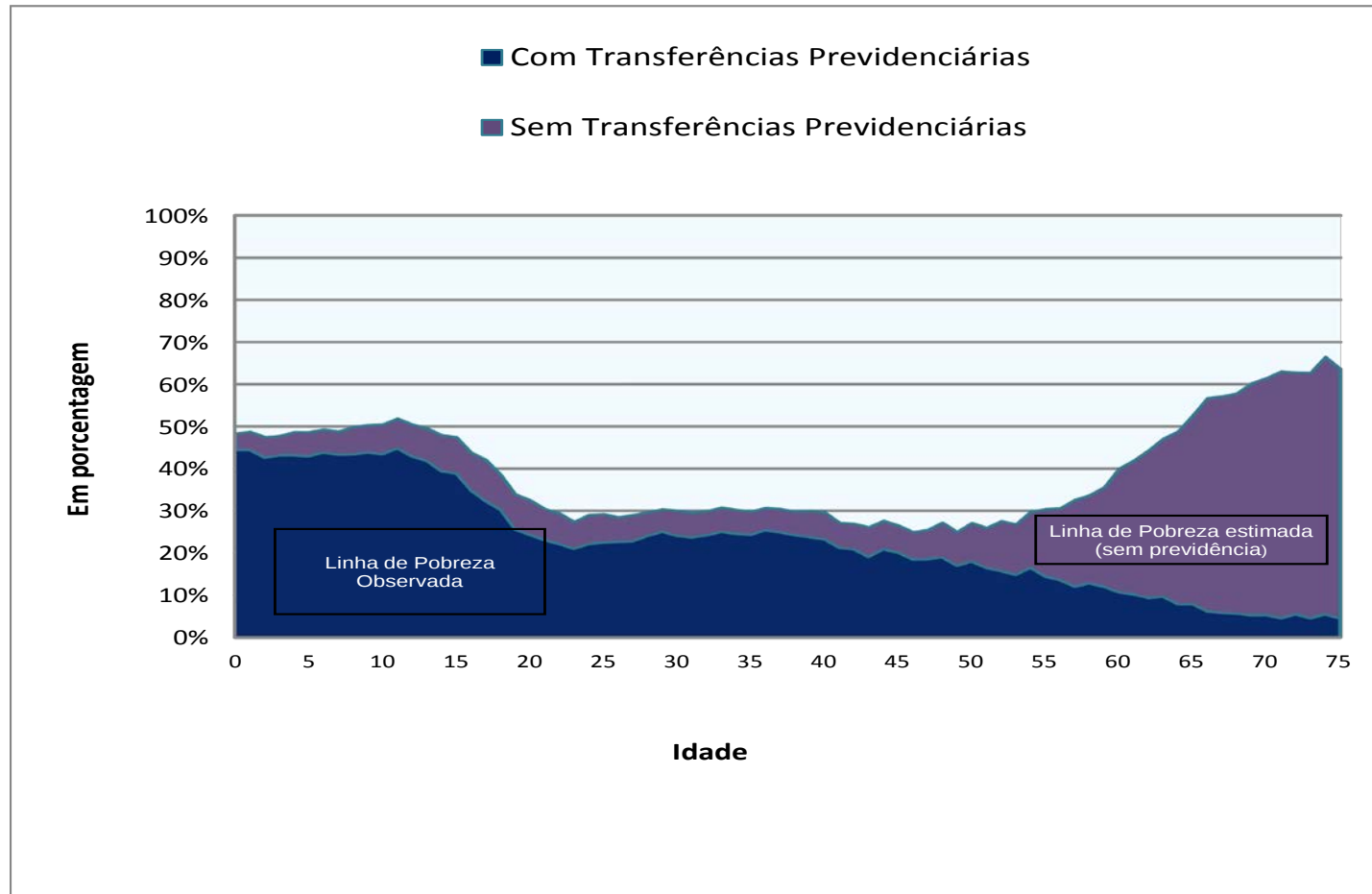
FIGURA 5 – PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE IDOSOS COM 60 ANOS E MAIS, POR SEXO ⁽¹⁾
(EM %)
BRASIL
2014



Fonte: Pnad/IBGE – 2014.

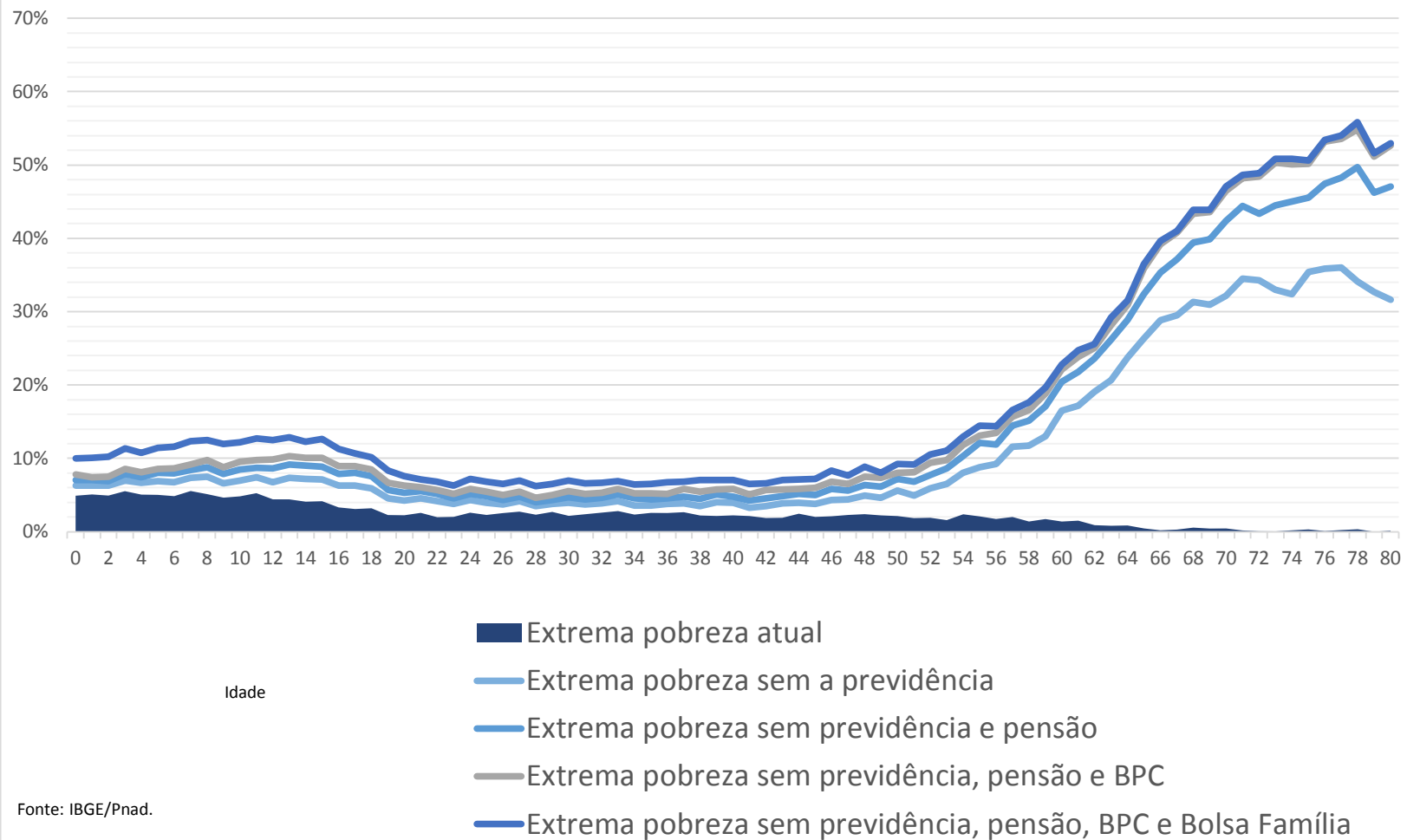
Nota: [1] A população protegida inclui aposentados, pensionistas e contribuintes não beneficiários.

FIGURA 7 – LINHA DE POBREZA (CIDADÃOS QUE VIVEM COM $\frac{1}{2}$ SALÁRIO MÍNIMO, OU MENOS) OBSERVADA HOJE E ESTIMADA, CASO NÃO HOUVESSE A PREVIDÊNCIA SOCIAL (% DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE) 2014



Fonte: IBGE/Pnad harmonizada, excluindo área rural da Região Norte, salvo Tocantins. Elaboração: CGEPR/SPPS/MTPS.

IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS NA CONDIÇÃO DE EXTREMA POBREZA POR IDADE (2014)



13. Como garantir o equilíbrio financeiro (I): aspectos relacionados à Previdência e à Seguridade Social.

13.1 Exigir que as receitas da Seguridade Social sejam aplicadas na Seguridade Social

13.2. Organizar a Seguridade segundo ordena a Constituição da República

13.3. Alterar a forma institucional de o MPAS contabilizar as receitas da Previdência

13.4. Extinguir a DRU

13.5. Acabar com as renúncias tributárias que incidem sobre o Orçamento da Seguridade Social

13.6. Extinguir as desonerações patronais sobre a folha de pagamento

13.7. Rever as isenções previdenciárias para entidades filantrópicas

13.8. Alterar a forma de contabilizar as renúncias tributárias nas contas da Previdência

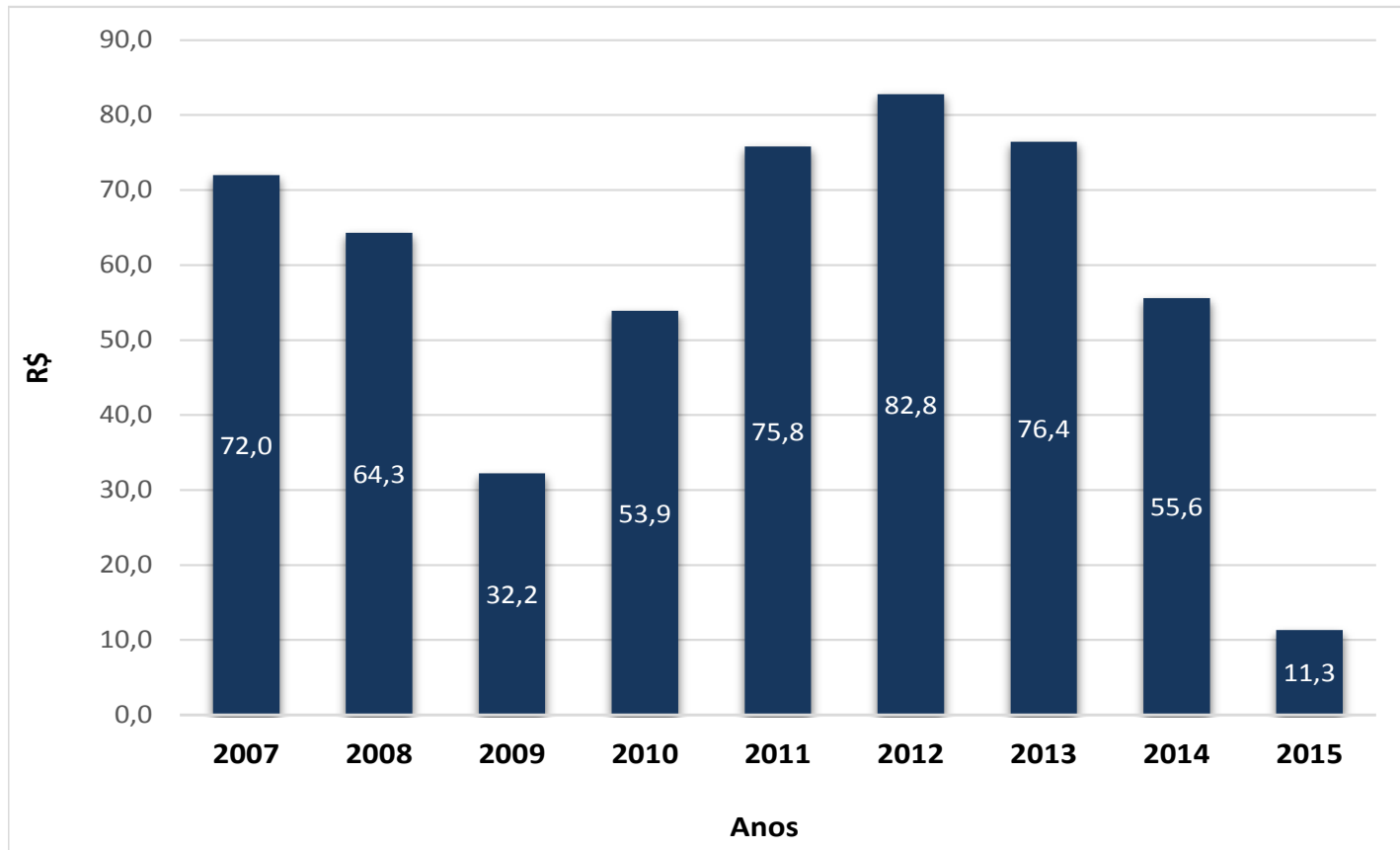
13.9. Agronegócios: fim das isenções e maior contribuição para o financiamento da Previdência

13.10. Reforçar a fiscalização e a gestão financeira e administrativa interna do setor

13.11. Combate à sonegação, pela melhoria da fiscalização e da inspeção do trabalho.

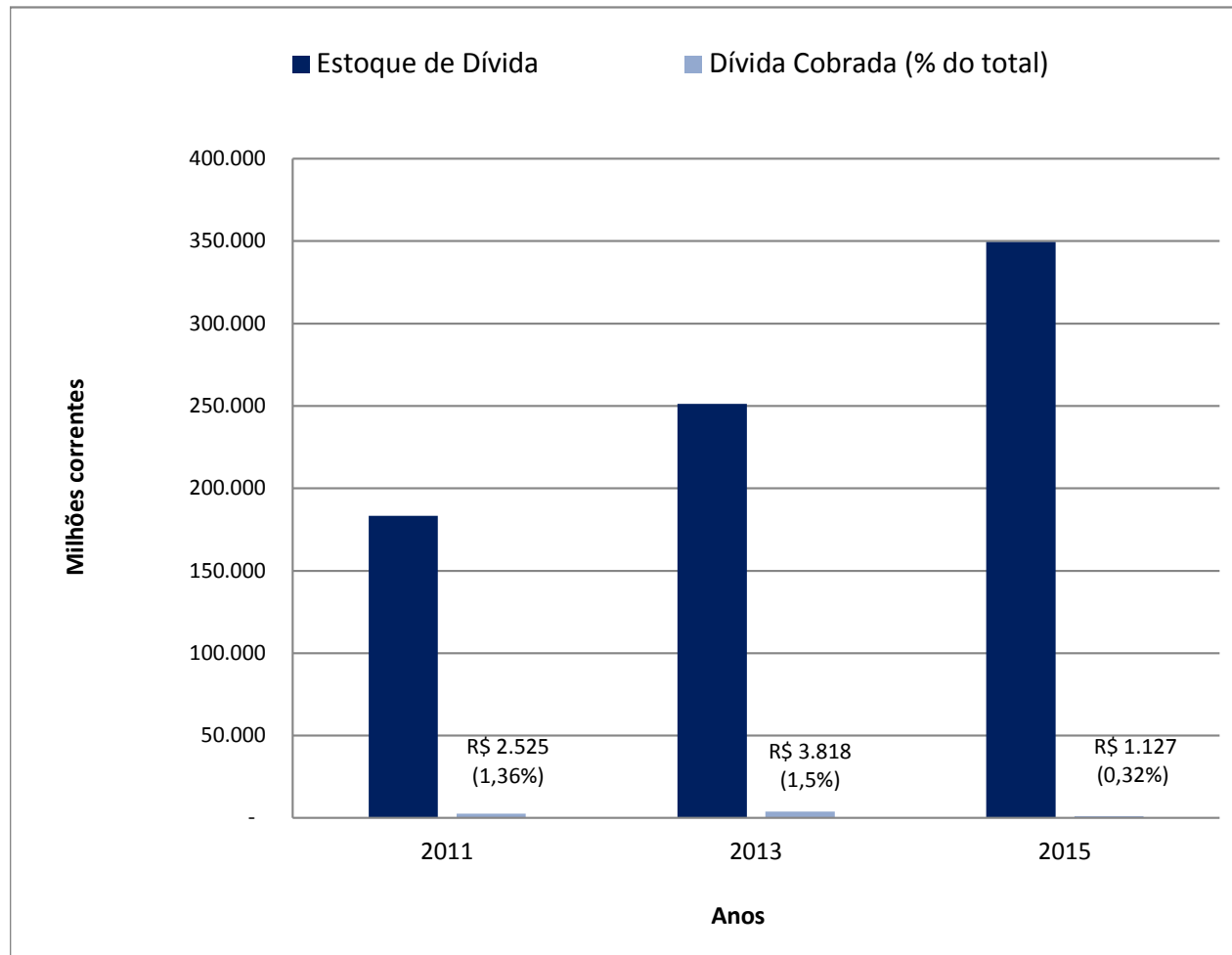
13.12. Outras propostas para reforçar a gestão financeira e administrativa interna

**FIGURA 1 – SUPERÁVIT DA SEGURIDADE SOCIAL
(EM MILHÕES CORRENTES)
ANOS SELECIONADOS**



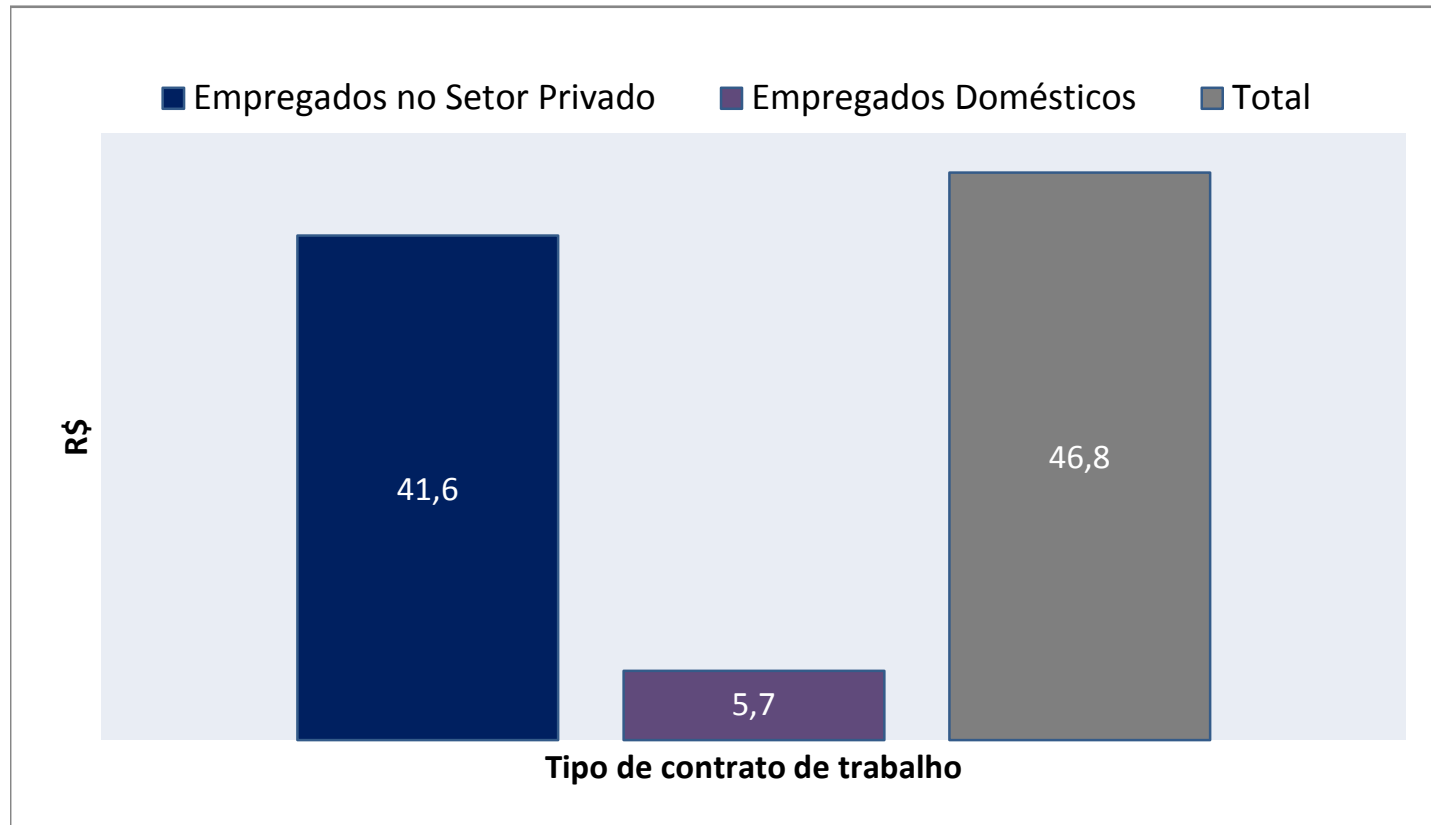
Fonte: ANFIP (2015)

FIGURA 5 – DÍVIDA ATIVA – DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS
(EM MILHÕES CORRENTES)
2011-2015



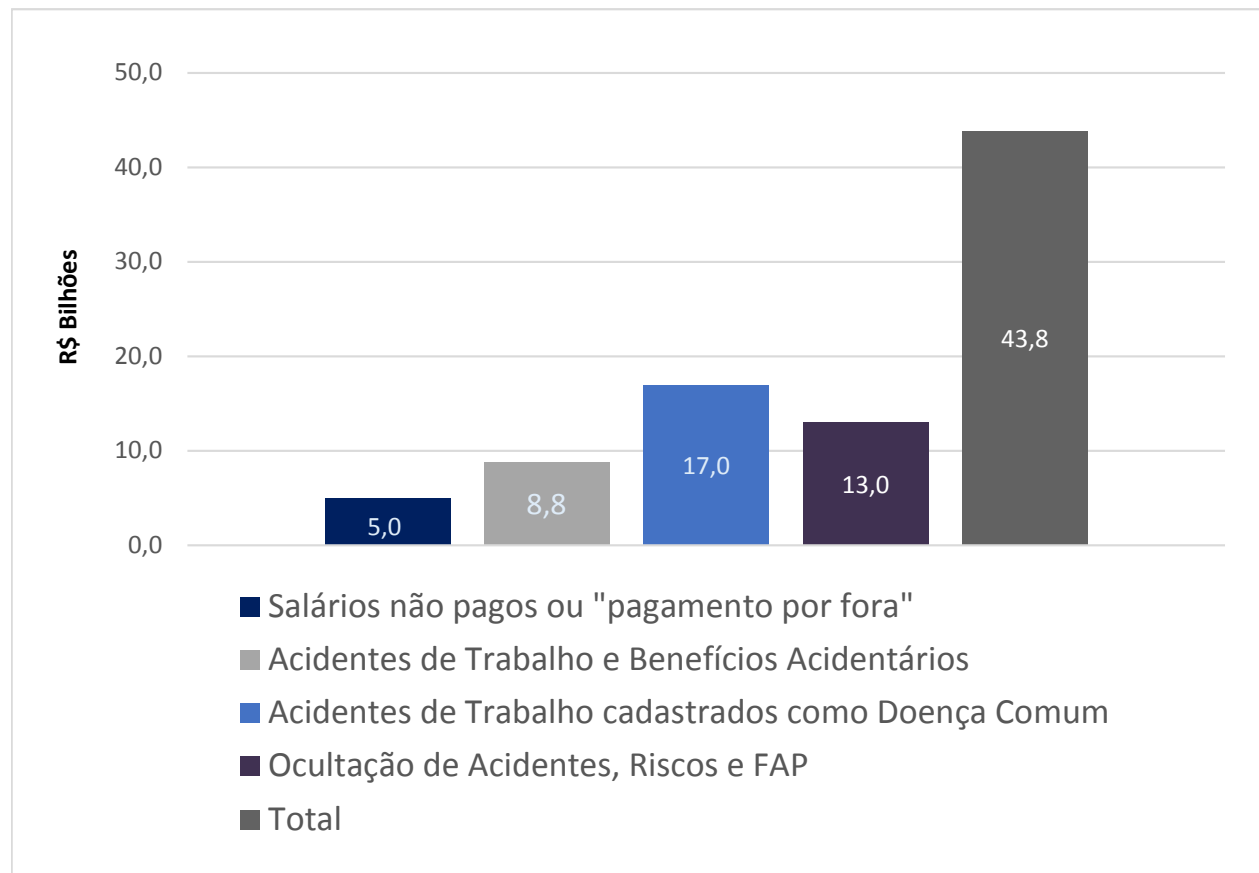
FONTE: ANFIP (2106).

**FIGURA 6 – RGPS - ESTIMATIVA DE RECEITA SONEGADA PELA NÃO FISCALIZAÇÃO (EMPREGOS SEM CARTEIRA)
(EM BILHÕES DE 2015)
2015**



Fonte: FILGUEIRAS e KREIN (2016).

FIGURA 6 – RGPS - ESTIMATIVA DAS FONTES POTENCIAIS DE ARRECADAÇÃO PELO MAIOR RIGOR NA FISCALIZAÇÃO (EM BILHÕES DE 2015) 2015



Fonte: KREIN e FILGUEIRAS (2016)

14. Como garantir o equilíbrio financeiro (II): aspectos relacionados à política macroeconômica.

14.1. A importância do crescimento econômico: ajustar para crescer ou crescer para ajustar?

14.2. Potencializar as receitas pela inclusão dos trabalhadores informais

14.3. Recompôr a capacidade financeira do Estado: maior equidade na distribuição dos custos do ajuste

- Reduzir juros
- Revisar as renúncias tributárias
- Reforma tributária
- Combater a sonegação de impostos
- Combater a elisão fiscal
- Recuperar a Dívida Ativa da União

14.4. A superação das inconsistências do regime macroeconômico e fiscal brasileiro

**FIGURA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS TOTAIS E SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL
(EM R\$ MILHÕES CORRENTES)
– 2009-2015**

ANO	DESONERAÇÃO TOTAL*	% PIB*	DESONERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	% PIB
			Contribuição Previdência Social	Cofins	CSLL	PIS-Pasep		
2009	116.098	3,65	17.905	29.418	6.087	5.651	59.061	1,85
2010	113.861	3,60	18.183	33.883	8.333	6.955	67.354	2,02
2011	152.406	3,68	21.156	34.618	5.830	6.542	68.146	1,75
2012	182.410	4,15	24.412	41.376	6.976	8.145	80.909	1,78
2013	225.630	4,66	33.743	46.142	8.788	9.060	97.733	1,97
2014	253.902	4,92	57.012	58.510	9.301	11.639	136.462	2,60
2015	282.437	4,93	62.519	70.538	10.490	14.100	157.647	2,75

Fonte: Receita Federal (Ministério da Fazenda). Demonstrativos de gastos tributários. PLOA (projeções) e Relatório de Bases Efetivas.

**FIGURA 2 – ESTIMATIVA DE SONEGAÇÃO FISCAL NO BRASIL
– 2015**

TRIBUTO	CARGA TRIBUTÁRIA (R\$MILHÕES)	% DO TOTAL	% DO PIB	INDICADOR DE SONEGAÇÃO ESTIMADO (% DO TRIBUTO)	SONEGAÇÃO ESTIMADA (R\$MILHÕES)	% PIB
TOTAL	1.951.452	100,00%	33,10%	23,20%	452.968	7,70%
IR ⁽¹⁾	322.101	16,50%	5,50%	28,10%	90.621	1,50%
IPI	49.266	2,50%	0,80%	33,40%	16.434	0,30%
IOF	34.693	1,80%	0,60%	16,60%	5.742	0,10%
II	39.015	2,00%	0,70%	24,80%	9.687	0,20%
CONTR. PREVID.	371.814	19,10%	6,30%	27,80%	103.178	1,70%
COFINS	201.673	10,30%	3,40%	22,10%	44.630	0,80%
CSLL	61.382	3,10%	1,00%	24,90%	15.278	0,30%
PIS-PASEP	53.781	2,80%	0,90%	22,10%	11.902	0,20%
FGTS ⁽²⁾	113.529	5,80%	1,90%	27,80%	31.504	0,50%
ICMS ⁽³⁾	406.978	20,90%	6,90%	27,10%	110.454	1,90%
ISS ⁽⁴⁾	54.110	2,80%	0,90%	25,00%	13.538	0,20%
OUTROS ⁽⁵⁾	243.109	12,50%	4,10%	(-)	(-)	(-)

Fonte: SINPROFAZ. Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2015. Brasília. Jun. 2016.

Notas:

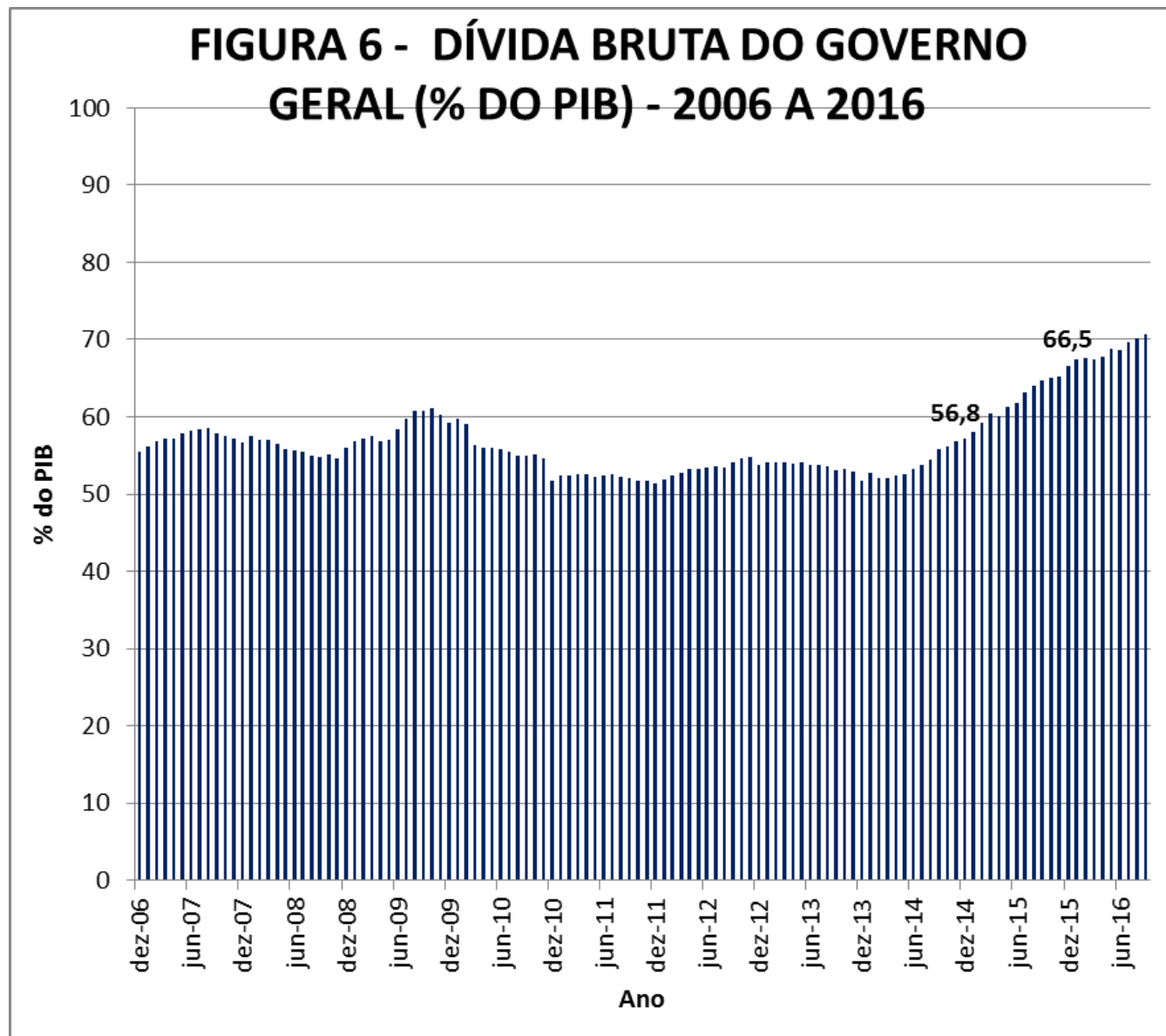


FIGURA 7- A COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT NOMINAL DO SETOR PÚBLICO EM 2015 (EM % DO PIB)

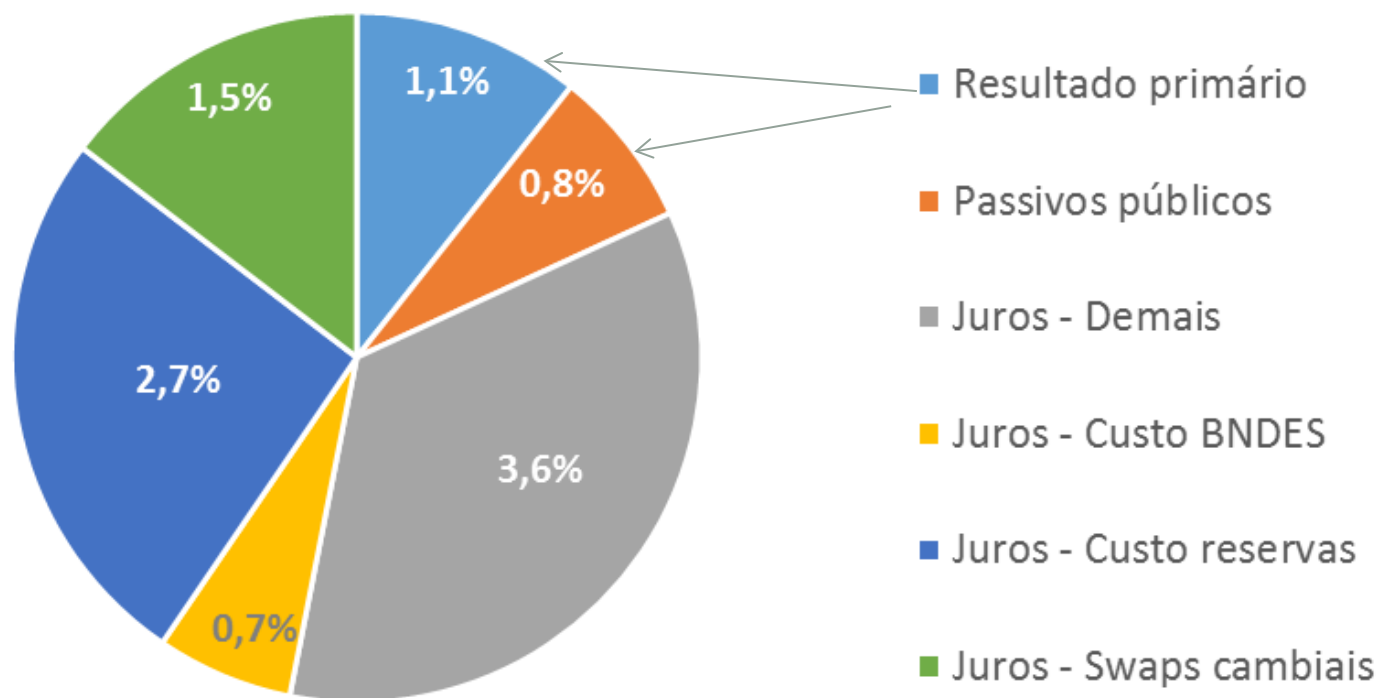
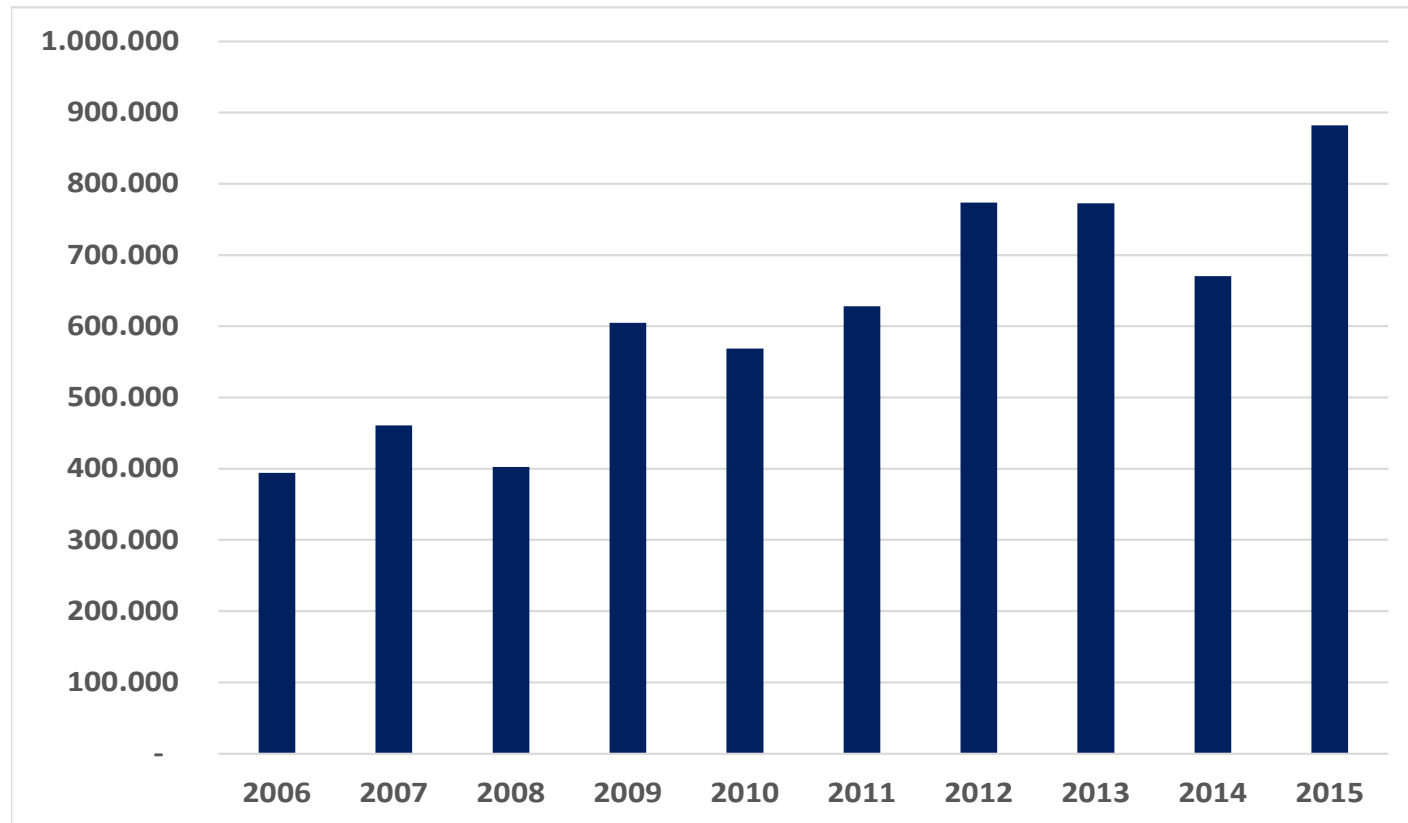


FIGURA 9
DISPONIBILIDADES DO GOVERNO FEDERAL NO BANCO CENTRAL
(EM R\$ MILHÕES CORRENTES)
2006-2015



Fonte: Banco Central.

Estrutura do documento

Apresentação

1. Contexto mais amplo da reforma da Previdência e da Seguridade Social.

Premissas questionáveis

2. Premissas questionáveis (I): o impacto da demografia nas finanças da Previdência.
3. Premissas questionáveis (II): contrapontos ao discurso sobre o déficit da Previdência.
4. Outros argumentos questionáveis que têm sido apresentados para justificar a reforma.

A PEC 287

5. Linhas gerais da reforma da Previdência (PEC 287)

Análise crítica da PEC 287

6. A redução do direito à proteção na velhice: análise crítica da PEC 287.
7. Benefícios assistenciais: a desproteção dos mais vulneráveis da sociedade.
8. As desigualdades brasileiras na comparação internacional.
9. As condições de vida no Brasil vistas a partir das suas profundas desigualdades regionais e sociais.
10. A reforma da Previdência em contexto de desigualdade de gênero e das condições de vida nos meios rural e urbano.
11. Por que é necessário preservar o piso do salário mínimo?
12. Um alerta: é preciso preservar o principal mecanismo de proteção social brasileiro.

Alternativas para o financiamento

13. Como garantir o equilíbrio financeiro (I): aspectos relacionados à Previdência e à Seguridade Social.
14. Como garantir o equilíbrio financeiro (II): aspectos relacionados à política macroeconômica.

Questão central

- **Que país temos?**
- **Que país queremos?**
- **Que país a reforma da Previdência projeta para meados do século 21?**

Muito Obrigado

